

cadernos do

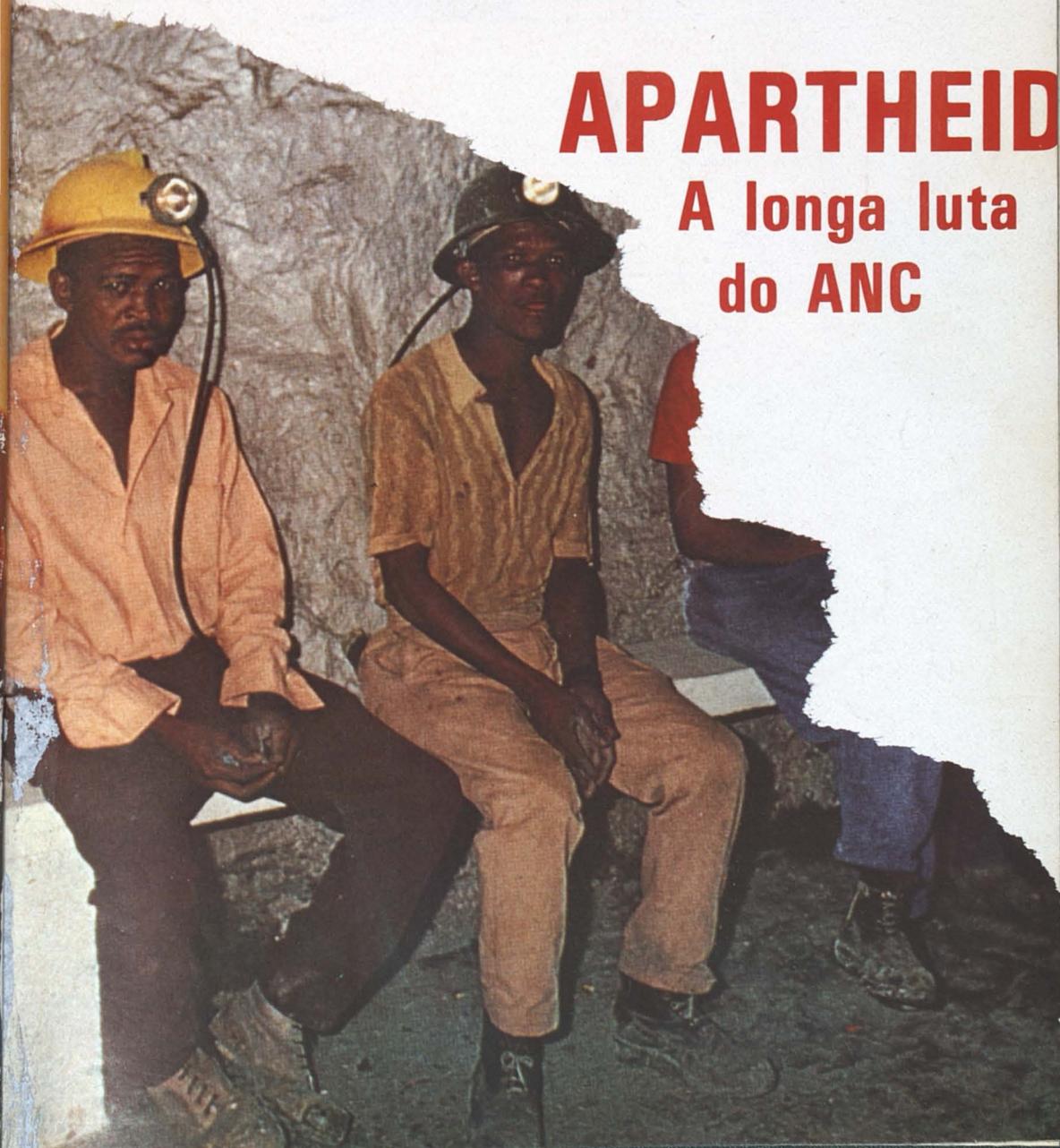
terceiro mundo

ARGENTINA e URUGUAI
U regresso à democracia

Mensal • Fevereiro 1984 • Esc 100\$ • Kz 65\$ • Mt 80\$ • Pg 80\$ CV 80\$00 • Cr\$ 700 • Ano VII • N.º 62

APARTHEID

A longa luta
do ANC



Angola, terra da liberdade.



U
G
D
L



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

Democracia, a grande protagonista

Este ano está destinado a ser um marco neste século em que vivemos se atendermos ao romance de Orwell (no qual se prevê a instalação do "totalitarismo do 'Grande Irmão'" e que se intitula exactamente "1984"). O novo ano começou, de facto, com mudanças significativas no continente latino-americano. Porém, de sinal contrário: democratizantes.

A recente tomada de posse do presidente Raul Alfonsín, na Argentina, a vitória eleitoral da Acção Democrática que, agora em Fevereiro, leva Jaime Lusinchi ao governo da Venezuela, eleições no Equador, um cronograma que prevê consulta eleitoral, em Novembro, no Uruguai, um ano de definições para o processo de retorno à democracia do Brasil (com eleições directas ou indirectas para a presidência da República?), campanhas eleitorais na Nicarágua e no Panamá, clima de mobilização e expectativa no Chile. Tudo isto faz de 1984 um ano que se inicia com boas perspectivas.

No continente africano, o começo do ano também foi de mudanças, a começar pelo golpe de Estado na Nigéria (do qual nos ocuparemos no próximo número). Mas muitas outras questões continuam com um desfecho imprevisível a curto prazo, a começar pelo termo do *apartheid* e a ameaçadora situação na África Austral, passando pelos conflitos do Chade ou do Sara Ocidental ou a permanente situação de conflito no corno de África.

No Médio Oriente, 84 começou com incerteza quanto ao destino da força internacional de paz no Líbano e às possibilidades reais de se chegar a uma saída para a crise nesse país, persistindo, por outro lado, o empenho internacional em pôr fim à guerra do Golfo, entre o Irão e o Iraque.

Na Ásia, prevê-se um ano tumultuoso nas Filipinas, difícil no Paquistão, muito importante para o povo maubere que, isoladamente, prossegue a sua corajosa luta contra o invasor indonésio, de tensões étnicas e sociais no Sri Lanka e na Índia. Há, porém, um dado de particular importância no panorama de 84: as eleições nos Estados Unidos da América. Elas poderão marcar ou a consolidação de Reagan e da sua política belicista na Casa Branca ou uma guinada para os democratas; ambas as hipóteses com notórias repercussões no Terceiro Mundo e na Europa, hoje angustiada pelo crescimento alucinante da corrida armamentista.

cadernos do terceiro mundo, por seu lado, dão destaque à democracia. Ela é o tema central desta edição, tendo por cenários a Argentina e o Uruguai e como intervenientes determinantes os seus respectivos povos. Os nossos votos vão para que a democracia se torne a grande protagonista de 1984 em todas as latitudes.

Editor e Director: Artur Baptista

Propriedade:

Tricontinental Editora, Ld.ª

Redacção e Sede da Administração:

Calçada do Combro, 10-1.ª

tel. 320650 1200 Lisboa

telex 42720 CTM TE P

Tiragem desta edição: 36.000 exemplares

Número de registo do Serviço de Depósito

Legal: 789/82

Editor Geral

Neiva Moreira

Editores Associados

Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional

Darcy Ribeiro - Juan Somavia

Henry Pease Garcia

Aquino de Bragança

Wilfred Burchett

Edições em português

**ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL - S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

Redacção

Baptista da Silva

Carlos Pinto Santos

Alice Nicolau

Guimomar Belo Marques

Paginação

Helena Salvador

José Santa-Bárbara

Revisão

Estevam Reis

Documentação e Arquivo

Cristina Assis

Serviços Comerciais

José C. Figueiredo

Publicidade

José Ferreira

Cristina Campos

Maria João Macedo

Composição e Impressão

Jornal do Comércio e Gráfica Europam

Distribuição

CDL, Central Distribuidora SARL

Representantes

Angola

Luis Henriques, C.P. 3593, Luanda

Moçambique

Elevado Hipólito e João Escadinha

Rua Kongwa, 153, Maputo

tel. 25140

BRASIL

Director e Editor

Neiva Moreira

Director Administrativo

António Neiva

Secretário de Redacção

José C. Godim

Arte

Samaral (editor de arte)

Sonia Freitas

Revisão

Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo

Lidia Freitas

Eunice H. Senna

Composição

Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas

Inácio D. Santos

Maria José S. Santos

Divulgação

Henrique Menezes

Representantes

Clóvis Sena (Brasília)

Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)

Caixa Postal 60086 - CEP 05033

Beatriz Schiller (Estados Unidos)

18 East, 18th. Street ap. 3E

Nova York - NY 10003

Tels: (212) - 691-9142/929-5783

Fotolito e Impressão

Ébano Gráfica e Editora Ltda.

Rua do Senado, 349

Tels: 250-2505/232-0123

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Glória, 122 - grupo 105/106

TEL.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR

CEP20.241 - Rio de Janeiro - RJ

Registo na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291

C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32

Inscrição Estadual n.º 81.341.400

Registo no INPI n.º 013.539

Registo no SCDP/SR/DPF

n.º 2.195 - P. 209/73

Edições em espanhol

**MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS**

Editor

Roberto Remo

Gerente Geral

Gerónimo Cardoso

editora periodísticas del tercer mundo a.c.

calle California, 98A - Coyoacán

México, 21 DF - telefono: 689-1740

Correspondência: Apartado Postal, 20 572

México, 20, DF

**BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA**

(Edição andina)

Publicada por DESCO: centro de Estudios y

Promoción del Desarrollo

Avenida Salaverry, 1945

Lima, 14 Peru - Telefono 724-712

Edições em Inglês

**ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LINGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor

Fernando Molina

Editor Consultivo

Cedric Bellfrage

Apartado Postal, 20.572 b - México, DF.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: **ANGOL** (Angola), **AIM** (Moçambique), **INA** (Iraque), **IPS** (Inter Press Servic), **SHIHATA** (Tanzania), **WAF** (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro** (Angola), **Tempo** (Moçambique) e com o jornal **Daily News** de Dar-es-Salaam (Tanzania).

DISTRIBUIDORES

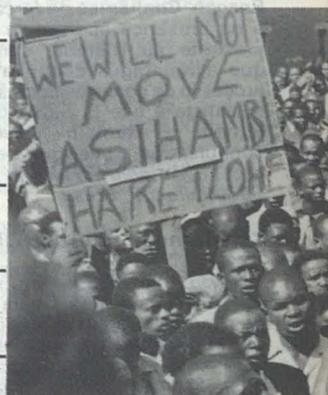
ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chagnaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. **CABO VERDE:** Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Block St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 n.º 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans. LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 València St. San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria «José Trinidad Reyes» - Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Manteucitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Botulino 1/10, Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt N.º 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cassas N.º 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Pedras, P.R. 00929. **REPUBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educacion, Juan Sanchez Ramirez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPUBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeeringstr 155, 2102 Hamburg. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wonnring-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.



4	Cartas
6	Panorama Tricontinental
13	Editorial: A paz indivisível
14	Matéria de capa: A democracia no Cone Sul "Dossier" Argentina, Horácio Verbitsky
16	A proposta política do governo
22	Alfonsín e o peronismo
25	Militares: o maior saneamento da história
28	A longa noite do terror
34	Augusto Conte, o deputado dos direitos humanos
38	Os nós a serem desfeitos
40	Buenos Aires, para não esquecer!, <i>Neiva Moreira</i>
	Uruguai: o povo na rua exige democracia, Beatriz Bissio
43	Wilson Ferreira: "Não queremos o Uruguai como praça financeira"
48	Jorge Batlle: "Temos de reparar os danos sofridos"
54	Semproni: A voz dos trabalhadores
55	Arismendi: "Vamos enterrar a ditadura"
58	Pedro Cardoso: "Construir a democracia em novas bases"
62	Sosa Dias: "Não haverá diálogo com a DC enquanto Seregni estiver preso"
	América Latina
65	Nicarágua: A ofensiva política, entrevista com o comandante Daniel Ortega
69	Venezuela: O Pacto Social de Lusinchi, <i>Hector Escobar</i>
	Médio Oriente
72	Novas Alianças?, <i>Mohamed Salem</i>
76	EUA-Síria: Diálogo ou confrontação?
78	Líbano: Amal, a voz dos deserdados, <i>Alberto B. Mariantoni</i>
	África
80	Ciskei: O 'corredor da vergonha", <i>Carlos Castilho</i>
	Cultura
83	Reflexões sobre a informação alternativa, <i>Javier Riosanti</i>
	Especial/Documento
87	A história do ANC
96	Humor de Mariano



Ortega:
"O fracasso de Reagan"



ANC: uma história de luta

Clube de Amigos

Estou a reunir publicações (livros, revistas, jornais, documentos, estudos) sobre a América Latina, em particular, e o Terceiro Mundo em geral. Por esse motivo escrevo, interessado em saber quais os objectivos desse dos Clubes de Amigos do Terceiro Mundo, como funcionam, etc., *Celso Martins, Valgas Neves, 284, Joinville — CEP 89 200 — SC — Brasil.*

"Tirem as mãos da A. Central!"

Nós, comunidades cristãs da Arquidiocese de São Paulo — Região Episcopal Leste 2 — São Miguel Paulista — reunidos na Assembleia Regional de Pastoral de 1983 em Itaici, Estado de São Paulo, com a participação de 430 membros de 153 comunidades e várias equipas de trabalho pastoral, vimos registar o nosso repúdio a todo e qualquer tipo de intervenção militar, sobretudo na América Latina, por parte do imperialismo norte-americano e da política genocida e fascista de Ronald Reagan. Confiantes na força do povo e na presença libertadora de Deus presente na História, acreditamos que a Nicarágua continuará o seu processo de construção da sociedade socialista e que El Salvador e Guatemala, a exemplo daquele país, conquistarão a sua auto-determinação. *Pe. António F. Falcone, Itaquera, São Paulo, SP, Brasil.*

"Cadernos" na Austrália

Estou interessada em ser assinante dos **cadernos**. Gostaria muito que me informassem quanto custa uma assinatura da vossa revista por seis meses, via aérea, para o meu país. Também preciso saber como fazê-la. *F. Moppert, Saint Klida, Austrália.*

Imparcialidade

Venho, pela primeira vez, dar-lhes os parabéns pelo excelente trabalho que vêm desenvolvendo em prol do Terceiro Mundo. (...) Fiquei surpreso pelo nível e profundidade das reportagens. (...) Esta é a forma mais correcta de se fazer um trabalho jornalístico: apontando as causas e mostrando as soluções, sem tomar partido e sem se preocupar com pessoas, grupos e governos que procuram, a todo o custo, manter esses países presos ao subdesenvolvimento. (...) Aqui, fico a torcer pelo vosso trabalho e só lamento que ele não seja divulgado por outros órgãos de comunicação. *Juarez Batista da Cruz, Salvador, BA, Brasil.*

Mudar a encadernação

Há muito tempo que desejava fazer uma reclamação aos **cadernos**. Não tem nada a ver com o conteúdo, que por sinal é óptimo. (...) Ultimamente, as pessoas têm-me procurado muito para reclamar sobre a encadernação da revista. Elas afirmam que é péssima, que os **cadernos** nem se podem abrir convenientemente, partem-se ao meio, e a partir daí as folhas começam a cair. (...) Acho que existe uma encadernação melhor. Por exemplo: aquele tipo no qual as folhas são amarradas com cordão. Porque não adoptá-lo? *Rubismar M. Galvão, Cajazeiras, PB, Brasil.*

A sua observação foi encaminhada à gráfica que imprime os cadernos. Vamos estudar a melhoria da nossa encadernação.

Dimensão crítica

Há poucos meses tomei conhecimento da revista que vocês publicam com dimensão crítica da informação. Gostei muito da incidência e da preocupação em dar a conhecer as

realidades concretas dos nossos países terceiro-mundistas. É vital produzir material informativo sem a manipulação das transnacionais da comunicação e por isso penso que a vossa revista pode desempenhar um papel importante na consecução desse objectivo. *Rodrigo Flores, Bogotá, Colômbia.*

Intercâmbio com grupos negros

Quero expressar a minha satisfação em poder ver que esta instrutiva e culta revista divulga permanentemente factos que ocorrem na nossa mãe África e em todos os países de maioria negra ou que tenham na sua população sectores negros. Por esse motivo, solicito que divulguem a nossa mensagem de criação de um clube de intercâmbio destinado aos grupos negros de todo o Brasil, como também africanos e de outros continentes, para que possamos conhecer-nos como grupos, como pessoas e como irmãos, e com, isso reatar laços culturais e aproximarmo-nos mais dos nossos irmãos de outros Estados ou países, pois é juntos que descobriremos a fonte da nossa cultura e a fonte da força para a nossa luta. *Adivai Augusto Francisco (Kilamba), coordenador-geral do GICNGA — Grémio Interiorano de Cultura Negra Garra Africana, Rua Serrana, 657, Vila Queiroz — Limeira — SP — Brasil.*

Uso do trema

Ratificando a missiva anterior, informo que nos **cadernos** está negligenciado o uso do acento ortográfico do trema. *Alvaro R. de Oliveira, Rio Claro, SP, Brasil.*

Para simplificar o trabalho em jornais e revistas, que pelas suas próprias características têm uma dinâmica muito rápida, decidiu-se h



algum tempo que o uso do trema seria facultativo. E por isso, não por esquecimento ou ignorância, os cadernos não mais o usam.

Estudantes costarriquenhos

Somos um pequeno grupo de estudantes da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da Costa Rica e nos últimos meses temo-nos interessado muito por diferentes edições da vossa revista, as quais discutimos construtivamente em actividades extra-classe. Estamos muito interessados em receber os cadernos (...), ajudar-nos-ia muito e passaria a aumentar a nossa biblioteca revolucionária. *G. Heilbron, San José da Costa Rica.*

Maior divulgação da CUT

Esperei receber três números de cadernos para fazer uma solicitação ou contestação. Muito me surpreendeu que na edição de Setembro nada tenha saído sobre a criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), criada na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em São Bernardo, SP, com a presença de 5059 delegados, representando mais de 12 milhões de trabalhadores brasileiros, nos dias 26, 27 e 28 de Agosto de 1983, cadernos têm sido para mim uma fonte de informação todos que a leem ou assinam, mas considero uma grande falha, uma falta, digamos até de consideração para com os trabalhadores brasileiros que estiveram presentes criando a CUT, a ausência de notícia a respeito. *Clarice Coppetti, Porto Alegre, RS, Brasil.*

Eduardo Galeano

Gostaria de obter o endereço do historiador e jornalista uruguaio Eduardo Galeano, com o qual pretendo manter correspondência. *Kle-*

ber C. Amora, Fortaleza — CE — Brasil.

Não temos essa informação. Sugirimos que escreva para a Editora "Paz e Terra", que publicou o mais recente livro do escritor, "Memória do Fogo".

Lutando pelo Terceiro Mundo

Conheci cadernos no ano passado, na edição sobre a Bolívia. No primeiro contacto li e gostei. Antes eu desconhecia a existência da revista porque, entre outras coisas, ela é colocada nas bancas em locais quase escondidos. cadernos serve de apoio a todos aqueles que vestem literalmente a camisa do Terceiro Mundo. Por isso, é única. A América Latina é uniforme até mesmo na subnutrição, no analfabetismo. Vocês ensinaram-me muita coisa. Posso dizer sem medo de errar; mas que baita revista, tchê! *Jacson J. Moreira, Palmeira das Missões, RS, Brasil.*

Dificuldades de intercâmbio

É crescente o meu interesse por cadernos. Acompanho com real atenção as notícias divulgadas nessa prestigiosa revista, tendo particular interesse pela secção Intercâmbio. Venho, por meio desta chamar a atenção para um facto: escrevi para oito pessoas, das quais só três me responderam. (...) O que será que está a acontecer? Será que as cartas estão a chegar ao destinatário? Ou será que são eles que não conseguem fazer as suas cartas chegarem a mim? (...) Deixo o nome dos cinco para que eles me possam responder: Carlos Alberto Lemos (Portugal); Ernesto A. Ambrosio (Moçambique); Wilson da Silva (Guiné-Bissau); Miguel António (Angola); Vítor Gaspar (Angola). *Renan Falcão A. de Sousa, Salvador — BA — Brasil.*

Intercâmbio

- *Rita Serrano*
Av. Uruguaí, 51, 6.º E
1500 — Lisboa — Portugal
- *Roberto Rezende*
Rua Rosário do Sul, 540 — Jardim
Maringá — São Paulo — SP
CEP 03523 — Brasil
- *Miriam Lucia B. Pendenza*
Av. São José, 135 — Centro —
Araraquara — SP — CEP 14800
Brasil
- *Luís Domingos dos Santos*
(Chielym)
a/c de Manuel Domingos Guimarães
CP 18539 — Luanda — Angola
- *Domingos José Quiteque*
a/c de José Manuel Quiteque
CP 5380 — Luanda — Angola
- *Laércio da Silva Ramos*
Rua Leão 13, 1372 — Itanhaém
SP — CEP 11740 — Brasil
- *Gustavo Coelho de Souza*
Rua São José, 596 — Pito Aceso
CEP 36520 — Visconde do Rio
Branco — MG — Brasil
- *Domingos Taquia Muatxengue*
a/c do sr. Sucari Gustav —
CP 18 — Dundo — Luanda Norte —
Angola
- *Patrícia Costa Coelho de Souza*
Pç Júlio Castilhos, 92 Apt. 42
Moinhos de Vento — Porto Alegre
RS — CEP 90000 — Brasil
- *Artur Bastos Correia Neto*
CP 251 — Wako Kungo, Cella
Angola
- *Daisy Piters Richter*
Rua Aristarco Ramos, 118/201
Monero — Dendê —
Ilha do Governador
CEP 21920 — RJ — Brasil
- *Delfina Batista P. Gomes Neta*
Victor Jurema, 341 — Cajazeiras
Paraíba — CEP 58900 — Brasil
- *Nelson Macedo Liporaci*
Rua Fernão Dias Paes Leme, 283
Ituverava — SP — CEP 14500
Brasil
- *Raimundo Correia Neto*
CP 1681 — Luanda — Angola
- *Mário Luís Milani*
Av. Piquiri, 389 — CP 295
Cascavel — PR — CEP 85800
Brasil
- *Carlos Santana F. Guimarães*
R. Dr. Miguel V. Ferreira, 301/101
Torrões — Recife — PE
CEP 50000 — Brasil
- *Nelson Twyst*
R. Henrique Gago Graça, 155/191
Terra Nova — Luanda — Angola
- *Sérgio Inácio Hobi*
R. Mário Beni, 148/01 — Itanhaém
SP — CEP 11740 — Brasil
- *António Rodrigues*
Livraria Vitória — CP 49 — Bissau
Guiné-Bissau

"Angola agredida"

Cadernos do Terceiro Mundo promovem sessão no Rio de Janeiro



Neiva Moreira faz a sua exposição sobre Angola; a seu lado, a militante sul-africana Jennifer Dunjwa Blajberg

□ Mais de mil pessoas encheram o salão nobre da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, para assistir à sessão intitulada "Angola Agredida", organizada pela equipa brasileira de *cadernos do terceiro mundo*. Entre outras personalidades, estiveram presentes o dirigente comunista Luís Carlos Prestes, o arquitecto Oscar Niemeyer, uma delegação angolana, representantes de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, membros do corpo consular no Rio de Janeiro, deputados, escritores, jornalistas e representantes do Movimento Negro Unificado brasileiro e do governo de estado.

Os participantes na sessão assistiram inicialmente à projecção de um audio-visual realizado pela equipa de "cadernos" que traça um panorama da história de libertação do povo angolano, antes e depois da inde-

pendência. Em seguida, o nosso editor geral, Neiva Moreira, fez um relato da sua recente viagem à República Popular de Angola onde teve a oportunidade de entrevistar importantes dirigentes do país sobre a agressão sul-africana (reportagem que constituiu tema de capa da nossa última edição). Neiva Moreira mostrou como os angolanos se mobilizam em todos os sectores, desde a frente militar até à economia e à organização política para enfrentar tanto os soldados racistas como os grupos terroristas da UNITA.

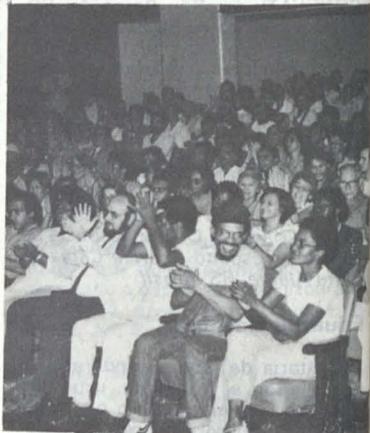
A encerrar a sessão, a militante negra do ANC, Jennifer Dunjwa Blajberg, falou sobre a luta contra o racismo no seu país, salientando particularmente a interrelação entre todos os partidos revolucionários e movimentos de libertação da África Austral.

O cantor popular brasileiro,

João do Vale, com Julinho no acordeão, juntou-se à "homenagem à terra de onde chegaram os seus antepassados africanos". Foi distribuído aos presentes um texto com informações básicas sobre as origens da política expansionista do *apartheid* e as suas estreitas ligações com os Estados Unidos.



Entre a numerosa assistência, destacavam-se as presenças (acima) do deputado José Miguel (PDT), do líder comunista Luís Carlos Prestes, do escritor Edmundo Muniz, de um membro da delegação angolana e do cônsul grego, Anastassios Krichoukis



Brunei

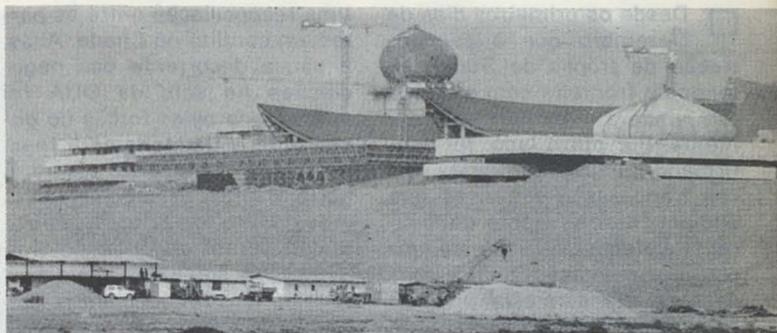
A independência de mãos vazias

□ No último dia de 1983 um novo Estado — Brunei — ingressou na comunidade internacional. Formalmente possui todos os títulos que correspondem a uma nação independente. Na prática continua a girar na órbita da influência britânica e é controlado pela transnacional petrolífera Shell, a um tal ponto que chegam a denominá-lo um "shellfare state" (jogo de palavras com a expressão inglesa "wellfare", que significa bem-estar).

Brunei é um pequeno sultanato de 5800 quilômetros quadrados ao norte da ilha de Kalimantan (Bornéu) e tem pouco menos de 200 mil habitantes.

No século passado, britânicos e holandeses disputaram entre si o domínio da ilha. O sultão de Brunei aliou-se aos ingleses, que, em 1888, o converteram em protetorado. Naquele tempo a coroa britânica não lhe atribuía nenhum interesse especial, mas, em 1929, foram descobertas importantes jazidas de petróleo. Brunei exporta hoje uma média de 150 000 barris diários de *crude* e cinco milhões de toneladas anuais de gás liquefeito. Em termos de rendimento *per capita* é o mais rico estado asiático. Contudo, essas riquezas são repartidas entre as empresas britânicas, a família real e uma pequena e corrupta classe dirigente.

Em 1959, Brunei adquiria a condição de território autônomo. Posteriormente, o sultão Omar Ali Saifuddin discutiu com o governo da Malásia a possibilidade de ingresso na Federação Malá-



Uma vista do novo palácio real do Brunei, ainda em construção

sia. O Partido Popular de Brunei (PRB — Parti Rakyat Brunei) que controlava a metade do parlamento local opôs-se, por considerar que a Federação perpetuaria o colonialismo britânico. O PRB era apoiado pelo presidente indonésio Sukarno na época em que Kuala Lumpur e Jacarta estavam em acirrado conflito.

O PRB organizou um movimento de protesto para obter a independência, sendo reprimido pelas tropas britânicas. O Partido foi posto na ilegalidade e os seus dirigentes presos ou exilados. O sultão preferiu continuar fiel a Londres, pois assim garantia o trono, que, em 1967, foi ocupado pelo seu filho, Hassanal Bolkiah.

A independência que acaba de obter é resultado dos acordos negociados em 1978, porém o destacamento britânico permanecerá em Brunei. Para os habitantes nada mudará. Eles continuarão sob um estado autocrático instaurado com a repressão de 1963, que Hassanal Bolkiah aperfeiçoou em 1970. Nesse ano dissolveu o parlamento local, que até então era eleito par-

cialmente por votação. Agora os seus membros são nomeados pelo sultão. Os opositores continuam presos e não está previsto nenhum tipo de consulta democrática.

Entretanto, o problema étnico parece destinado a agravar-se. À semelhança da Malásia, em Brunei existe uma minoria de origem chinesa de cerca de 30% da população local, que controla grande parte do comércio e tem um nível de rendimento superior ao dos habitantes de origem malásia. Estes, os denominados "filhos da terra" — Bumiputra — constituem 65% da população.

Trata-se de uma situação inquietante para os chineses, cuja cidadania não é reconhecida em Brunei. Sendo apenas considerados residentes, possuem passaporte britânico por fazerem parte da Commonwealth. Eles temem perder a proteção inglesa como consequência da independência e converter-se em apátridas. É por isso que muitos chineses já emigraram enquanto outros se preparam para fazer o mesmo.

Chade

Sudão entra na guerra

□ Desde os primeiros dias de Dezembro que a concentração de tropas do Sudão ao longo da fronteira com o Chade tem vindo a aumentar enormemente. Por outro lado, foi confirmado igualmente que as forças francesas e zaienses que apoiam Hissene Habré duplicaram de efectivos. Toda esta ampla movimentação militar evidencia que poderá estar próximo o início de uma ofensiva geral contra as forças do ex-presidente Gukuni Ueddei, concentradas no norte e na região central do Chade.

Todos estes preparativos militares têm lugar quando a Organização de Unidade Africana mobiliza esforços para tentar

uma reconciliação entre as partes em conflito no Chade. Aliás, a pausa decorrente das negociações no seio da OUA foi aproveitada pelas forças do governo de N'Djamena para rearticularem a ofensiva contra o norte. Habré é apoiado pelos Estados Unidos, França, Zaire, Sudão, Israel e África do Sul. Ueddei, por seu turno, conta com o apoio da grande maioria dos estados africanos, com particular destaque para a Líbia, cujo território confina a norte com o do Chade, e o seu objectivo é a implantação de um governo nacionalista, tendo congregado para a sua causa vários grupos e movimentos militares do centro e sul do Chade.

A mobilização de tropas sudanesas ocorre pouco depois da recente visita do general Numeiry a Washington, onde se encontrou com o presidente Ronald Reagan e com o secretário de Estado George Shultz.

Entretanto, no Chade, aumentaram as denúncias de arbitrariedades cometidas por soldados do exército de Hissene Habré contra pessoas suspeitas de simpatias para com o líder Gukuni Ueddei. Segundo um relatório da Amnistia Internacional recentemente divulgado, mais de 500 opositores foram massacrados em pelo menos quatro cidades do sul do Chade, área ainda sob o controlo das forças leais a Habré.

Irão

Eleições deverão radicalizar o regime

□ Observadores políticos em Teerão acreditam que nas eleições parlamentares de Fevereiro, deverá ocorrer uma profunda mudança na correlação de forças políticas no Irão, com o predomínio mais acentuado da linha defendida pelo ayatolah Khomeini e o seu colaborador mais próximo, o ayatolah Montazeri.

Na opinião do diário *An Nahar*, de Beirute, que veicula essas informações, os grandes derrotados serão os liberais da Frente de Libertação do Irão que conservam ainda dez lugares do *Shura* (Conselho Consultivo), sendo geralmente identificados com a antiga tendência liderada

pelo ex-primeiro-ministro Mehdi Bazargan.

Para o jornal libanês, o *Shura* — que controla todo o aparelho legislativo iraniano sob a direcção férrea de Hashemi Rafsanjani — não poderá adiar por muito mais tempo o debate sobre as graves questões económicas do país, como os problemas causados pela prolongada guerra com o Iraque, a alta dos preços e as relações entre os sectores público e privado da economia.

Em Teerão, o Fiscal Geral Revolucionário, Musavi Tabrizi, anunciou que nas próximas semanas será concluído o processo contra os membros do

Partido Comunista iraniano (Tudeh). Todos os réus são acusados de espionagem a favor da União Soviética, e vários deles deverão ser condenados à morte ou a longas penas de prisão. Apenas um número muito reduzido de presos será posto em liberdade.

À pergunta sobre possíveis reacções soviéticas à divulgação pela televisão das acusações e das confissões de espionagem dos membros do Tudeh, Tabrizi foi lacónico: "Se Moscovo reagir de forma indignada, actuaremos da mesma forma que fizemos com os Estados Unidos".

Namíbia

O fracasso do Grupo de Contacto

□ Com o anúncio da retirada da França do chamado "Grupo de Contacto", entrou em colapso a manobra das grandes potências ocidentais de tentarem uma solução para o problema da Namíbia sem que se dessem nesta antiga colónia alemã, ocupada ilegalmente pela África do Sul, reformas estruturais profundas.

A retirada da França esvazia mais ainda o "Grupo de Contacto", que passa agora a ser constituído apenas pelos Estados Unidos da América, Inglaterra, Canadá e Alemanha Ocidental. A inoperância do referido grupo já há muito que se vinha manifestando, a ponto de a SWAPO e as Nações Unidas terem deixado de confiar no seu poder para forçar um recuo do governo sul-africano. As discordâncias do governo de François Mitterrand intensificaram-se devido à insistência por parte dos Estados Unidos em exigirem uma retirada das forças cubanas de Angola como condição para que a África do Sul saia da Namíbia. A articulação das duas retiradas, mais conhecida na diplomacia mundial como "linkage", é rejeitada pela maioria esmagadora dos países africanos. O próprio Sam Nujoma, dirigente da SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano — Namíbia), havia denunciado há já vários meses que o Grupo de Contacto deveria ser formalmente dissolvido. Por diversas vezes Nujoma acusou os membros do Grupo de procurarem soluções artificiais para o problema da ex-colónia alemã, com o objectivo de preservarem os seus poderosos interesses económicos na Namíbia, particularmente no sector de extracção mineral.

Mesmo a solução negociada e



o "linkage" proposto pelos Estados Unidos estão a sofrer fortes ataques dentro do próprio gabinete de Ronald Reagan. Stuart Spencer, actual estrategista-chefe da campanha para a reeleição do presidente norte-americano, quer que o Departamento de Estado passe a apoiar aberta e maciçamente o grupo terrorista da Unita que age no interior de Angola sob a orientação sul-africana. Spencer entrou em choque aberto com o subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos, Chester Crocker, que é também o principal articulador do Grupo de Contacto.

Antes de assumir as funções de principal conselheiro eleitoral de Reagan, Stuart Spencer era funcionário do ministério dos Negócios Estrangeiros da África

do Sul, com a missão específica de influenciar a política norte-americana sobre a Namíbia. Na ocasião, Spencer recebia a "módica" quantia de 140 mil dólares por ano para defender os interesses dos racistas sul-africanos. Em Setembro passado renunciou para directamente assumir o posto de principal assessor eleitoral de Reagan.

A indigitação de Spencer para o influente cargo que actualmente desempenha representa um enfraquecimento da posição de Chester Crocker e um fortalecimento dos sectores mais militaristas dentro do *staff* da Casa Branca para a África Austral. Este grupo defende a eliminação militar da SWAPO e a intensificação das agressões contra a República Popular de Angola, a pretexto da perseguição dos guerrilheiros namíbios.

Equador

Resultado imprevisível nas eleições presidenciais

□ De acordo com as sondagens à opinião pública reveladas em Quito, as eleições presidenciais equatorianas serão disputadas cerradamente por dois candidatos: o social-democrata Rodrigo Borja, que lidera a Esquerda Democrática (ID) e Leon Febres Cordero apoiado pela Frente de Reconstrução Nacional, coligação de direita formada pelos Partidos Conservadores, Liberal, Social-Cristão e Nacional Revolucionário. Ambos surgem com cerca de 27 por cento das intenções de voto nas vésperas do escrutínio, depois de Febres Cordero ter iniciado a campanha eleitoral com 44 por cento.

Bem mais distanciados na escala das previsões estão Francisco Huerta, do Partido Democrata (PD), de centro-esquerda, e Jaime Aspiazú da Frente Radical Alfarista (FRA), de centro. Os restantes candidatos, com uma previsão global que não ultrapassa os quatro por cento são Angel Duarte (populista), Júlío César (democrata-cristão), Jaime

Hurtado (maoista), René Mauge (comunista), e Manuel Salgado (socialista marxista).

Segundo o sistema eleitoral equatoriano, no caso de nenhum dos candidatos obter a maioria absoluta no primeiro escrutínio, os dois mais votados terão de disputar uma segunda volta (que está marcada para o primeiro domingo de Maio.)

Nestas eleições os equatorianos votarão simultaneamente para os deputados do Congresso, governadores de província e conselheiros provinciais e "concejales" (vereadores) municipais.

Sendo improvável que Rodrigo Borja ou Febres Cordero obtenham a vitória na primeira volta, o resultado final ficará dependente do apoio que os restantes candidatos e partidos exprimam a cada um deles após serem afastados da disputa.

A crise económica, o desemprego e o posicionamento de cada candidato em relação à política seguida pelo actual presidente Osvaldo Hurtado, têm sido

os temas da campanha eleitoral onde se instalou um clima de violência, provocando já um morto e vários feridos. Os incidentes têm decorrido durante os comícios de apoio de Febres Cordero cujas "forças de choque" não hesitam em disparar sempre que defrontam contra-manifestantes.

A histórica questão da demarcação definitiva de fronteiras entre o Equador e o Peru tem sido retomada por alguns candidatos durante a campanha, como o líder do Partido Democrata, Francisco Huerta, que propôs um plebiscito para o encerramento das fronteiras com o vizinho do Sul.

As duas nações sul-americanas mantêm um prolongado litígio desde o reconhecimento equatoriano do protocolo do Rio de Janeiro que fixou os limites fronteiriços após a guerra de 1941, na qual o Equador perdeu 200 mil km² na região amazónica em favor do Peru e o seu direito de navegação no maior rio do continente americano.

El Salvador

Fracasso da reforma agrária

□ A lei da reforma agrária decretada em Março de 1980 pela Junta de Governo salvadorenha, tinha um objectivo essencialmente propagandístico

Seguindo um modelo posto em prática pelos norte-americanos no Vietname, pretendia demonstrar que, transformando

os camponeses em proprietários de terras, se alcançava naturalmente a pacificação rural.

Mas, tal como no Vietname, esta política reformista de tentar retirar as bases da luta popular através da neutralização das reivindicações do campesinato, fracassou em El Salvador. E isso

deu-se em grande medida porque os intentos da estratégia norte-americana esbarraram contra os interesses da oligarquia, exército e outros sectores do poder que massacraram os camponeses quando estes procuraram receber os benefícios concedidos pela lei.

A legislação da reforma agrária salvadorenha estava inicialmente dividida em duas partes. A Fase I, que incidia sobre todas as propriedades com mais de 500 hectares, e a Fase II, afectando as propriedades de 100 ou 150 ha (variando segundo a qualidade do terreno) até 500 ha.

A Junta de Governo iniciou a aplicação da primeira fase logo após a promulgação da lei. A segunda fase foi adiada indefinidamente.

Em 29 de Abril de 1980, a Junta anunciou a Fase III da lei que não incluía nenhuma intenção de colectivização de herdades, mas institucionalizava o minifúndio ao converter os camponeses rendeiros em pro-

prietários das parcelas que cultivavam. Ao anunciar esta fase o governo salvadorenho afirmou que ela iria beneficiar 150 mil famílias.

Porém, aplicando apenas a Fase I, a zona de incidência da reforma agrária — excluídas as pastagens, florestas e outras terras fora do âmbito da lei — ficou reduzida a menos de 5 por cento do total das terras com aptidão agrícola. Isto sem considerar as propriedades mais tarde devolvidas aos donos.

A Fase II, nunca aplicada, afectava 23% das terras cultiváveis, incluindo 30% da zona do café (na Fase I não iam além de 9%), terras de cultivo do algodão e da cana-de-açúcar. Ou seja, atingia consideravelmente

os produtos de agro-exportação que são dominados pela oligarquia latifundiária. Razão de peso para que esta fase fosse esquecida.

Recentemente a Assembleia Constituinte discutiu a inserção da reforma agrária dentro da economia do país. Mas após um mês de debates violentos — com ameaças de morte a deputados dispostos a intervir em favor da lei — mantém-se o impasse nas votações que as diversas alianças partidárias circunstanciais não conseguem vencer. Situação que contribui para o caos político em que está mergulhado o governo de Magaña, permanentemente ameaçado por um golpe de Estado.

Malvinas: base militar na esfera da NATO

Em entrevista à televisão britânica, a Primeira-Ministra Margaret Thatcher reiterou a recusa do seu governo em negociar com a Argentina a questão das Malvinas.

As ilhas Malvinas estão a transformar-se progressivamente numa importante base militar, onde ficarão acantonados 15 mil homens e instalados equipamentos electrónicos, radares e um sistema de defesa anti-área. Presentemente, as ilhas servem de base a 30 navios de guerra e submarinos, aviões e helicópteros militares, e contam com uma guarnição militar cujos objectivos são duas vezes superiores à população civil. O custo anual da manutenção das tropas e construção militar avizinha-se das 2 mil libras esterlinas. A militarização das ilhas tem-se feito com a cumplicidade



directa dos Estados Unidos, que têm interesse em alargar a esfera de actividade da NATO. Na óptica de Washington, a base militar das Malvinas permitirá à NATO controlar a América Latina, o Atlântico Sul, a costa ocidental de África, a passagem entre os dois oceanos e o acesso à Antártida.

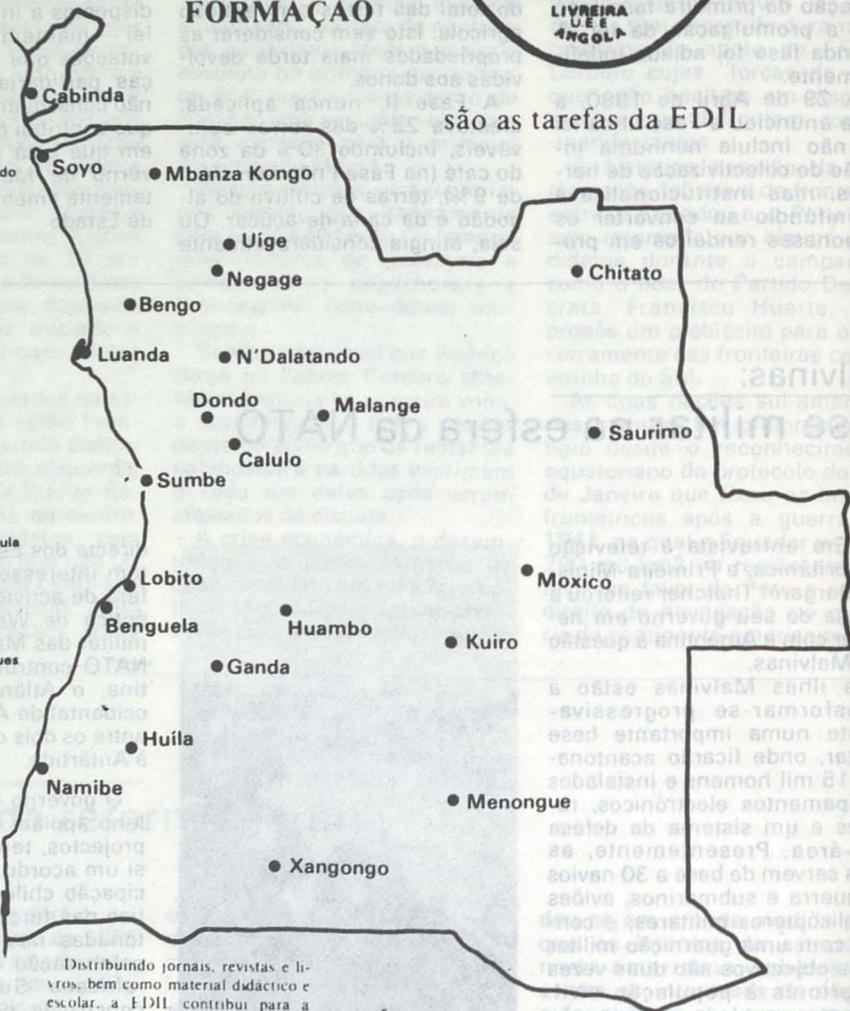
O governo sul-africano e chileno apoiam activamente estes projectos, tendo assinado entre si um acordo que prevê a participação chilena no apoio logístico das forças britânicas acantonadas nas Malvinas. Com a colaboração da sociedade sul-africana "Sundok Ostrel", será construído no extremo sul do Chile, perto de Punta Arenas, um centro naval para servir os navios britânicos militares e civis.

- **BENGUELA**
Livraria 10 de Fevereiro
- **BIÉ**
Livraria 11 de Fevereiro
- **CABINDA**
Livraria Lunda
Quiosque Maiombé
- **CALULO**
Livraria 17 de Setembro
- **DONDO**
Livraria 2 de Março
- **GANDA**
Livraria 1.º de Maio
- **HUAMBO**
Livraria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado
- **HUÍLA**
Livraria 27 de Março
- **K. KUBANGO**
Livraria Kilamba
- **KUANZA-NORTE**
Livraria 10 de Dezembro
- **KUANZA-SUL**
Livraria Anibal de Melo
- **LOBITO**
Livraria 11 de Novembro
- **LUANDA**
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livraria Centro do Livro
Livraria Augusto N'Gangula
Livraria 4 de Fevereiro
- **LUNDA-NORTE**
Posto de Venda
- **LUNDA-SUL**
Livraria Deolinda Rodrigues
- **MALANGE**
Livraria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo
- **MOXICO**
Livraria 14 de Fevereiro
- **NAMIBE**
Livraria Lutuíma
- **NEGAGE**
Livraria Saidy Mingas
- **SOYO**
Livraria Lundogi
- **UIGE**
Livraria 10 de Dezembro
- **ZAIRE**
Livraria Sagrada Esperança

**LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO**



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

A paz indivisível

Os acontecimentos no Médio Oriente parecem encurtar prazos e reduzir os espaços de uma confrontação militar de magnitude na região. A intervenção da esquadra norte-americana e os bombardeamentos a bases sírias pelos aviões da mesma nacionalidade, o recrudescimento dos ataques israelitas, certos movimentos do exército libanês de evidente coordenação com os comandos dos Estados Unidos e não muito distantes da estratégia de Israel, são factos de evidente gravidade que não podem ocorrer fora dos estritos planeamentos politico-militares de Washington.

É possível que a pronta resposta síria aos ataques norte-americanos e as repercussões dos mesmos dentro dos Estados Unidos, tenham aconselhado maior prudência ao Pentágono. Mas isso não significa o abandono da linha de ataque nem o afrouxamento das tensões.

O jogo é muito bem articulado. No momento em que o pastor Jesse Jackson consegue levar de volta para os Estados Unidos o piloto norte-americano cujo avião foi abatido pelos mísseis sírios, parecia que o gesto conciliador de Damasco iria desanuviar as tensões e abrir caminho a um início de negociações fecundas. O sr. Reagan, no entanto, aferra-se às suas posições, exigindo a retirada dos sírios sem nenhum compromisso israelita de fazer o mesmo, nem qualquer palavra sobre a própria presença das forças norte-americanas no Líbano. Mais ainda: todos devem saber que a situação no Líbano não se agravou subitamente, mas foi resultado de um longo e dramático percurso cuja origem está na política de não reconhecimento da identidade árabe do país, de imposição sobre a maioria progressista de um regime artificial, de castas, em que grupos privilegiados ocuparam o poder e exercem-no em seu proveito, de transformação do país numa base de operações contra a nação árabe.

Nada disso está nas palavras de Reagan a propósito do gesto sírio e das suas consequências diplomáticas, e o presidente norte-americano sabe que sem soluções claras e profundas desses problemas não haverá paz no Líbano.

Pelo contrário. Os norte-americanos retraíram-se

por alguns dias, transferindo a tarefa dos ataques para a aviação de Israel. Sob pretexto de neutralizar bases militares palestinas e campos de chiitas partidários de Khomeini, foram desfechados brutais bombardeamentos que sacrificaram centenas de vítimas civis.

Uma das características da guerra que libaneses e palestinos travam no Líbano contra a ocupação israelita é a dispersão dos seus combatentes que não poderiam reunir-se em quartéis ou acampamentos, como alvos abertos aos ataques inimigos.

O desenvolvimento desses bombardeamentos é apenas parte da estratégia global de terror e que tem sido seguida há tempos pela Casa Branca e o Pentágono e que foi reactivada nos recentes acordos entre Reagan e o primeiro-ministro israelita Shamir.

A natureza da guerra não muda a essência dos problemas. A solução da crise do Líbano só pode ser encontrada, como bem acentuou o pastor Jesse Jackson, em mais negociações e menos confrontação. O êxito da sua missão favorece as perspectivas de negociações.

Mas o que se está a fazer é acelerar a confrontação. Cada vez mais os norte-americanos se defrontam com os sírios e seria utópico não ver que aí está um perigo real de uma confrontação com a URSS, aliada de Damasco, obrigada por um tratado conhecido, a apoiar a Síria no caso de uma agressão externa. Há um esforço internacional, como em raras vezes na história, em favor da paz. É essa uma esperança da humanidade, ameaçada pelo holocausto nuclear. Mas este pode não ser o começo, mas uma consequência de conflitos isolados, que, nas mãos dos belicistas podem facilmente evoluir para o pior.

As guerras localizadas como a do Médio Oriente, da África Austral, da América Central e Caraíbas e outras, que o imperialismo estimula ou trava directamente, são parte da guerra global que as correntes pacifistas em todo o mundo lutam por deter e evitar. É importante entender que a paz é indivisível. A Primeira Guerra Mundial começou com um incidente em Serajevo, na Sérvia, a Segunda, em Dantzig, em Polónia. A Terceira pode muito bem começar no Líbano. □

A democracia

O povo desce às ruas

Argentina



no Cone Sul

equipe A

Uruguai



Primeiro foi a vez da Argentina. Agora, as atenções voltam-se para o Uruguai. Um novo quadro político começa a surgir no extremo-sul da América Latina após uma década de terror e ditadura.

O presidente argentino Raul Alfonsín decretou uma moratória de seis meses no pagamento do serviço da dívida externa e iniciou uma delicada desmontagem do mais sangrento aparelho repressivo jamais montado no continente. No

Uruguai, a pressão popular contra a ditadura atinge o clímax e o movimento pela democracia é já encarado como irreversível. Nunca na história uruguaia houve consenso tão amplo dos partidos e população sobre a necessidade de pôr termo à hegemonia castrense.

O nosso correspondente Horácio Verbitsky mostra e analisa as mudanças na Argentina, e Beatriz Bissio revela-nos as expectativas no Uruguai.

A proposta política do governo



QUANDO se encontraram no Salão Branco, Bignone tentou abraçá-lo, mas Alfonsín manteve-o a distância, apertando-lhe a mão com o braço bem firme e estendido. Bignone colocou-lhe a faixa presidencial, desejou-lhe boa sorte e retirou-se da Casa Rosada.

Todas as delegações estrangeiras saíam por uma porta lateral do palácio governamental, mas Bignone preferiu a porta traseira para escapar à multidão que ocupava a Praça de Maio, e que tinha vaiado o vice-presidente dos Estados Unidos, George Bush, e os representantes chileno e uruguaio.

Uma mulher, com a cabeça coberta por um lenço branco, escreveu num papel: "Caim, que fizeste ao teu irmão?" e colocou-o no pára-brisas do carro de Bignone. O motorista tirou o papel, amarrotou-o e deitou-o para o chão. Foi imediatamente cercado por um grupo de mulheres que, com gritos hostis, o convenceram da inconveniência do seu gesto. O motorista recolheu o papel do chão, alisou-o e voltou a colocá-lo no seu lugar.

Assim, deixou o poder o último chefe do regime militar que durante quase oito anos afundou a Argentina na pior crise política, económica, moral e de segurança da sua história.

Mas menos previsível, e por isso mais interessante,

é a forma como assumiu o governo o primeiro líder civil surgido na Argentina desde a morte de Irigoyen, há exactamente meio século.

Meio milhão de pessoas ocuparam as ruas de Buenos Aires durante quase 24 horas. Primeiro para acompanhar o trajeto de Alfonsín do seu hotel até ao Congresso, onde prestou juramento perante a Assembleia Legislativa e pronunciou um discurso inaugural enumerando os objectivos do seu governo, que definiu como uma administração decente. Depois, o povo acompanhou o presidente, que seguiu em carro aberto até à Praça de Maio, onde recebeu o juramento dos seus ministros na Casa de Governo e dirigiu uma mensagem de poucos minutos à multidão do Cabildo, instituição da época da fundação do governo argentino. E, por último, a multidão participou nos festejos populares, com música e baile, que foram realizados em vários pontos da cidade e que se prolongaram até à madrugada seguinte. Alfonsín entusiasmou os manifestantes ao incluir no seu discurso a palavra-de-ordem que se escutava na Praça: "O povo unido jamais será vencido".

Em todos esses lugares, a grande novidade foi a coexistência de uma maioria radical com grandes grupos de militantes de outros partidos, basicamente peronistas e intransigentes, mas também alguns socialistas, que rivalizaram nas suas palavras de ordem críticas ao processo militar findo, mas confraternizaram entre si. O caso mais notável foi uma grande bandeira formada por duas secções cosidas: uma da União Cívica Radical, outra do Partido Justicialista.

"Galtiere, borracho, mataste a los muchachos", ("Galtiere, bêbado, matastes os rapazes"), gritava em coro um sector. "Olelé, olalá, os militares vão e não volta mais", respondiam de outro grupo. "Volta a gloriosa JP (Juventude Peronista), a fazer justiça, vamos todos, lutemos unidos, que estamos podres de tanta dor", cantavam, acompanhados com bombos e tambores, rapazes muito jovens. "Somos do bando de arruaceiros do dr. Óscar Alende, larga tudo e vem a correr que se está a preparar a revolução", respondiam a brincar os simpatizantes do PI (Partido Intransigente) que da mesma forma que os da JP, tinham escolhido no último ano as cores vermelho e preto para as suas bandeiras e painéis.

As mães e avós da Praça de Maio repetiam os seus clássicos refrões. "Agora é indispensável, o aparecimento com vida e punição para os culpados" e "Nem esquecimento, nem amnistia, aparecimento com vida". Quarenta e oito horas antes da mudança de governo, tinham realizado a sua última manifestação na Praça de Maio, que foi até ao Congresso, na qual



"Com a democracia, não apenas se vota mas também se alimenta, se educa, se cura"

participaram o Prémio Nobel da Paz de 1980, Adolfo Pérez Esquivel, e a ex-encarregada dos direitos humanos do governo Carter, Patricia Derian.

Os refrões mais repetidos correram por conta dos radicais. "Alfonsín/ Alfonsín" e "Continua o baile, ao compasso do tamborim, que chegámos ao governo, pela mão de Alfonsín", foram os mais cantados. Isto é natural, num acto para comemorar a vitória da UCR. Mas a presença dos restantes sectores mostra o novo clima que se vive no país, gerado nos últimos anos durante as numerosas mobilizações pelos direitos humanos, e que adquiriu um carácter de massas depois de conhecidos os resultados de 30 de Outubro.

Nos bailes, além disso, destacou-se a presença de muitas bandeiras uruguaias e chilenas, recebidas com "vivas" para os seus povos e "morte" para os respectivos governos.

O fim e os meios

Na mensagem presidencial, Alfonsín anunciou que "hoje acabou a imoralidade pública" e proclamou um "sentimento ético: que o fim jamais justifique os meios"; Alfonsín condenou as "minorias armadas que trocam as leis pelos tiros, tanto através da acção guerrilheira como do golpismo", lembrou que "a violação do direito do povo de escolher os seus governantes implicou sempre a perda de parcelas de soberania para o estrangeiro, desemprego, miséria, imoralidade, falta de liberdades públicas, violência", e ratificou a sua crença na democracia, que reconhece o sufrágio e a mobilização popular como os seus

maiores valores.

Reafirmando o tom que durante a campanha imprimiu ao discurso tradicional do seu partido, Alfonsín explicou que "aprendemos à luz das trágicas experiências dos anos recentes, que a democracia é um valor muito mais alto do que uma simples forma de legitimidade do poder, porque com a democracia não se vota apenas, mas também se come, se educa, se cura".

"A nossa concepção de desenvolvimento social — disse — é inseparável da participação popular na solução dos problemas de cada grupo comunitário". Deste modo, Alfonsín fez uma diferença entre o "paternalismo de Estado" e a "acção benemérita privada" e o seu Programa Alimentar Nacional (PAN), no qual as organizações comunitárias poderão intervir. Com a mesma rapidez com que durante a campanha foi incorporando as palavras de ordem mais interessantes dos restantes partidos, Alfonsín justificou a implantação do PAN como "um acto de reparação e um direito das famílias mais castigadas, e de forma alguma como uma boa acção". "Reparação do mal causado ao povo" foi exactamente a palavra de ordem do pequeno sector peronista "Intransigência e Mobilização". Esta apropriação de bandeiras de luta não levanta críticas, mas simpatia.

"Este programa — explicou Alfonsín — destina-se a atenuar os efeitos dessa tremenda injustiça nacional que é a carência de alimentos de que sofrem alguns sectores do nosso povo. A sua realização será o resultado de uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e os diferentes sectores comunitários."

Ainda na primeira semana de governo, Alfonsín anunciou uma moratória de seis meses no pagamento da dívida externa argentina, cujo montante actual é de 40 mil milhões de dólares. O novo governo suspendeu os pagamentos de juros e amortizações até ao final de Julho de 1984, com o objectivo de reestruturar as finanças e reorganizar a forma de pagamento dos débitos acumulados desde 1982. Segundo os especialistas financeiros de Buenos Aires, os pagamentos atrasados de 82 somam pouco mais de dois

mil milhões de dólares e os de 83 chegam a cinco mil milhões. Os compromissos com vencimentos em 84 são calculados à volta de 18 milhões de dólares, dando teoricamente um total de 25 mil milhões de dólares sujeitos à renegociação. Para o pagamento de juros, o ministro da Economia, Bernardo Crispim, espera contar com três mil milhões de dólares do *superavit* na balança comercial argentina, mais dois mil milhões a serem fornecidos pelo FMI e mil milhões dos próprios bancos credores. A mensagem de Alfonsín no dia da posse garantia uma renegociação sem o recurso a receitas recessivas. "Apresentaremos

Carta democrática de Buenos Aires

UM documento de apoio e estímulo à luta pela democracia foi divulgada na Argentina por destacadas personalidades latino-americanas, presentes ao acto de posse do presidente Raul Alfonsín.

A *Carta Democrática de Buenos Aires*, iniciativa do governador Franco Montoro, de São Paulo, foi assinada pelo primeiro-ministro de Portugal, Mário Soares; pelo ex-presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez; pelo vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, Darci Ribeiro; pelos presidente e vice-presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), respectivamente Doutel de Andrade e Neiva Moreira e por Paulo Ribeiro, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; senador Nelson Carneiro, presidente do Parlamento Latino-Americano; ex-senador chileno, Anselmo Sule; os líderes da democracia-cristã do Chile, Gabriel Valdez e Radomiro Tomić; Felix Rospigliosi, secretário-geral do Movimento Nacionalista Revolucionário de Izquierda (MNRI) e Julio Garreti, presidente do Senado, da Bolívia; Domingo Laino e outros dirigentes democráticos do Paraguai; Enrique Iglesias, presidente da CEPAL; deputados do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Freitas Nobre (líder do PMDB na Câmara), Miguel Arraes, Fernando Santana, Paes de Andrade, José Yunes, José Carlos Teixeira, Djalma Bessa e o seu líder no Senado, Humberto Lucena; Jorge Cunha Lima, secretário de Comunicação do governo de São Paulo; Ferreira Aldunate, Juan José Cardoso, Alba Roballo, Juan José Crotoigni, Jorge Battle, Julio María Sanguinetti, Enrique Tarigo e Juan Pablo Terra, dirigentes da oposição uruguaia; Pena Gómez, presidente do Partido Revolucionário Dominicano e presidente da Câmara de Santo Domingo e outros políticos, professores universitários e jornalistas.

O Documento

É do seguinte teor o texto do documento assinado: "Na oportunidade do histórico regresso da Argentina à democracia, simbolizado pela tomada de posse do presidente constitucional dr. Raul Alfonsín, um grupo de personalidades políticas da América Latina e de outros países amigos, que consideram este



Parlamentares e dirigentes políticos latino-americanos assinam o documento de apoio à democracia no continente

triufo do povo argentino, como um acontecimento de ressonância continental, assinam a seguinte *Carta de Buenos Aires*:

1. A legitimidade do poder está directamente relacionada com a livre manifestação da vontade popular através de eleições democráticas. Carecem desta legitimidade aqueles governos ditatoriais que a falsificam e manipulam.

2. O respeito pelos direitos humanos, individuais e sociais, é a base indispensável da autenticidade dos governos.

3. A democracia pluralista e de vocação social constitui uma aspiração geral dos nossos povos, é o ponto de convergência da comunidade internacional e a sua garantia de paz.

4. A violência como método de solução dos problemas políticos, é incompatível com os ideais e a prática da democracia.

5. As democracias, por definição, sustentam o princípio da não-intervenção nos assuntos internos de outros países.

6. Só a evolução democrática e autónoma dos países da América Latina e a sua progressiva integração económica, política e cultural garantem uma acção eficaz e conjunta para superar a grave crise que afecta os países do continente.

7. O regresso da Argentina ao regime de soberania popular, abre condições para que, no quadro das Nações Unidas, se estabeleça o diálogo entre a Argentina e a Grã-Bretanha, com vista à solução pacífica do problema da soberania das Malvinas."

Buenos Aires, 10 de Dezembro de 1983

o nosso programa, sensato, tecnicamente correcto, compatível com o crescimento do país e o pagamento da dívida, e vamos cumprir esse programa. Seremos flexíveis nas formas mas não no conteúdo, pois acreditamos que o problema da dívida não pode ser resolvido com medidas que impliquem mais recessão económica, nem na hipótese inconcebível que estivessemos dispostos a aceitar o inaceitável, ou seja, a continuação da pobreza e miséria do povo". Alfonsín acrescentou que a dívida "não pode significar um travão ao desenvolvimento do país. Ela será paga na medida em que as exportações argentinas possam expandir-se no futuro, mas condicionamos o pagamento dos serviços e amortizações ao fornecimento adequado de matérias-primas e produtos intermediários, que uma forte e crescente actividade interna requer. Não se pode conceber, nem, política nem socialmente, o pagamento dessa dívida se os mercados se fecharem às nossas exportações ou se, para fazê-lo, fosse necessário retrain a produção interna". O fantasma da moratória é uma boa base para negociar.

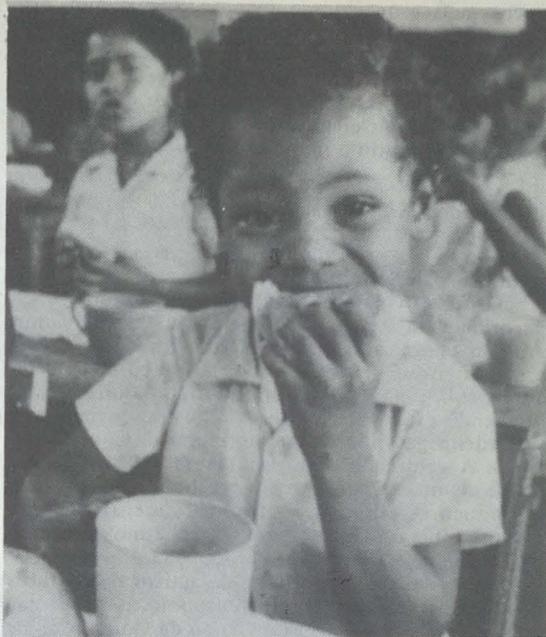
A política externa

Alfonsín afirmou que a sua política externa será independente, "baseada no reconhecimento do pluralismo ideológico e veemente condenação de qualquer forma de imperialismo, colonialismo e neocolonialismo". Lembrou que o destino da Argentina estava ligado ao "dos povos irmãos da América Latina", que durante a guerra pelas Malvinas "nos deram a sua solidariedade e inestimável apoio moral e político", e prometeu consolidar e aprofundar as relações, "acentuando, no caso dos países limítrofes, a vontade da integração real e efectiva".

Sobre o litígio com o Chile (*ver matéria nesta edição*), disse que aceitava como base de negociação a proposta do Papa, mantendo o princípio bioceânico, com o que desmentiu declarações do seu enviado pessoal ao Chile, o político conservador Pablo González Bergez, que havia declarado que tal princípio não existia, causando inquietação em Buenos Aires.

No caso das Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul, Alfonsín reiterou o objectivo irrenunciável da sua recuperação e a integridade territorial. "Temos dito que somos inflexíveis neste ponto. A soberania é uma condição prévia à negociação". Acrescentou que se exigiria cumprimento das resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas que exortam as duas partes à negociação directa. "Enquanto isso, denunciámos, uma vez mais, como uma grave ameaça à segurança da República Argentina e de toda a região, a instalação da base militar e nuclear estabelecida pelo Reino Unido nas ilhas Malvinas, assim como a zona de exclusividade declarada por esse país". Além disso, ratificou a soberania sobre o sector antártico que a Argentina reivindica.

O primeiro-ministro italiano Bettino Craxi havia entregue a Alfonsín uma breve mas inesperada mensagem de Margareth Thatcher, chefe do governo britânico, com o qual a Argentina rompeu relações diplomáticas em Abril de 1982. "Ao iniciar o seu governo — dizia Thatcher — quero que saiba que apesar de termos muitas divergências, todos nos po-



Os novos dirigentes argentinos terão que atenuar os efeitos dessa injustiça nacional que é a enorme carência de alimentos

demos congratular pela restauração da democracia na Argentina, com a certeza de que ela trará justiça e liberdade a todo o seu povo. Este dia dá esperanças ao seu país".

Alfonsín respondeu às 50 palavras da mensagem, com apenas 44: "Agradeço as suas expressões em relação ao restabelecimento das instituições democráticas na Argentina. Concordo com a sua apreciação sobre a existência de divergências entre a Argentina e o Reino Unido. A esse respeito seria útil lembrar um velho provérbio inglês: quando há vontade, há solução".

Numa entrevista ao *Observer* de Londres, Alfonsín adiantou o que poderiam ser as primeiras condições argentinas para declarar o fim das hostilidades: redução da zona de exclusividade de 150 milhas em redor das ilhas e a suspensão das obras de construção do novo aeroporto de Porto Argentino.

Thatcher, que durante a guerra brincou aos "churchills" e destinou a Galtieri o papel de Hitler para que a revivência fosse completa, tem, com toda a certeza, mais saudades do seu *partner*, necessário para a continuação da brincadeira, do que o povo argentino e lembra-se, certamente, do que aconteceu à carreira política do seu mestre, que quando afundou o Terceiro Reich teve tempo para se dedicar à literatura e ganhar um Prémio Nobel.

De agora em diante, o tempo corre contra Thatcher, tal como deu a entender Alfonsín ao *Observer*: "Deixou de existir uma argumentação fundamental usada pelos britânicos para não negociarem conosco. Já não somos governados por uma ditadura".

Alfonsín também manifestou, perante a Assembleia Legislativa, "a nossa decisão de ser solidários com os

povos mais esquecidos e menos desenvolvidos nas suas justas reivindicações para conseguir uma completa reorganização das relações económicas internacionais, e contemplar o seu direito de participar activamente no intercâmbio mundial e nos seus benefícios, de servir efectivamente a causa da paz e da segurança em todo o mundo”.

Prioridade à América Latina

Alfonsín deu prioridade ao relacionamento com os restantes países latino-americanos, e depois à militância no Movimento dos Países Não-Alinhados, “a partir da clara definição ideológica que sustentávamos antes de chegar ao governo, de respeito à democracia a aos direitos humanos”, e de acordo com “os princípios sobre os quais se fundou o não-alinhamento, que tende a favorecer o processo de desanuviamento, verdadeira garantia de paz no mundo”. Com Alfonsín, a Argentina não se distanciará do Movimento como aconteceu com o regime militar até 1982, nem tão-pouco se alinhará com a sua ala mais radical, junto à Líbia ou Cuba, como fez o mesmo governo a partir da guerra das Malvinas até 1983.

Dentro da sua proposta de desactivar os conflitos localizados, Alfonsín prometeu apoio às propostas para a América Central do Grupo de Contadora, “e qualquer outra que evite a actual tendência a situar o conflito no contexto do confronto Leste-Oeste. Qualquer solução real deve ter em conta o direito inquebrantável desses povos de viverem com liberdade e justiça”. O presidente anunciou também que o ministro dos Negócios Estrangeiros visitaria a região a fim de estabelecer um mecanismo de consulta com os países envolvidos.

Depois de anunciar a ineficácia do TIAR, que deixou a Argentina e os países da América Latina e

Caraibas indefesos perante a agressão extra-continental a da intervenção militar, Alfonsín propôs a procura de “novos e efectivos esquemas de segurança continental, nos quais a América Latina possa participar” “num empreendimento internacional compartilhado”, e fez saber que o seu governo “realizará imediatamente contactos com os países latino-americanos para levar por diante essa iniciativa”.

Qualificou de “difíceis e assimétricas” as relações com os Estados Unidos e considerou “imprescindível” que Washington “modifique a sua conduta na América Central”.

Alfonsín deu a conhecer que a Argentina terá “activa participação” no Movimento dos Países Não-Alinhados e no Grupo dos 77, com o propósito de “fortalecer a capacidade de negociação desses grupos, a fim de tornar realidade a maior importância relativa, que têm os países em desenvolvimento no sistema internacional”. Também reafirmou o seu apoio a uma Nova Ordem Económica Internacional e exaltou a cooperação Sul-Sul em todos os planos, como paliativo para a crise económica internacional, que não pode esperar a reactivação dos países desenvolvidos.

Cooperação com Ásia e África

Destacou o seu desejo de “intensificar a cooperação com os países da Ásia e África, para que a Argentina lhes possa fornecer tecnologia de nível intermédio no campo agrícola a alimentar”. Num breve parágrafo dedicado ao Médio Oriente, exigiu o respeito a três princípios para uma solução global: a existência de paz em Israel, a aspiração do povo palestino de “construir livremente o seu destino na sua própria terra” e a integridade territorial do Líbano.

As declarações adversas aos Estados Unidos pela

OFEREÇA LIVROS ...



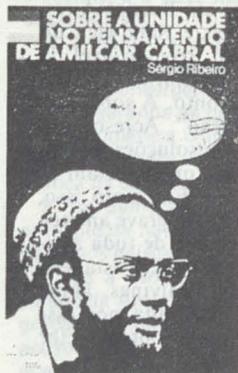
320\$00

①



12 números 650\$00

②



140\$00

③



360\$00

④

... E BENEFICIE DOS PREÇOS ESPECIAIS PARA ASSINANTES



O carácter de massa que as manifestações populares adquiriram mostra o clima que se vive no país

sua política de agressão na América Central, e a exigência de que esse país reconsidere as suas "práticas discriminatórias" no âmbito do intercâmbio comercial e da dívida externa foram feitas na presença do vice-presidente Bush, que no dia seguinte teve uma entrevista com o novo chefe de governo argentino.

Segundo o próprio Bush, nessa reunião ele ofereceu ajuda para tirar a Argentina "do dilema financeiro em que se vê submergida devido à dívida externa", pediu que o processo nuclear argentino aceite submeter-se a salvaguardas internacionais e declarou, por fim, que o seu país deseja cooperar para que a Argentina e a Grã-Bretanha encontrem uma solução negociada para o conflito no Atlântico Sul.

O que Bush não disse, é que na óptica norte-americana essas questões seguem um encadeamento de causa-efeito, juntamente com outras que ele não mencionou em público, mas que foram abordadas na entrevista com Alfonsín. Em poucas palavras: haverá ajuda económica e pressões sobre Londres para negociar, se a Argentina ratificar os tratados de Tlatelolco e o de Não-Proliferação Nuclear, colocar sob controlo internacional todas as suas instalações

nucleares e não se voltar claramente contra a política centro-americana de Reagan.

Reforçando o apoio à substituição da ditadura pelo governo democraticamente eleito, os Estados Unidos concordaram em levantar o embargo que impedia a compra de armas. Alfonsín deu a conhecer que não estava interessado em adquiri-las e o *Washington Post* felicitou o governo do seu país por ter controlado a sua impaciência em suspender o embargo até ao momento em que os fatos cor de cinza tivessem substituído os uniformes verdes na Casa Rosada.

Em compensação, Patricia Derian, convidado especial de Alfonsín, declarou em Buenos Aires que a decisão de levantar o embargo "era um exemplo perfeito da estupidez da política do governo de Reagan em relação à América Latina. Qualquer pessoa pode perceber que o que este governo precisa é de ajuda económica e não de mais armas. O problema da dívida externa ocupou as primeiras páginas de todos os jornais do mundo, de maneira que não há desculpa para ignorá-lo. O que este povo, que acaba de sair de uma guerra suja, menos está a precisar é que se rearmem os militares". □

Alfonsín e o peronismo



RAUL Alfonsín bateu a todas as portas à procura de uma relação de cooperação com o peronismo. Por causa disto teve que mudar três vezes de interlocutor, tendo sempre o cuidado de não intervir nos assuntos internos do principal partido de oposição, que se tornaram explosivos depois de 30 de Outubro. Logo no dia seguinte às eleições, o chefe radical avistou-se com o candidato derrotado italo Luder, que então simbolizava a face pública do peronismo oficial. O encontro serviu para dar ao país a ideia de um clima novo, de cordialidade e respeito, que se foi afirmando nos dias seguintes, até desembocar nos festejos da posse, em 10 de Dezembro. No entanto, não foi um passo suficiente para consolidar as bases de um sistema bi-partidário no país.

Sem qualquer cargo formal na estrutura partidária, Luder era unicamente um ex-candidato vencido, cuja ascendência sobre o peronismo se mostrou mais do que discutível. A confusão que tomou conta do justicialismo após a sua primeira derrota eleitoral, induziu Alfonsín a reunir-se também com uma comissão política presidida pelo governador de Santiago del Estero, Carlos Juárez, que na primeira quinzena de Novembro pareceu afirmar-se na direcção do Partido Justicialista, após Lorenzo Miguel ter delegado parte das suas funções partidárias, para se en-

trincheirar no seu reduto sindical.

Este segundo contacto, também cordial, tão-pouco serviu para atender aos objectivos oficiais, porque a posterior reaparição pública de Isabel Perón recriou o estado de crise e confusão surgido após o veredicto eleitoral. A viúva de Perón enviou um telegrama de felicitações a Alfonsín, que, por seu lado, compreendeu que a ex-mandatária estava a usar essa via oblíqua para mostrar que voltava a exercer a liderança recebida no congresso justicialista de Setembro. Até então, Isabel não tinha assumido, nem sequer aceite, a delegação de chefia.

Sem vacilar, Alfonsín convidou-a para as cerimónias da posse e dedicou-lhe um tratamento preferencial. Colocou-a bem no meio da Assembleia Legislativa, sentada ao lado de outro ex-presidente civil, o desenvolvimentista Arturo Frondizi, também deposto pelas Forças Armadas.

Em todas as suas atitudes em relação ao peronismo desde as eleições, Alfonsín pôs em evidência a mesma habilidade que antes o tinha levado a oferecer cargos muito importantes à corrente mais conservadora do seu partido, e que havia sido derrotada internamente. O presidente nomeou peronistas para o Supremo Tribunal de Justiça, para a administração dos bancos estatais e ofereceu até o cargo de assessor político pessoal ao ex-ministro Justicialista da Defesa, Interior e Negócios Estrangeiros, Angel Robledo.

Robledo aceitou, tornando-se uma ponte política entre o novo governo e o sector sindical da CGT Azopardo (uma das duas principais centrais sindicais da Argentina) que defendera a candidatura do ex-ministro. A aceitação provocou duras críticas em vários sectores marginais do peronismo, que acusaram Robledo de não ter consultado previamente o partido. Entre a eleição e a posse, Alfonsín fez mais pelo peronismo que qualquer um dos dirigentes justicialistas, mas é evidente que, a longo prazo, um governo não pode inverter a sua oposição.

O regresso de Isabel

A chegada da viúva de Perón ao aeroporto de Ezeiza, em Buenos Aires, converteu-se numa ameaça à liderança encabeçada por Lorenzo Miguel.

A ex-presidente indicou uma comissão formada por membros do sector verticalista (*) do peronismo para organizar a sua agenda na Argentina. Durante vários dias, a direcção partidária ligada a Miguel tentou

(*) Verticalistas são os peronistas que seguem incondicionalmente a liderança da viúva de Perón, em oposição aos oficialistas, que procuram uma acção mais autónoma.

ignorar a comissão, até que não teve outra alternativa senão submeter-se a essa ingrata situação. De contrário, eles não teriam simplesmente acesso a *La Señora*.

Como era previsível, os dirigentes do justicialismo, ao rebaixarem-se solicitando audiências à sua chefe por intermédio da comissão, mostraram até que ponto chegara a sua vulnerabilidade.

Não foram, por exemplo, convidados para a recepção em Ezeiza, na qual participaram apenas os verticalistas. Os dirigentes oficiais foram, mesmo assim, ao aeroporto onde tiveram que fazer muita força e gritar para não serem afastados do local pelos membros da comissão nomeada por Isabel. Estes factos revelam, no entanto, uma questão de fundo: ao indicarem a viúva de Péron como presidente do partido, os participantes do congresso justicialista de Setembro deram a liderança de Isabel uma legitimidade que era válida como símbolo, apenas no caso de uma vitória eleitoral. Mas, depois da derrota, a figura da ex-presidente tomou uma inesperada dimensão política.

Depois de reconquistar os seus direitos políticos, recebida com pompa e cerimónia pelo novo governo, detentora de um apelido magnético, e despertando as simpatias dos sectores populares, Isabel passou a ser o único ponto firme no meio das areias movediças do justicialismo. Isto não significa que ela não tenha oposição. O ex-ministro do Interior de Péron em 1955, Oscar Albrieu, por exemplo, incluiu-a entre os responsáveis pela derrota eleitoral e pediu que Isabel renunciasse. Albrieu acusou a ex-presidente de se omitir quando deveria ter estado à frente, entre o povo, para cumprir com as suas obrigações de liderança nos momentos mais duros da campanha eleitoral”.

O ex-ministro actua no MUSO (Movimento de Unidade, Solidariedade e Organização), que durante a luta interna alinhou-se com o ex-ministro da Economia, Antonio Cafiero. Outro dirigente do MUSO, o ex-deputado e ex-ministro do Trabalho Miguel Unamuno, usou outros termos para definir a crise interna do partido: “Desde a morte de Perón, não surgiram nem se discutiram políticas dentro do justicialismo. O peronismo perdeu as eleições nas grandes concentrações urbanas e nas grandes cidades. Nestas circunstâncias, um movimento que se considera historicamente a expressão dos trabalhadores, quando sofre um choque desta natureza, o mínimo que pode fazer é recolher-se, olhar para dentro, assumindo com clareza e sinceridade os termos da derrota. Alfonsín venceu-nos em termos de política concreta”, explicou Albrieu.

Outro seguidor de Cafiero, Eduardo Setti, que seria certamente ministro da Economia se Luder tivesse ganho, foi mais longe: “É preciso ter em mente que ainda não fizemos a auto-crítica da derrota de 30 de Outubro. Mas é preciso ter em mente que ainda não fizemos a auto-crítica da derrota de 30 de Outubro. Mas é preciso ter em mente que ainda não fizemos a auto-crítica da derrota de Março de 76”. Esta foi a data do golpe militar que derrubou Isabel Péron.

A ex-presidente destacou, a todo o momento, na Argentina, a importância de uma relação harmónica



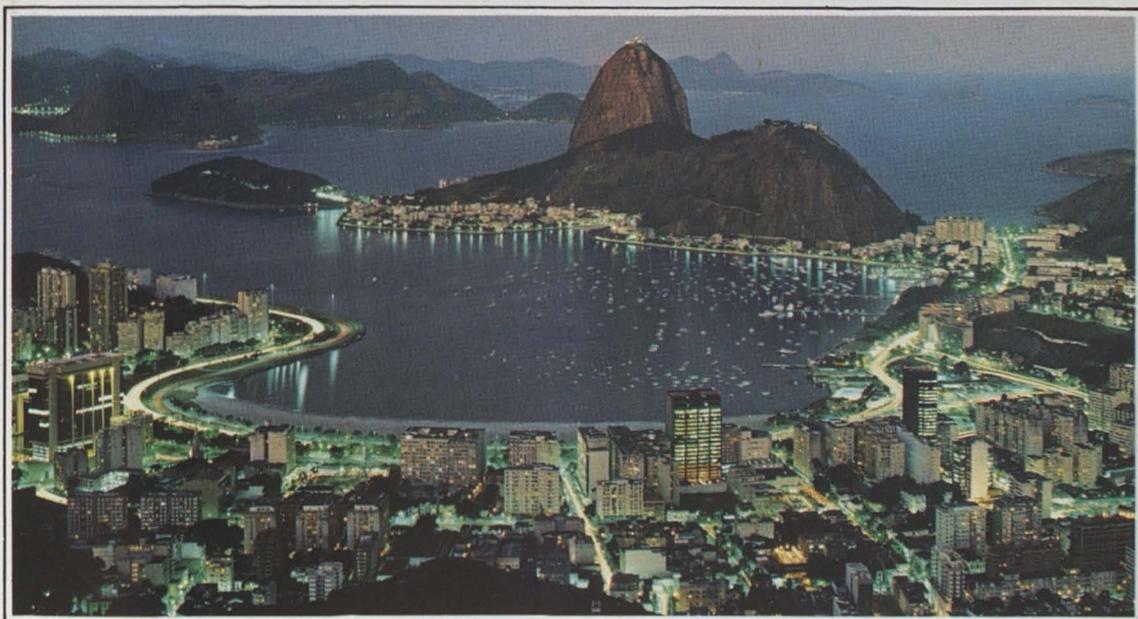
Isabelita com Frondizi: recebida com pompa

com o governo radical e com as restantes forças políticas do país para defender a democracia e o estado de direito. Dirigiu-se também aos “companheiros da causa peronista, ao sector feminino e, em especial, aos jovens e trabalhadores”. Nisto, ela coincidiu aparentemente com o dirigente montonero Mario Firmenich, que numa mensagem dirigida do exílio também pediu o respeito pelas instituições democráticas e propôs uma reorganização do peronismo com base nos sectores marginalizados internamente, como as mulheres, os jovens e os trabalhadores.

Aquilo que pode ser desconcertante no plano ideológico, adquirir coerência numa leitura política. Parece natural que os ortodoxos e os verticalistas de Isabel, os montoneros de Firmenich e os adeptos do MUSO, procurem uma reorganização e pressionem para eliminar a direcção partidária escolhida por Lorenzo Miguel. De qualquer maneira é muito difícil imaginar que entre os verticalistas e montoneros haja uma conciliação. No passado, foram trocadas ofensas, tiros e bombas em demasia para que seja possível um acordo. Além disso, uns contam com o reconhecimento oficial, outros não.

Quando os membros da direcção peronista conseguiram uma audiência com *La Señora*, baixaram a cabeça à espera de serem decapitados. Lorenzo Miguel mostrou a alegria do justicialismo pelo regresso da sua chefe e ofereceu a renúncia de todos os seus colegas de direcção. Isabel resolveu cozinhar em fogo lento os seus interlocutores. Disse que não vinha cortar cabeças ou dar puxões de orelhas; criticou a

O Rio de Janeiro é muito mais que um cartão postal do Brasil.



O Estado do Rio de Janeiro não é só feito de belezas naturais. É, acima de tudo, uma grande oficina de trabalho. Por isso, somos o segundo pólo de desenvolvimento e o maior centro financeiro do Brasil.

Nossas empresas produzem, em escala de exportação, alimentos e bebidas, peles e manufaturas de couro, papel, produtos químicos, plásticos e têxteis, borracha natural e sintética, aparelhos elétricos, produtos metalúrgicos e muito mais. E, além de concentrar o maior número de empresas de consultoria de engenharia, o Rio de Janeiro tem o principal aeroporto e o segundo maior porto do Brasil.

O BD-Rio, como agência financeira de fomento, tem a função de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado. Por isso, o BD-Rio deseja ser o laço entre nossas empresas exportadoras e os importadores em potencial de nossos produtos. Laço que há de unir povos amigos. Use o BD-Rio para fazer contatos com as empresas do Rio de Janeiro. O BD-Rio terá sempre a solução adequada para a sua expectativa.

GOVERNO DO
ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
- BRASIL

ABRINDO NOVOS CAMINHOS

BD-Rio

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

Praia do Flamengo, 200 - 23º, 24º e 25º andares

Rio de Janeiro - Brasil - CEP.22210

Tel.: 205.5152 (PABX) - Telex (021) 22318

Filiado à Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE

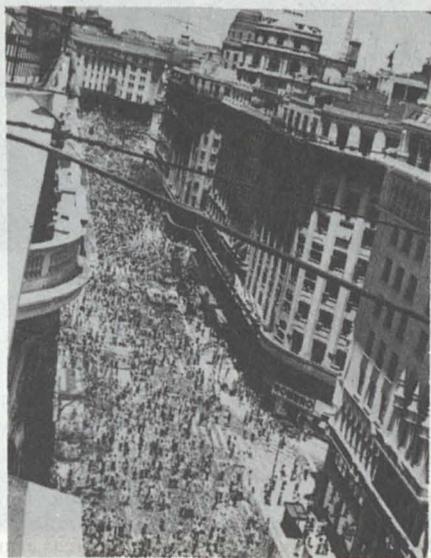
5
anos

de Independência
na Reconstrução Nacional
na edificação do Socialismo

25 JUNHO DE 1980



Militares: o maior saneamento da história



ANTES mesmo de assumir a governação, Alfonsín fez sentir aos militares que começava uma nova era, à medida em que iam sendo conhecidas as primeiras nomeações para postos no aparelho de segurança e outros postos-chaves, que há muito tempo eram ocupados por almirantes e generais.

Um magistrado comanda hoje a Polícia Federal e outro a da província de Buenos Aires, postos que eram anteriormente verdadeiros feudos militares. Um civil actuará como secretário de Informações do Estado, a SIDE. Outro civil dirigirá a Comissão de Energia Atómica, que nos últimos trinta anos foi presidida unicamente por almirantes.

Esta desmilitarização do Estado confirma o que Alfonsín anunciou na sua primeira mensagem presidencial, em que definiu o processo como "a regra de ouro de todas as nações civilizadas do mundo, independentemente do seu regime político ou da sua ideologia, onde as Forças Armadas devem subordinar-se à autoridade civil institucionalmente estabelecida".

Como segundo a Constituição argentina, o presidente é o comandante-em-chefe de todas as forças armadas, foi eliminado das três armas o cargo de comandante do Exército, da Marinha e da Força Aérea. Agora, elas dependem do ministro da Defesa

através dos respectivos chefes de Estado-Maior. Isto provocou o primeiro atrito entre o novo governo e os militares, nos dias anteriores à mudança de autoridades.

Alfonsín pediu que Bignone decretasse com a sua assinatura uma nova lei de ministérios, estabelecendo a competência de cada pasta, de modo a poder receber o juramento dos seus ministros pouco depois de empunhar o bastão de comando que simboliza o poder, sem necessidade de esperar que o congresso discutisse a nova lei ministerial.

Bignone aceitou, mas sob pressão militar, fez reparos aos dispositivos da lei que retiram da jurisdição militar as fábricas de armas e a eliminação das cláusulas que tornavam compulsiva a entrega da presidência destas empresas a militares do activo.

O ministro da Defesa, Raul Borrás, um amigo íntimo de Alfonsín que organizou a estratégia eleitoral, foi acusado pela revista católica de extrema-direita *Cabildo* de ter visitado Cuba e participado num Festival da Juventude em Moscovo, há mais de 10 anos. Borrás não aceitou as emendas de Bignone e indicou dois caminhos possíveis: a lei era promulgada tal como tinha sido redigida pela equipa de Alfonsín ou, caso contrário, aguardaria até ser aprovada pelo Congresso.

Os militares cederam e assinaram o decreto. Mas o episódio mostrou um tipo de mentalidade que não será facilmente neutralizada.

Os novos chefes

Outro caso que merece atenção foi a nomeação como Chefe do Estado-Maior Conjunto e como Chefe do Estado-Maior do Exército dos generais de brigada Júlio Alfredo Fernandes Torres e Jorge Hugo Arguindeguy (sem H e sem parentesco com o ex-ministro do Interior, Albanq Harguindeguy). As informações divulgadas no próprio dia das duas nomeações por jornais de Buenos Aires coincidiram em afirmar que se tratava de dois oficiais sem interesses ou antecedentes políticos. No entanto, isto não parece ser verdade. Fernandes Torres foi delegado militar na Confederação Geral do Trabalho nos primeiros anos do processo militar, durante a licença do titular daquele cargo, o comodoro Júlio Porcile. Nessa altura foi punido pela justiça civil por não responder a um pedido judicial de *habeas corpus* para um sequestrado. Isto não quer dizer que ele tenha sido necessariamente o responsável pelo sequestro, mas pelo menos indica que o seu respeito pelos fun-



As forças armadas derrotadas nas Malvinas...

cionários judiciais entrou em choque com o espírito de corporação e com a solidariedade dos camaradas de arma. Exactamente o contrário do que Alfonsín exige para a nova etapa.

Sobre Arguindeguy, afirma-se que é "nacionalista", expressão que na política argentina quer dizer pelo menos 42 coisas diferentes segundo quem a pronuncie. A sua candidatura para o cargo começou a ser mencionada em Outubro, no caso de uma hipotética vitória do peronista Italo Luder. Arguindeguy teve também participação no projecto militar de dominação da classe trabalhadora, como membro da Comissão de Assessoramento Legislativo (CAL), constituída por oficiais das três armas, que funcionavam por vezes como Senado da monarquia constitucional militar implantada em 76.

De todos os modos a indicação destes generais, tidos como os mais modernos do seu nível, implicou a reforma compulsiva de duas dezenas de colegas. O respeitado comentador político Joaquim Morales Solá adiantou no jornal *Clarín* que "não ficarão mais de 10 ou 15 dos actuais generais. Muitos sairão em consequência das novas nomeações e outros serão convidados a reformar-se. Ao todo, mais de 40 membros do alto comando do Exército irão para casa. O governo de Alfonsín não pretende promover mais de 12 ou 13 coronéis. Assim, o exército que foi comandado até agora por cerca de 60 generais, será dirigido no futuro imediato por pouco mais de 20".

Não há notícias de um saneamento igual a este na história recente da Argentina. O ex-presidente Campora mandou para casa nove generais de divisão em 1973, e até os golpistas anti-peronistas de 55 deixaram nos seus cargos durante um curto tempo, uma boa parte dos generais de Peron.

A reforma militar tornou-se inadiável depois da guerra com a Grã-Bretanha. Alfonsín explicou: "Temos o firme propósito de dotar as Forças Armadas de uma clara doutrina de Defesa Nacional, eli-



...deixaram o aparelho produtivo quase destruído

minando definitivamente a chamada doutrina de Segurança Nacional, que tantos transtornos já ocasionou à vida interna e internacional do país, ao fixar como objectivos das organizações militares, metas que não eram aceitáveis pela Nação, como comunidade democrática". No maneira de ver do novo presidente "sem um governo legítimo, sem instrução, sem desenvolvimento, sem uma população adequadamente alimentada e com a sua saúde protegida, nenhum exército poderá assegurar a defesa da Nação. Numa sociedade doente e paralisada, as suas forças armadas adoecem e paralisam-se. Numa sociedade em crescimento e que oferece realizações elas crescem e realizam-se".

"Numa sociedade seriamente ferida no seu património moral, com profundas lesões deixadas por problemas de uma magnitude tal que as sequelas de violência que durante todos estes anos afectou a nossa convivência, com uma hiper-inflação e com o aparelho produtivo mais ou menos destruído, encontramos também com as nossas Forças Armadas derrotadas nas Malvinas, atingidas pelo exercício das responsabilidades de governo juntamente com as responsabilidades bélicas, hipertrofiadas pela multiplicidade de assuntos em que se envolvem e que são de clara incumbência da sociedade civil. Tudo isto criou em definitivo sérios problemas para que os militares cumprissem a finalidade principal para a qual foram treinados, que é a de garantir a nossa defesa frente a uma agressão externa".

O presidente anunciou que o seu objectivo é a "modernização, que deverá implicar algumas mudanças estruturais que serão executadas paulatinamente". Entre estas mudanças a serem executadas pelo ministério da Defesa estará sem dúvida a "integração e complementação das três forças que, como disse Alfonsín, "não são ilhas perdidas num oceano", uma metáfora com um involuntário sabor malvinense.



Um decreto de Alfonsín processou os generais Videla...

“Esta integração e complementação deverá aumentar o aproveitamento e a utilização dos nossos recursos, com a consequente redução do orçamento em quantidades que possam satisfazer as outras áreas do governo”.

Esta é uma necessidade imperiosa para um governo que necessita reduzir drasticamente o défice orçamental, que é de 13 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), exactamente o equivalente aos gastos militares. Esse défice deve ser reduzido em 1984, com vista a suprimir num futuro não muito longínquo, o recrutamento de soldados, uma das promessas eleitorais de Alfonsín que teve maior apoio do eleitorado, abalado pela guerra e pela derrota nas Malvinas.

As responsabilidades

Antes mesmo da partida das delegações estrangeiras que assistiram à cerimónia de posse, Alfonsín convocou o congresso para sessões extraordinárias, para discutir um pacote de medidas vinculadas às Forças Armadas, cujos principais itens, como é sabido, são as seguintes:

— A anulação da lei de auto-amnistia elaborada pela última Junta Militar. A declaração de inconsti-



...Galtieri e Viola “por terem semeado a dor, o terror e a morte”



Bignone (de cabelos brancos, à esq.), o último presidente militar, deixa cabisbaixo a Casa Rosada. Pouco tempo depois seria preso

tucionalidade desta lei deixa aberta a porta para que a justiça investigue e castigue as violações aberrantes dos direitos humanos praticadas tanto pelos terroristas como pela repressão;

— A declaração de incompetência da justiça militar para julgar delitos comuns cometidos por militares. Os recursos serão feitos perante tribunais civis. Não julgamento de civis por tribunais militares. Revisão das sentenças aplicadas a civis por tribunais militares.

— Eliminação da legislação repressiva do governo, de facto, a recuperação da vigência da legislação anterior sobre questões de segurança.

— Lei de protecção à ordem constitucional, com penas graves contra quem a desrespeitar.

— Punição de tortura com penas iguais às do

teguiu ao vê-lo passar pela rua rumo à estação do caminho-de-ferro), nem as diligências que os seus familiares e amigos efectuaram, perante as autoridades argentinas, nem a carta que mandaram a Patricia Derian quando da sua visita a Buenos Aires, responsabilizando também o governo dos Estados Unidos pela vida de Rodolfo.

Uma pessoa que falou no México com outra pessoa que falou em Buenos Aires com outra pessoa que esteve detida na Escola de Mecânica da Marinha, escreveu a uma outra pessoa que Walsh tinha resistido à tentativa de sequestro, tinha sido baleado na rua e o seu corpo já sem vida levado para esse centro de operações da Marinha, onde os seus carrascos contemplaram esse homem pequeno e quase calvo, que acabava de completar 50 anos e que foi o intelectual mais valioso e exemplar da Argentina do nosso tempo, com a mesma mescla de temor e reverência com que dez anos antes os verdugos de Nanchahuazú observaram um outro homem mais alto e mais jovem, por quem Walsh tinha uma admiração sem limites.(1).

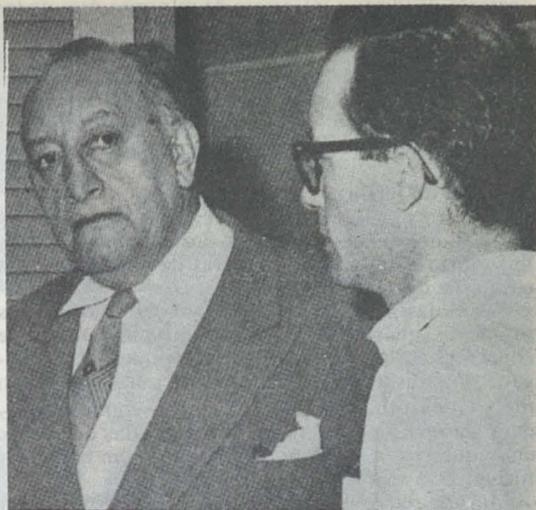
Os últimos tempos foram duros para ele. Em 1976, morreram com as armas na mão, sua filha María Victoria e o seu amigo Francisco Paco Urdona. Walsh chorou com os olhos azuis e as lágrimas inextinguíveis que só os irlandeses, que nunca choram, têm quando choram. Sempre que podia, e era muitas vezes, arranjava tempo para se encontrar com os velhos amigos, com quem podia falar confiadamente sem optimismos artificiais mas, ao mesmo tempo, sem complacências nem rancores, com a seriedade que punha em todos os factos da sua vida pública, privada ou secreta.

“O pecado não é falar, é cair”, contava ele que tinha dito isto numa discussão com companheiros que redigiam ilusórias cartilhas com recomendações ideológicas para se resistir à tortura sem falar. “O pecado não é falar, é cair”, tinha-lhes refutado Rodolfo, talvez acomodando melhor entre as pernas um pequeno revólver de algum calibre microscópico que trazia escondido num lugar inverosímil. “Não é para matar, mas para que me matem”, explicava quando as gargalhadas gerais lhe permitiram falar.

A carta que aqui reproduzimos hoje é um balanço estrito do primeiro ano do regime militar que acabava de se completar, quando a maioria do país ignorava tudo o que hoje começa a saber e a Junta planeava fundar uma regência militar de, pelo menos, um quarto de século.

Fazia cerca de três anos que os textos que saíam da sua mão de narrador excepcional não traziam nem a assinatura nem as iniciais que se tornaram famosas quando investigou e denunciou os fuzilamentos irregulares de 17 civis na “Operação Massacre” de 1957, precursores da metodologia que se generalizaria e aperfeiçoaria quinze anos depois, ou quando colocou em evidência a coincidência de interesses entre um sector sindical e o *establishment* militar que, em 1966, realizou o primeiro golpe institucional deste século, na Argentina, prenunciando o de 1976.

Naquele momento crítico, quando tudo se desmoronava à sua volta, Rodolfo isolou-se na sua casa, numa ilha do Tigre, junto ao rio. Ali, abandonou o anonimato dos documentos de organização, as dis-



Rodolfo Walsh (de perfil, à direita), com o escritor Miguel Angel Asturias, em Havana (1960)

cussões metodológicas, as interrogações ideológicas e os sistemas de segurança. E decidiu colocar o seu nome, a sua assinatura e o número do seu bilhete de identidade ao pé destas páginas, que serão imprescindíveis para a história da longa noite que estamos a deixar para trás. (*Horácio Verbitsky*)

Carta aberta de Rodolfo Walsh à Junta Militar

1. A censura à imprensa, a perseguição a intelectuais, a invasão do meu domicílio no Tigre, o assassinato de amigos queridos, e a perda de uma filha que morreu combatendo-os, são alguns dos factos que me obrigam a esta forma de expressão clandestina depois de ter opinado livremente como escritor e jornalista durante quase trinta anos.

O primeiro aniversário dessa Junta Militar motivou um balanço da acção do governo em documentos e discursos oficiais no qual o que vocês chamam de acertos são erros, o que reconhecem como erros são crimes e o que omitem são calamidades.

A 24 de Março de 1976, vocês derrubaram um governo do qual faziam parte, para cujo desprestígio contribuíram como executores da sua política repressiva e cujo término estava selado por eleições convocadas para nove meses mais tarde. Nessa perspectiva, o que vocês liquidaram não foi o mandato transitório de Isabel Martínez, mas a possibilidade de um processo democrático onde o povo remediasse males que vocês continuaram e agravaram.

Ílegítimo na sua origem, o governo que exercem poderia ter-se legitimado nos factos se tivesse recuperado o programa aprovado nas eleições de 1973, por 80% dos argentinos, o que continua de pé como expressão objectiva da vontade do povo. Esse seria o único significado possível desse “ser nacional” que vocês invocam tão frequentemente.

Invertendo esse caminho, vocês restauraram a

corrente de ideias e interesses de minorias derrotadas que paralisam o desenvolvimento das forças produtivas, exploram o povo e desagregam a Nação. Uma política semelhante só pode ser imposta transitóriamente proibindo os partidos, intervindo nos sindicatos, amordaçando a imprensa e implantando o terror mais profundo que a sociedade argentina já conheceu.

As cifras do terror

2. Quinze mil desaparecidos, dez mil presos, quatro mil mortos, dezenas de milhares de exilados, são a cifra crua desse terror.⁽²⁾

Saturadas as prisões comuns, vocês criaram, nas principais guarnições do país, virtuais campos de concentração onde não penetra qualquer juiz, advogado, jornalista, observador internacional. O segredo militar dos procedimentos, invocado como necessidade da investigação, torna a maioria das detenções em sequestros que permitem a tortura sem limite e o fuzilamento sem sentença.⁽³⁾

Mais de sete mil recursos de *habeas-corpus* foram respondidos negativamente neste último ano. Noutros milhares de casos de desaparecimento, o recurso nem sequer foi apresentado porque se conhece de antemão a sua inutilidade ou porque não se encontra advogado que ouse representá-lo depois de os 50 ou 60 que o faziam terem sido, por sua vez, sequestrados.

Desse modo, vocês estabeleceram uma tortura sem limites de tempo. Como o detido não existe, não há possibilidade de o apresentar ao juiz passados dez dias, segundo manda uma lei que foi respeitada até mesmo nos auge repressivos de ditaduras anteriores.

A falta de limite no tempo foi complementada pela falta de limite nos métodos, retrocedendo a épocas em que se agiu directamente sobre as articulações e as vísceras das vítimas, agora com auxiliares cirúrgicos e farmacológicos de que não dispunham os antigos verdugos. O "potro", o "torno", o esfolamento, a serra dos inquisidores medievais, reaparecem nos testemunhos de presos, juntamente com o choque eléctrico, o "submarino", o "maçarico" ou outras actualizações contemporâneas.⁽⁴⁾

Mediante sucessivas concessões ao pressuposto de que o fim de exterminar a guerrilha justifica os meios que usam, vocês chegaram à tortura absoluta, intemporal, metafísica, na medida em que o objectivo original de extrair informação se extravía nas mentes perturbadas, que a administram para ceder ao impulso de humilhar a substância humana até a quebrar e a fazer perder a dignidade que o verdugo já não tem e que vocês próprios perderam.

Burlar a opinião pública internacional

3. A recusa dessa junta em publicar os nomes dos prisioneiros encobre também uma sistemática execução de reféns em lugares descampados e em horas da madrugada com o pretexto de forjados combates e imaginárias tentativas de fuga.

Extremistas que distribuem panfletos no campo, fazem inscrições nos muros ou se amontoam às dezenas em veículos que se incendiam são os estereótipos de uma estória que não foi feita para ser acre-

ditada, mas para burlar a reacção internacional diante de execuções em regra, enquanto no âmbito interno se sublinha o seu carácter de represálias efectuadas nos próprios lugares e na data imediata às acções guerrilheiras.

Setenta fuzilados após a bomba na Segurança Federal, 55 em resposta à explosão do Departamento de Polícia de La Plata, 30 pelo atentado no ministério de Defesa, 40 no massacre do Ano Novo que se seguiu à morte do coronel Castellanos, 19 após a explosão que destruiu o comissariado de Ciudadela, fazem parte das 1200 execuções em 300 supostos combates onde o adversário não teve feridos e as forças sob o seu comando não tiveram mortos.

Depositários de uma culpa colectiva abolida nas normas civilizadas de justiça, incapazes de influir na política que dita os feitos pelos quais são retaliados, muitos desses reféns são delegados sindicais, intelectuais, familiares de guerrilheiros, opositores não-armados, simples suspeitos a quem se mata para equilibrar a balança das baixas segundo a doutrina estrangeira de "conta-cadáveres" que usaram os SS alemães nos países ocupados e os invasores no Vietname.

O extermínio de guerrilheiros feridos ou capturados em combates reais é de qualquer forma uma evidência que surge dos comunicados militares que, num ano, atribuíram à guerrilha 600 mortos e apenas 10 a 15 feridos, proporção desconhecida nos mais encarniçados conflitos. Esta impressão é confirmada por um exemplar jornalístico de circulação clandestina que revela que entre 18 de Dezembro de 1976 e 3 de Fevereiro de 1977, em 40 acções reais, as forças governamentais tiveram 23 mortos e 40 feridos e a guerrilha 63 mortos⁽⁵⁾.

Os galardões do general

Mais de cem processados foram igualmente mortos em tentativas de fuga cujo relato oficial tão-pouco está destinado a obter credibilidade. Serve na verdade para prevenir a guerrilha e os partidos de que os presos políticos reconhecidos também fazem parte da reserva estratégica das represálias de que dispõem os comandantes de Corpo segundo o andamento dos combates, a conveniência didáctica ou o humor do momento.

Foi assim que o general Benjamín Menéndez, chefe do Terceiro Corpo do Exército, ganhou os seus galardões antes de 24 de Março, com o assassinato de Marcos Osatinsky detido em Córdoba, e depois com a morte de Hugo Vaca Narvaja e outros cinquenta prisioneiros em variadas aplicações da lei de fuga, executadas sem piedade e narradas sem pudor.⁽⁶⁾

O assassinato de Dardo Cabo, detido em Abril de 1975, fuzilado a 6 de Janeiro de 1977 com outros sete prisioneiros sob jurisdição do Primeiro Corpo do Exército comandado pelo general Suárez Mason, revela que esses episódios não são abusos de alguns centuriões alucinados, mas a própria política que vocês planificam nos vossos Estados-Maiores, discutem nas vossas reuniões de gabinete, impõem como comandantes-em-chefe das três Armas e aprovam como membros da Junta de governo.

Um cemitério lacustre

4. Entre 1500 e 3 mil pessoas foram massacradas em segredo depois que vocês proibiram as informações sobre descobertas de cadáveres. Mas mesmo assim, alguns casos foram revelados, devido ao envolvimento de outros países, pela sua magnitude genocida ou pelo espanto provocado entre as suas próprias forças.⁽⁷⁾

Vinte e cinco corpos mutilados apareceram entre Março e Outubro de 1976 nas costas uruguaias, pequena parte talvez do carregamento de torturados até à morte na Escola de Mecânica da Marinha, lançados no rio da Prata por barcos dessa força, incluindo o menino de 15 anos Floreal Avellaneda, de pés e mãos atados, "com contusões na região anal e fraturas visíveis" segundo revelou a sua autópsia.

Um verdadeiro cemitério lacustre foi descoberto em Agosto de 1976 por um habitante da região que nadava nas águas do lago San Roque, em Córdoba. A informação foi comunicada à esquadra da polícia, que não a recebeu, e foi levada ao conhecimento dos jornais, que não a publicaram.⁽⁸⁾

Trinta e quatro cadáveres em Buenos Aires, entre 3 e 9 de Abril de 1976, oito em San Telmo a 4 de Julho, dez no rio Luján a 9 de Outubro, servem de moldura para os massacres de 20 de Agosto que empilharam 30 mortos a 15 quilómetros do Campo de Mayo, além dos 17 em Lomas de Zamora.

O papel da CIA

Nesses enunciados esgota-se a ficção de grupos de direita supostos herdeiros da AAA (Aliança Anticomunista Argentina) de López Rega, capazes de atravessar a maior guarnição do país em camiões militares, de atulhar de mortos o rio da Prata ou de lançar prisioneiros ao mar utilizando transportes da Primeira Brigada Aérea⁽⁹⁾ sem que o general Videla, o almirante Massera, o brigadeiro Agosti tomassem conhecimento. Os 3 A são hoje as 3 Armas e a Junta a que vocês presidem não é o fiel da balança entre "violências de distintas origens", nem o árbitro justo entre "dois terrorismos", mas a própria fonte do Terror que perdeu a arrogância e só pode balbuciar o discurso da morte.⁽¹⁰⁾

A mesma continuidade histórica liga o assassinato do general Carlos Pratts, durante o governo anterior, com o sequestro e morte do general Juan José Torres, Zelmor Michelini, Héctor Gutiérrez Ruiz e de dezenas de exilados nos quais se quis assassinar a possibilidade de processos democráticos no Chile, Bolívia e Uruguai.⁽¹¹⁾

A indubitável participação nesses crimes do Departamento de Assuntos Estrangeiros da Polícia Federal, dirigido por oficiais com a insígnia da CIA, através da AID (como os comissários Juan Gattei e Antonio Gettor, submetidos eles próprios à autoridade de Mr. Gardener Hathaway, *Station Chief* da CIA na Argentina), é motivo de futuras revelações como as que hoje abalam a comunidade internacional, que não hão-de esgotar-se mesmo quando for esclarecido o papel dessa agência e de altos chefes do Exército encabeçados pelo general Menéndez na criação da



"O que vocês, militares, reconhecem como erro foi crime; e o que omitem são atrocidades"

Central (*Loggia*) Libertadora da América, que substituiu os 3 A até o seu papel global ter sido assumido por essa Junta em nome das 3 Armas.

Este quadro de extermínio não eclui sequer o ajuste de contas pessoal como o assassinato do capitão Horácio Gándara, que há uma década investigava irregularidades de altos chefes da marinha, o do jornalista da *Prensa Libre*, Horacio Novillo, apunhalado e queimado depois desse jornal ter denunciado as conexões do ministro Martínez de Hoz com monopólios internacionais.

À luz desses episódios a definição da guerra pronunciada por um dos seus chefes assume o seu significado final: "A luta que empreendemos não reconhece limites morais nem naturais, realiza-se para além do bem e do mal".

Miséria planificada

5. Estes factos, que abalam a consciência do mundo civilizado, não são contudo os que trouxeram maiores sofrimentos ao povo argentino, nem as piores violações dos direitos humanos em que vocês incorrem. Na política económica deste governo, deve-se procurar não só a explicação dos seus crimes mas a de uma atrocidade maior que castiga milhões de seres humanos com a miséria planificada.

Num ano, vocês reduziram o salário real dos tra-

balhadores em 40%, diminuindo a sua participação na receita nacional em 30%, aumentando de 6 para 18 horas a jornada de trabalho necessária a um trabalhador para pagar o sustento familiar⁽¹³⁾, ressuscitando assim formas de trabalho forçado que não persistem nem nos últimos redutos coloniais.

Congelando salários à coronhada, enquanto os preços sobem nas pontas das baionetas, abolindo qualquer forma de reivindicação colectiva, proibindo assembleias e comissões internas, alargando horários, elevando o desemprego ao recorde de 9%⁽¹⁴⁾ e prometendo aumentá-lo com 300 mil novos despedimentos, fizeram retroceder as relações de produção ao início da era industrial. Quando os trabalhadores quiseram protestar foram classificados de subversivos. Organizações sindicais inteiras foram sequestradas. Em alguns casos, as vítimas apareceram mortas, e noutros simplesmente não apareceram.⁽¹⁵⁾

Os resultados dessa política foram fulminantes. Neste primeiro ano de governo, o consumo de alimentos diminuiu 40%, o de roupas mais de 50%, o de medicamentos desapareceu praticamente nas camadas populares. Já existem zonas da Grande Buenos Aires onde a mortalidade infantil supera 300 por mil, cifra que nos iguala ao Benin ou às Guianas; enfermidades como a diarreia de Verão, as parasitoses e até a raiva em que as cifras sobem a níveis mundiais ou os superam. Como se essas metas fossem desejadas e procuradas, vocês reduziram o orçamento da saúde pública a menos de um terço dos gastos militares, suprimindo até os hospitais gratuitos enquanto centenas de médicos, profissionais e técnicos se juntam ao êxodo provocado pelo terror, pelos baixos salários ou pela "racionalização".

Basta andar umas horas pela Grande Buenos Aires para comprovar a rapidez com que semelhante política a torna num bairro de lata miserável de dez milhões de habitantes. Cidades às escuras, bairros inteiros sem água porque as indústrias monopolistas destróem os canais subterrâneos, milhares de quarteiros convertidos num só buraco porque vocês só pavimentam os bairros militares e só enfeitam a Plaza de Mayo, o maior rio do mundo contaminado em todas as suas margens porque os sócios do ministro Martínez de Hoz lançam nele os seus resíduos industriais e a única medida de governo que vocês tomaram foi proibir que as pessoas se banhem nas suas águas.

Nem mesmo nas metas abstractas da economia, as que se referem "ao país", vocês foram mais felizes. Um decréscimo do produto bruto que se aproxima dos 3%, uma dívida externa que alcança 600 dólares por habitante, uma inflação anual de 400%, um aumento do capital circulante que numa só semana de Dezembro chegou aos 9%, uma queda de 13% no investimento interno constituem também recordes mundiais, consequência incomum da fria deliberação e da pura inépcia.

Enquanto todas as funções criadoras e protectoras do Estado se atrofiam até se dissolverem na pura anemia, apenas uma cresce e se torna autónoma. Um bilião e oitocentos milhões de dólares que equivalem à metade das exportações argentinas orçamentados para a Segurança e a Defesa em 1977, quatro mil

32 terceiro mundo

novos alistamentos de agentes na Polícia Federal, doze mil na província de Buenos Aires com salários que são o dobro do de um operário industrial e o triplo do de um director de escola, enquanto em segundo se elevam os próprios salários militares em 120% a partir de Fevereiro, provam que não há congelamento nem desemprego no reino da tortura e da morte, único campo da actividade argentina onde o produto cresce e onde a quota por guerrilheiro abatido sobe mais rápido que o dólar.

Corrupção generalizada

6. Ditada pelo Fundo Monetário Internacional, segundo uma fórmula que se aplica indistintamente ao Zaire e ao Chile, ao Uruguai e à Indonésia, a política económica dessa Junta só reconhece como beneficiários a velha oligarquia pecuária, a nova oligarquia especuladora e um grupo selecto de monopólios internacionais encabeçados pela ITT, Esso, Automotores, US Steel, Siemens, aos quais estão pessoalmente ligados o ministro Martínez de Hoz e todos os membros do seu gabinete.

Um aumento de 722% nos preços da produção animal em 1976 define a magnitude da restauração oligárquica empreendida por Martínez de Hoz em consonância com o credo da Sociedade Rural exposto pelo seu presidente Celedonio Pereda: "Enche de espanto que certos grupos pequenos mas activos continuem a insistir que os alimentos devem ser baratos".⁽¹⁶⁾

O espectáculo de uma Bolsa de Comércio onde, numa semana, foi possível para alguns ganhar cem e duzentos por cento sem trabalhar, onde há empresas que da noite para o dia duplicaram o seu capital sem produzir mais do que antes, a roda-viva da especulação em dólares, letras, valores ajustáveis, a simples agiotagem que já calcula os juros por hora, são factos bem curiosos sob um governo que se propunha acabar com "o festim dos corruptos".

Desnacionalizando bancos colocam-se a poupança e o crédito nacional nas mãos dos bancos estrangeiros; idemizando a ITT e a Siemens, dá-se um prémio a empresas que burlaram o Estado; restituindo os postos de gasolina, aumenta-se os ganhos da Shell e da Esso; baixando as tarifas alfandegárias, criam-se empregos em Hong Kong ou Singapura e desemprego na Argentina. Diante do conjunto destes factos, cabe perguntar: quem são os apátridas dos comunicados oficiais, onde estão os mercenários ao serviço de interesses estrangeiros, qual é a ideologia que ameaça a vida nacional?

Se uma propaganda opressora, reflexo disforme de acções cruéis, não afirmasse que essa Junta busca a paz, que o general Videla defende os direitos humanos ou que o almirante Massera ama a vida, ainda caberia pedir aos senhores comandantes-em-chefe das três Armas que meditassem sobre o abismo a que conduzem o país sob a ilusão de ganhar uma guerra que, ainda que se matasse o último guerrilheiro, não deixaria de recomençar com novas formas, porque as causas que há mais de vinte anos movem a resistência do povo argentino não teriam desaparecido mas antes se agravado pela memória do estrago causado pela

revelação das atrocidades cometidas.

Estas são as reflexões que no primeiro aniversário do seu funesto governo quis fazer chegar aos membros dessa Junta, sem esperança de ser ouvido, com a certeza de ser perseguido, mas fiel ao compromisso que assumi há muito tempo de prestar testemunho em momentos difíceis.

Rodolfo Walsh, B. I. 2845022.

Buenos Aires, 24 de Março de 1977. □

NOTAS

(1) O autor refere-se ao também argentino "Che" Guevara, morto em 1968, em Nacahuazú, Bolívia.

(2) Em 1982, os desaparecidos totalizaram 30 mil, os presos 20 mil e os mortos chegaram a 6 mil. O número de exilados foi avaliado em um milhão.

(3) Desde Janeiro de 1977 a Junta começou a publicar listas incompletas de novos detidos e de "libertados" que na sua maioria não são senão processados, que deixam de estar à sua disposição mas continuam presos. Os nomes de milhares de prisioneiros são ainda segredo militar e as condições para a sua tortura e posterior fuzilamento permanecem inalteradas.

(4) O dirigente peronista Jorge Lizaso foi esfolado em vida, o ex-deputado radical Mario Maya morto à bastonada, o ex-deputado Muniz Barreiro teve a cabeça decepada de um só golpe. Testemunho de uma sobrevivente: "Picadas nos braços, nas mãos, nas coxas, perto da boca cada vez que chorava ou rezava. (...) Em cada 20 minutos abriam a porta e diziam-me que iam fazer presunto de mim com a máquina de serra que se escutava".

(5) "Cadena Informativa", mensagem N.º 4, Fevereiro de 1977.

(6) Uma versão exacta aparece nesta carta dos presos no presidio de Encausados ao bispo de Córdoba, monsenhor Primatesta: "A 17 de Maio, foram retirados com o pretexto de ir à enfermaria, seis companheiros que imediatamente foram fuzilados. Trata-se de Miguel Angel Mosse, José Svagusa, Diana Fidelman, Luis Verón, Ricardo Young, Eduardo Hernández, cuja morte numa tentativa de fuga foi revelada pelo Terceiro Corpo do Exército. A 29 de Maio,

foram retirados José Pucheta e Carlos Sgadurra. Este último tinha sido castigado a ponto de não poder manter-se de pé, sofrendo várias fracturas dos membros. Depois apareceram também fuzilados numa tentativa de fuga".

(7) Nos primeiros 15 dias de governo militar, apareceram 63 cadáveres, segundo os jornais. Uma projecção anual dá a cifra de 1500. A possibilidade de que poderá elevar-se ao dobro fundamenta-se no facto de que, desde Janeiro de 1976, a informação jornalística era incompleta em relação ao aumento global da repressão depois do golpe. Uma estimativa global verosímil das mortes produzidas pela Junta é a seguinte: Mortos em combate: 600. Fuzilados: 1300. Executados em segredo: 2000. Diversos: 100. Total: 4000.

(8) Carta de Isaias Zanotti, divulgada pela Agência Clandestina de Notícias.

(9) "Programa" dirigido entre Julho e Dezembro de 1976 pelo brigadeiro Mariani, chefe da Primeira Brigada Aérea do Palomar. Foram usados transportes Fokker F-27.

(10) O ministro dos Negócios Estrangeiros, vice-almirante Guzzetti, em reportagem publicada por "La Opinión", em 3.10.76, admitiu que "o terrorismo de direita não é um terrorismo mas um "anticorpo".

(11) O general Pratts, último ministro do Exército do presidente Allende, morto por uma bomba em Setembro de 1974. Os ex-parlamentares uruguaios Michelini e Gutiérrez Ruiz apareceram crivados de ferimentos a 2.5.76. O cadáver do general Torres, ex-presidente da Bolívia, apareceu a 2.6.76, depois de o ministro do Interior e ex-Chefe de Polícia de Isabel Martínez, general Harguindeguy, o ter acusado de "simular" o seu sequestro.

(12) Tenente-coronel Hugo Ildebrando Pascarelli, segundo "La Razón", de 12.6.76. Chefe do Grupo I de Artilharia de Ciudadela, Pascarelli é o suposto responsável por 33 fuzilamentos entre 5 de Janeiro e 3 de Fevereiro de 1977.

(13) União de Bancos Suíços, dados correspondentes a Junho de 1976. Depois, a situação agravou-se ainda mais.

(14) Jornal "Clarín".

(15) Entre os dirigentes nacionais sequestrados encontram-se Mario Aguirre, da ATE, Jorge Di Pasquale, de Farmácia, Oscar Smith, de Luz e Força. Os sequestros e assassinatos de delegados foram particularmente graves entre metalúrgicos e trabalhadores do sector naval.

(16) "Prensa Libre", 16.2.76.

cadernos do terceiro mundo

Assinaturas

Portugal e Espanha

anual (12 números) 650\$00
semestral (6 números) 400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA.

Restantes Países 28 dólares USA

Augusto Conte O deputado dos direitos humanos



“**D**IREITOS humanos ao Parlamento”, foi a palavra-de-ordem da campanha de Augusto Conte, eleito deputado federal com 75 mil votos. Conte concorreu pelo partido Democrata Cristão, que teve menos votos que ele. Na realidade, a sua candidatura não foi partidária. As listas com o seu nome apareceram dentro de envelopes que incluíam também os nomes de candidatos radicais, peronistas ou intransigentes, para outros cargos electivos, combinação possível pelo sistema eleitoral que permite o voto não vinculado.

Conte foi fundador da Democracia Cristã, em 1956, quando esta surgiu como uma força de direita, e durante anos actuou nos seus organismos técnicos. Em 1972 foi procurador da Frente Justicialista de Libertação e ocupou cargos na equipa económica do governo peronista.

A sua vida transformou-se em 1976, quando Augusto Maria, seu filho de 21 anos, a prestar serviço militar na base aeronaval de Punta Índio, foi sequestrado. Augusto Maria Conte era militante da Juventude Peronista e tinha estado preso uma semana em 1974. Em 31 de Janeiro de 1976 a sua casa foi novamente invadida, mas não o encontraram; nesse mesmo dia apresentava-se na base naval para cumprir o serviço militar, onde ficou sob vigilância permanente, dentro e fora do quartel. Não lhe davam o serviço de guarda, transferindo-o para funções ad-

ministrativas. Em 7 de Julho desapareceu depois de sair para realizar uma missão ordenada pelos seus superiores.

“Em Abril de 1976, estive na Guatemala e um democrata-cristão avisou-me que todos os militantes dessa tendência seriam mortos na Argentina. Preferi não o acreditar recorda Conte. “Eu respeitava e admirava meu filho. No mesmo mês de Abril, pouco depois do golpe, cheguei a casa e disse-nos que os seus companheiros da Juventude Peronista tinham-no prevenido de que a situação se ia agravar e que tinha de desertar. Consultou-me e eu opinei que se ele desertasse seria um homem morto. Não quis contrariar os pais e resolveu não dar ouvidos ao conselho dos amigos. Fui um ingénuo. Não acreditei que a vida do meu filho corresse perigo.”

Um homem de dois mundos

Os dias que se seguiram ao desaparecimento do jovem alteraram a escala de valores do pai. Foi procurar todos os seus amigos que ocupavam altos cargos políticos e militares no regime na ânsia de notícias. “Eu era um homem de dois mundos; alivia-me não o ser mais”, afirma agora este filho de um dirigente estudantil marxista e de uma católica integrista. O chefe dos serviços de informações navais, o almirante González Llanos, disse-lhe: “Esteja tranquilo, deve estar com alguma mulher”; e sugeriu-lhe que educasse melhor os filhos. O ministro do Interior, general Harguindeguy, limitou-se a reconhecer que não podia tratar-se apenas de um caso de deserção. O ministro da Economia, Martínez de Hoz, considerou que ele “tinha sido preso num confronto ou desertado”.

Com o secretário de Interesses Marítimos, comandante (agora almirante) Carlos Noé Guevara, Conte teve um diálogo exemplar:

— Já não peço nada pelo meu filho. Só lhes digo que parem com esta loucura.

— Os civis não entendem nada de nada.

— Se querem matar, estabeleçam tribunais militares, julguem e fuzilem, mas não da forma como o estão a fazer.

— Não, não. Ao terceiro fuzilamento, a reacção interna e externa far-nos-iam parar. O que as pessoas têm de fazer é pensar no desenvolvimento do país e não meter-se nessas coisas.

Conte acredita que “o erro foi dos homens maduros, pois nós não tínhamos nada para oferecer aos nossos filhos. Eles sentiram-se muito sós e omnipotentes. Fomos permissivos porque não tínhamos

convicções, nem exemplos a dar, nem compromissos. Éramos uma geração fraca, e agora pretendemos não sermos tanto. Nós não somos pais de desaparecidos, somos pais e mães que, de certa forma, renascemos através dos nossos filhos. Aprendemos muito”.

Conte sustenta que as lideranças políticas, sociais e religiosas da Argentina, diante da repressão, passaram da surpresa ao medo, à impotência, ao silêncio e ao consentimento, ante-câmara da cumplicidade. “As lideranças não mudaram substancialmente. Mas o país chegou a uma situação limite, e muitas coisas foram incorporadas na consciência colectiva. Isso, somado à auto-derrota militar, levou as lideranças pelo menos à possibilidade de defenderem as instituições”.

O paralelismo global

Depois do sequestro de Augusto Maria, Conte dedicou seis meses ao que genericamente chama de “proteger a minha família”, a sua esposa e os outros quatro filhos. Em Janeiro de 1977, incorporou-se na Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos, o órgão político por excelência entre os organismos da mesma natureza. Nos anos seguintes, foram surgindo novas organizações de familiares de detidos-desaparecidos. “Um grupo de pessoas da Assembleia entendeu que se deviam abrir novos espaços que não estavam cobertos, com um organismo que actuasse como ponta-de-lança. Assim nasceu o Centro de Estudos Legais e Sociais, em 1979, cujo propósito inicial foi a elaboração de documentos para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA”, lembra Conte.

Em fins de 1978, Conte escreveu um ensaio que enviou aos bispos e à Comissão da OEA, intitulado “O paralelismo global”, onde se tenta dar uma interpretação à estratégia repressiva. Conte deduzia que a decisão de fugir ao contexto legal, criando um sistema clandestino, fazia parte de um plano elaborado formalmente e assinado pelas principais figuras do regime. “A ideia central desse trabalho — diz Conte — era a de que dentro da pirâmide natural das instituições militares, operava outra pirâmide menor, a do aparelho repressivo — ambas com o mesmo vértice — na qual havia um grupo de pessoas estável e outro transitório, que entrava e saía”.

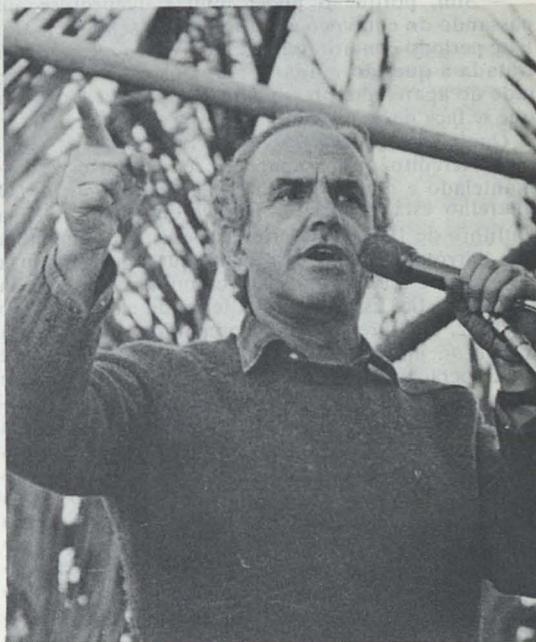
Isso era apenas uma dedução ou tinha alguma informação concreta?

— Ainda não contávamos com nenhum dos testemunhos importantes, de modo que se tratava de uma formulação teórica deduzida a partir de factos. Nessa altura a repetição evidenciava um sistema. As lideranças políticas, sindicais, religiosas, sabiam o que estava a acontecer, e o resto da população ignorava-o. A Alemanha nazi era um antecedente claro; pode-se manipular a opinião pública durante um tempo prolongado, e a desinformação ainda hoje continha.

O Centro de Estudos Legais e Sociais assumiu a tarefa da denúncia pública dos métodos repressivos, ampliou o campo dos contactos no exterior e iniciou um trabalho de documentação, que a partir de 1980 resultou em informações periódicas e, desde 1982, na edição de folhetos com temas específicos: o sequestro

de soldados nas unidades militares, a repressão contra os adolescentes, a cooperação entre serviços de informações da Argentina e Uruguai, os campos de concentração, a repressão contra familiares, etc.

Em 1981, a sede do Centro foi invadida e vários dos seus directores presos. “O objectivo dessa acção, feita com um mandato de busca que os militares apresentaram ao juiz Anzoátegui, era inteiramente sobre o material que tínhamos nos nossos arquivos, que foram levados para o Batalhão 601 dos Serviços de Informação do Exército. Quando viram o que



Augusto Conte: “Renascemos através dos nossos filhos”

havia, disseram que com certeza tínhamos outro edifício com mais documentação”.

O começo da mobilização

Conte define esse período como o ponto culminante, que alterou a correlação de forças entre o governo militar e os organismos de direitos humanos. “Estivemos quatro dias presos, e o regime evidenciou a sua fraqueza. Já não tinha espaço para nos acusar, nem a nós nem às nossas relações com o exterior. Pela primeira vez, os jornais argentinos recolheram adesões à nossa causa, locais e do exterior, e o governo não conseguiu fazer nada contra isso”.

— A manifestação dos primeiros sintomas do fracasso do projecto económico teria influenciado essa alteração?

— Sim. Vivía-se sob o impacto da falência do Banco de Intercâmbio Regional, e da luta entre Videla e Viola. Começou a tornar-se evidente o fracasso do sistema de parlamentarismo militar feudalizado. O sistema repressivo chegou mesmo à luta entre as

diversas armas. Isso explodiu em 1980.

Como se passou desse clima à mobilização?

— É um processo lento. A mobilização começou antes, em 1979, quando sair à rua em defesa de direitos humanos parecia uma loucura, e foi-se tornando gradualmente mais intensa. Em 1979, apareceram alguns bispos à frente das manifestações. Em 1980, os jornais começaram a abrir espaços para informações até então censuradas, num movimento crescente que cobriu os anos de 1981 e 1982. Depois das Malvinas, até a rádio foi um meio disponível para a denúncia.

— A guerra das Malvinas é a grande fronteira...

— Sim, porque o poder militar quebrou-se ali, passando do equívoco à auto-derrota, sem intervalo. Esse período é muito importante. A forma como será tratada a questão militar e a apreciação sobre o estado do aparelho repressivo dependerão da avaliação que se faça desse período.

Qual é a sua avaliação?

— Acredito que o aparelho repressivo está desmantelado e que há muito espaço para avançar. O aparelho está quebrado. De Dezembro de 1982 a Outubro de 1983, foi escrita a história do miniclíma dos derrotados, as divergências que aprofundam a desordem e a anarquia, para culminar com a lei da auto-amnistia. Essa lei deveria ter saído em Dezembro de 1982, e a Igreja já tinha preparada até a "Missa da Reconciliação" para 19 de Dezembro, dentro de uma operação na qual os partidos políticos trocavam o seu consentimento por um prazo eleitoral. A sociedade civil, os seus representantes políticos, tinham aceite o acordo, e foi a violenta oposição dos sectores internos militares que o impediu. Daí em diante, os erros políticos do governo foram-se sucedendo a uma velocidade vertiginosa, pondo em evidência a sua destruição interna: o documento com o qual pretenderam pôr um ponto final na questão da guerra contra-subversiva, a prisão de Massera, o assassinato de Cambiasso, a gasolina adulterada pelos militares, as acareações com generais, almirantes e brigadeiros diante da justiça, o sequestro de Kelly, o pré-anúncio da lei da auto-amnistia, o voto contrário de todos os sectores no plebiscito e a rebelião dos juizes do "processo", (como é chamado o regime militar na terminologia política argentina, que começaram a declará-lo inconstitucional. Nós, nesse momento, começámos a correr o perigo de ficar à direita...

A que atribui isso? Parece algo mais que simples oportunismo...

— Creio que há um sentimento muito grande de culpa. É como se um clarão tivesse resplandecido nas sombras, permitindo no meio da noite que se enxergasse tudo com absoluta clareza.

A campanha eleitoral significou um momento diferente. O movimento pelos direitos humanos, que teve grande importância na mobilização contra o governo militar, não se agregou como tal à nova etapa.

— Eu achava que isso seria possível, mas não aconteceu assim. Cada um voltou aos seus níveis políticos anteriores. Pelo menos os que tinham algum nível.

Como surgiu a sua candidatura a deputado federal?

— Eu fiquei sem nenhuma base de sustentação, já

que o Movimento pelos Direitos Humanos não se decidiu a participar no processo eleitoral, e eu estava afastado do meu partido há muito tempo. A ideia surgiu, não de Democracia Cristã institucionalmente e nem sequer da corrente interna "Humanismo e Libertação", mas especificamente do seu sector da capital federal, dirigido por Nestor Vicente. Não recebi apoio institucional do Movimento pelos Direitos Humanos, mas quando efectuei consultas senti um clima favorável.

As excepções ao predomínio partidário

Entre os militantes humanitários não houve unidade de critérios sobre a melhor resposta à perspectiva eleitoral. Conte lançou a sua candidatura pelo Partido Democracia Cristã, onde só foi aceite depois de ter vencido em eleições internas para as quais muita gente, sem nenhuma afinidade com esse partido de centro-direita, concorreu. Porém, também o Partido Operário apresentou, como concorrente a outro lugar de deputado federal, a candidatura de Cata Guagnini, mãe de dois desaparecidos, Diego e Luis Guagnini, este último co-fundador de *cadernos do terceiro mundo*. Hebe Bonafini, a presidente das Mães da Praça de Maio, defendeu a ideia de que o Movimento, como tal, não devia lançar candidatos, e que o melhor caminho seria manter contacto com todos os partidos, exigindo a cada um deles um compromisso com a causa dos direitos humanos.

Apesar da extrema polarização eleitoral entre peronistas e radicais, que nos cálculos gerais somaram 92% dos votos, Conte conseguiu a sua eleição como deputado pela capital federal, onde, juntamente com um deputado do Partido Intransigente e dois da União de Centro Democrático, foram as únicas excepções ao predomínio dos dois partidos principais.

Não receia ficar muito isolado nessa Câmara? Não se corre o risco de outros blocos canalizarem as discussões dos temas sobre direitos humanos para si, por ser um especialista na questão e como uma forma de se desobrigarem desse trabalho? "Ah, direitos humanos...?" É com o deputado Conte, ali ao fundo...

— Não acredito que vá estar sozinho nas ideias básicas. O que acontece é que os dirigentes caminham atrás da opinião pública no que se refere à percepção dos factos. Os partidos não tinham uma política definida nesse campo, e por isso predominaram a força dos factos, a opinião pública e o espaço que deixaram as forças repressivas. Há dois problemas intimamente ligados. O primeiro é o da legitimidade das responsabilidades, e o segundo, o da subordinação do poder militar ao poder civil. Não é muito exacto que ambos caminhem simultaneamente, mas o segundo só será plenamente obtido se houver suficiente vontade e energia política. A abordagem do primeiro tema, a punição dos culpados, não só define o problema ético como também a força com que serão tratadas as restantes questões. São as mesmas forças envolvidas, cujos interesses estão em jogo: as forças armadas, a oligarquia e os sectores externos, vinculados com a dívida. É impossível imaginar que se esteja falando a sério, se não existir a decisão de atingi-los. Estão



Para Augusto Conte, a questão dos direitos humanos é o ponto central e uma prova de força do novo governo

muito ligados.

Qual é o seu plano de acção no Parlamento?

— Parto da definição de que os direitos humanos constituem a questão central da vida política, por razões de ética e como uma prova de força do governo.

E concretamente?

— Propomos seis pontos:

1. Actuação da justiça. Revogação da lei de auto-amnistia e designação de novos juízes.

2. Julgamento político. Estabelecimento de uma comissão de investigação e julgamento. A soma de violações dos direitos humanos cometidas na Argentina é a mais grave das últimas quatro décadas no mundo ocidental. A única opção é uma Argentina democrática.

3. No meio destes dois caminhos está o tema da verdade e da informação. As forças armadas têm nas mãos toda a informação. Para cada detido-desaparecido foi feito um dossier. Se a guerra suja foi explicada pelo desconhecimento dos nomes e ignorância dos perfis políticos dos detidos, é impossível imaginar que uma vez conhecidos esses dados eles não tenham ficado registados. Se assim não fosse, teria que ser dada baixa por incompetência a todos os militares envolvidos. Os dados sobre as pessoas foram sendo conhecidos à medida que iam capturando gente. Agora não podem alegar que continuam a lutar contra um exército fantasma, já que os interrogatórios não pretendiam esclarecer factos, mas descobrir nomes, e os que delatavam eram poupados.

O tema da informação é central, porque falar de justiça mas negar-se a dar informações aos órgãos competentes, é pura mistificação". Penso ser este ponto que definirá a decisão do novo governo de se subordinar ou não. E mesmo no caso de que essa informação tivesse sido destruída, constituiria um novo delito, passível de punição pelo artigo 225 do Código Penal ("ocultação e destruição de provas"), pelo que deveriam ser processados os últimos três comandantes e o último presidente do regime militar. O que se define nesse assunto é se o presidente é o responsável por toda a administração pública ou se as forças armadas continuam a ser autónomas.

4. Uma das nossas reivindicações foi a liberdade

de todos os detidos no primeiro dia do governo constitucional, mediante a comutação das penas por tribunais civis e militares, já que os presos passaram por situações atrozes, e não é exagerado dizer que todos eles já pagaram o dobro.

5. Uma política clara com os exilados. Apoio ao seu regresso ao país, como documentação, facilidades para mudança, etc. considerando que existe boa vontade em todos os organismos internacionais envolvidos.

6. Acção para reparar a maltratada imagem do país. A Argentina deve promover o projecto da Convenção Internacional que sancione os desaparecimentos forçados como um delito de lesa humanidade.

Se partimos da convicção de que a repressão foi oficial e não paralela, que foi feita abertamente, com objectivos claros, vemos que da mesma forma como o assunto foi tratado antes, com um carregar de botões, poderia agora funcionar carregando-se outros botões. Sempre se soube quem foi o responsável por cada acto".

Se essa última questão não constituir optimismo em excesso, como se deveriam desenvolver as coisas no futuro?

— A continuidade democrática é fundamental. A tragédia da sua interrupção seria enorme. Acredito que o novo quadro que surge em torno da continuidade institucional está aberto a um projecto político alternativo que pode chegar ao governo em 1989. Está latente e não nos devemos apressar a defini-lo. Mas a continuidade democrática é requisito *sine qua non*, o que gerará não poucas contradições, entre necessidades concretas do povo em momentos determinados e as respostas políticas que possamos ou devamos dar-lhes. Eu comprometi-me publicamente nesse caminho de defender, tanto perante militares como civis, a continuidade institucional. A próxima revolução (1) terá de passar por cima do meu cadáver (H. Verbitsky)

(1) Conte refere-se ao golpe militar, autodenominado pelos militares argentinos, como também no Brasil, de "revolução".



O governo militar tentou confundir deliberadamente um objetivo nacional (as Malvinas) com uma questão de política interna

rando salvar o governo do derrube. E o certo é que a derrota tornou a queda ainda mais estrondosa.

Contudo, além destas consequências internas, a guerra perdida teve outras, de ordem inversa, ao transformar um problema colonial num problema de segurança. O debate sobre a integridade territorial que a Argentina reivindicava e a autodeterminação que os britânicos pretendiam para os 1.800 *kelpers*, ficou ultrapassado pelo saldo dos 74 dias de combates.

Hoje, as Malvinas são uma base militar de 8.000 soldados, a partir da qual as costas argentinas são vigiadas por submarinos nucleares, fragatas armadas com mísseis e aviões *Phantom*. A *fortress Falkland*, como os ingleses denominam a militarização das ilhas, é uma ameaça concreta contra a segurança argentina e americana e implica, de facto, o despontar do hemisfério sul como novo cenário possível para a guerra termonuclear. Por enquanto, essa base é apenas inglesa e os Estados Unidos não manifestaram apetência para compartilhá-la, mas não há motivos para crer que essa seja uma posição de princípios, ou uma estimativa definitiva.

O Canal de Beagle

A Argentina repeliu a decisão arbitrária da coroa britânica que adjudicou ao Chile as ilhas Picton,

Lennox e Nueva e, no Natal de 1978, esteve a ponto de entrar em guerra. As tropas estavam nos seus postos, com as armas preparadas e os aviões com os motores ligados nas pistas, quando a mediação do Papa João Paulo II desactivou a explosão iminente. O Vaticano formulou em 1981 uma proposta que beneficia a posição argentina, no respeitante aos espaços marítimos, embora deixe em poder do Chile as três ilhas. O governo de Santiago declarou o seu acatamento, mas os últimos presidentes militares egime do argentino protelaram qualquer resposta, ganhando (ou perdendo) tempo com solicitações de esclarecimento de conceitos e outras questões processuais.

Durante a campanha eleitoral, Alfonsín prometeu que aceitaria a proposta de Karol Wojtyła mas "mantendo o princípio bioceânico". Quer dizer, sim e não, já que o Chile não reconhece tal princípio e o texto do Vaticano não o considera explicitamente.

As análises menos apaixonadas, que não são as mais habituais, indicam que este país não dispõe de uma melhor solução pacífica, já que a única alternativa seria o Tribunal Internacional de Haia, e essa é justamente a cartada chilena, porque se sabe que esse tribunal revalidaria os pontos mais rígidos da decisão britânica.

O outro caminho para as autoridades de Buenos Aires é a guerra. Nesse sentido, está em estudo uma recomendação formulada pelo comodoro reformado

Antonio Mantel, designado como um dos assessores aeronáuticos de Alfonsín. Num artigo publicado pelo matutino *La Prensa*, Mantel sugeriu considerar como hipótese de conflito a ocupação pelas tropas argentinas da parte chilena da ilha grande da Tierra del Fuego, que não se inclui no litígio. O seu surpreendente raciocínio é que, se o Chile sentir que tem algo a perder, será mais flexível nas suas posições. Guardando as distâncias, esta concepção lembra a do presidente norte-americano Lyndon Johnson, que o levou a estender a guerra ao Vietname do Norte, Laos e Kampuchea como recurso para derrotar a FLN no Vietname do Sul, e que terminou, como se sabe, com norte-americanos a assaltarem de pistola em punho, o último avião para fugirem de Saigão (hoje Ho Chi Minh).

Não que o Chile seja comparável em qualquer sentido ao Vietname, nem a Argentina aos Estados Unidos. O que parece idêntica é a mentalidade obtusa e irresponsável de ambos os estrategos.

Naturalmente, não há perigo de que Alfonsín dê ouvidos a este ou outros termocéfalos de semelhante linhagem, mas que não perceba que a actual situação de nem guerra nem paz é insustentável e muito perniciosa, para o país e para o seu governo constitucional.

Alfonsín precisa manter a paz com o Chile porque lhe está vedada a opção da guerra enquanto a Grã-Bretanha apontar as suas armas da outra margem e

Argentina

Buenos Aires, para não esquecer!

Neiva Moreira



a dívida continuar a pesar, e também porque deve reestruturar as forças armadas, reduzindo o seu descomunal orçamento e privando-as de poder político.

Se se limitasse a manter o *status-quo*, daria aos militares a bandeira nacionalista de que necessitam para saírem do seu actual desprestígio, para reivindicarem um maior orçamento e, finalmente, desestabilizarem o precário regime constitucional, que durante largo tempo exigirá os cuidados de um recém-nascido.

A conclusão de um tratado com o Chile, liquidando o litígio fronteiriço, é assim um requisito *sine qua non* para a transposição das forças armadas para um plano de subordinação ao poder civil, para enfrentar melhor a ameaça das Malvinas e para a imprescindível renegociação da dívida externa.

A Argentina não pode, certamente, submeter-se às prescrições do Fundo Monetário e todo o projecto político carecerá de viabilidade enquanto o produto total do intercâmbio for insuficiente para pagar até os próprios juros da dívida, que são capitalizados engrossando a bola-de-neve. Necessitará, porém, de uma equilibrada dose de firmeza e prudência, para evitar as provocações internas e externas que apresentem soluções fáceis para questões que são muito complexas, e deverá negociar com inteligência, dando peso às suas vantagens mas sem perder a consciência das suas vulnerabilidades. □

REGRESSO a Buenos Aires nove anos, dois meses e sete dias depois de nos terem expulso à ponta de metralhadora do "Florida House", um velho e acolhedor hotel dessa simpática e outrora ruidosa rua do centro da capital argentina. Recordo-me perfeitamente da data — 3 de Outubro de 1974 —, porque naquele dia, um terramoto provocou enormes destruições em Lima, a capital peruana. Já havíamos, Beatriz Bissio e eu, estabelecido afectuosas relações com o presidente peruano, general Velasco Alvarado, que conhecêramos quando escrevíamos um livro sobre o "modelo peruano". Apesar das horas de drama e pânico causados pelo terramoto, Velasco encontrou tempo para dar — no próprio momento que tomara conhecimento da nossa situação — instrução ao seu embaixador em Buenos Aires para que nos acolhesse, nos concedesse documentos de viagem — pois como exilados não tínhamos nenhum — e nos embarcasse para Lima.

Pablo Piacentini, editor internacional do diário *Noticias*, com quem trabalhávamos, já havia sido ameaçado pela "Triplíce A", sinistra "Aliança argentina anti-comunista", que, sob o governo de Isabelita,



encontrara apoio no grupo palaciano chefiado por López Rega. Piacentini figurou numa lista de pessoas que deviam deixar o país em 24 horas se desejassem preservar a vida. Estava condenado, devido à sua dupla condição de destacado membro da equipa daquele jornal e por ser um dos directores de "Tercer Mundo" que, com ele, Júlia Constanla, Beatriz Bissio e eu havíamos fundado naquele ano.

A revista começara a inquietar os que conspiravam contra o povo. Com oito números (o nono teve de circular clandestinamente), atingira 16 mil exemplares.

Tínhamos sido informados que o meu nome figurava numa lista negra de políticos latino-americanos exilados em Buenos Aires, muitos dos quais, a começar pelo general Pratts, comandante do exército chileno no tempo de Allende, foram fuzilados naqueles meses e nos seguintes.

A revista deixou de circular. A sua redacção, na Diagonal Norte, foi invadida e selada. Os jornaleiros que a vendiam, ameaçados. O clima era de terror. Só nos sentimos livres, quando, protegidos pela presença dos diplomatas peruanos, o avião descolou de Ezeiza.

Meses depois era a tragédia. Zelmar Michelini, senador uruguaio pela Frente Ampla, grande combatente pela liberdade, era sequestrado e morto, ao lado de outro conterrâneo seu, um corajoso lutador pela democracia, o deputado do Partido Nacional Gutierrez Ruiz, o solidário amigo dos dias difíceis de Montevideu. Com poucas semanas de diferença, foi assassinado o general Torres, um destacado militar boliviano empenhado na causa da libertação da sua pátria.

Zelmar trabalhava na secção internacional de *Notícias* e estávamos sempre juntos. Mais tarde, foi o sequestro de Rodolfo Walsh e Paco Urondo, extraordinários poetas e escritores argentinos, empenhados na luta pela redenção social na sua pátria. Via-os sempre no jornal. O último contacto com Paco Urondo foi uma noite quando saíamos da redacção, onde deixáramos um artigo e nos encontrámos na calçada do edifício do jornal. Ele falou-nos com tranquilidade mas já não tinha dúvidas de que estava

marcado para morrer.

Volto a Buenos Aires e percorro, à noite, as suas ruas, impregnadas ainda da euforia de um povo que comemorava o retorno à democracia. Não encontramos ninguém que se considere derrotado. É como se todos houvessem ganho. Não sabemos quanto tempo permanecerá esse espírito mas é lindo e reconfortante viver aqui este momento.

Não vemos um único soldado, tão abundantes no passado, no meio daquela imensa multidão entusiasta, a não ser alguns guardas civis que se juntam à população e festejam o fim de ditadura.

Durante minutos permanecemos em silêncio à entrada do "Florida House", que não mudou em nada. A rua, sim, mostra as cicatrizes daqueles anos de terror, incompetência e degradação económica.

Que estariam a pensar hoje esses militares, que macularam eternamente as suas mãos com o sangue dos patriotas? Mais ainda: que terão de fazer para reencontrar um ponto de unidade com o povo depois desses anos de horror e de prepotência? Não é fácil entender como tudo isso pode ter ocorrido: uma força criada para defender o povo, alvo de um repúdio colectivo sem paralelo.

Reflecto sobre um aspecto essencial: a inutilidade do terror de Estado que atingiu os argentinos e ainda atinge outros povos do continente. O povo argentino está de novo nas ruas. É certo que o país paga o preço brutal de uma mistura fatídica de autoritarismo, incompetência, corrupção e desprezo pela condição humana, mas recupera a sua liberdade. Não encontro nem Walsh, nem Miquelini, nem Gutierrez Ruiz, nem Torres, nem Pratts, nem Luis Guanini, colega de "cadernos" até hoje desaparecido, mas também só descubro os seus carrascos no ódio e no desprezo do povo.

Para quê? Eis a pergunta que nos aflige. Seguramente se os opressores conhecessem a inutilidade da sua acção, se pensassem por um minuto que a vitória final será sempre da liberdade, seguramente muitas vidas teriam sido poupadas, sem a orgia de sangue que se abateu sobre este povo que festeja hoje nas ruas um belo momento da sua história. □

Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



**uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.**

DESIGN LUIS CARROLO

Consulte:
VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Avenida António José de Almeida, 44, 1.º-DI.
1000 LISBOA • Portugal
telefs. 731123/731323/731423
telex 43688 VESPER P
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estatais:

IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Allandegários
de Luanda

e da
COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada

O povo na rua exige democracia

A presença maciça do povo uruguaio nas ruas, o avanço na concertação de acções comuns entre os partidos políticos legais e os banidos, a unanimidade dos dirigentes e das bases na exigência de se acabar com todas as proscricções, na necessidade de amnistia, na reivindicação de garantias para a realização das eleições que os próprios militares marcaram para Novembro deste ano, tudo isso, juntamente com as profundas repercussões no Uruguai do processo de reimplantação da democracia na Argentina, fazem com que este ano de 1984 esteja destinado a ser decisivo para o avanço

democrático nesse país sul-americano.

A presença em Buenos Aires dos dirigentes máximos de todos os partidos políticos uruguaio (Colorado, Blanco, Democrata-Cristão, Comunista e Socialista, os três últimos proscritos, assim como a Frente Ampla, a estrutura unitária da esquerda anterior ao golpe de 1973) permitiram que *cadernos do terceiro mundo* dialogasse e entrevistasse todos eles, assim como um representante do Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT), a estrutura sindical surgida nos últimos meses

Fotos B. Bissio

Wilson Ferreira Aldunate

"Não queremos o Uruguai como praça financeira"

EX-PARLAMENTAR e ministro da Agricultura, Wilson Ferreira Aldunate é sem dúvida a principal figura do Partido Nacional, pelo qual foi candidato à presidência da República em 1971, tendo sido o mais votado individualmente, perdeu por sublegenda (1) para o presidente Bordaberry por menos de 20 mil votos, numa eleição denunciada como fraudulenta.

Foi proclamado candidato à presidência para 1984 na Convenção do seu partido, realizada em fins de Dezembro passado.

Gostaria de começar por fazer uma avaliação:



Ferreira Aldunate: tomar a Argentina como exemplo

como acha que a redemocratização da Argentina vai influenciar o processo uruguaio? Estamos a conversar em Buenos Aires e isso já marca uma diferença. Um Wilson Ferreira exilado em Londres não é a mesma coisa, que a participar em manifestações em Buenos Aires...

— Acho que estamos de acordo de que a influência é tremenda. O problema é saber qual é o factor que incide mais profundamente. A meu ver, o mais importante é que ficou destruído para sempre o argumento que o senhor Bordaberry (2) inventou, aliás de muito má fé, e que tem sido cultivado cuidadosamente. Na Argentina, houve 30 mil mortos e desa-

parecidos e houve uma transição pacífica e ordenada para a democracia. No Uruguai, disse-se que no dia em que os militares forem obrigados a regressar aos quartéis sem condições prévias, haverá uma hecatombe.

Neste país, com 30 mil mortos, foi um deslumbramento poder assistir à festa da alegria da população inteira pela vitória democrática.

Parecia que todos tinham ganho as eleições...

— É que ganharam mesmo. Eles comemoraram a eleição de um presidente que terá de ser de todos os argentinos.

Por isso, eu acho que ficou destruído o argumento segundo o qual os militares precisam de garantias ou poderes formais, através de uma presença permanente no poder do Estado, para assegurar a democracia.

Para que em 1984 se avance no Uruguai para uma transição democrática como a que presenciamos na Argentina?

— Analisemos o seguinte: no Uruguai, 400 mil pessoas reúnem-se no Obelisco reclamando a restituição das liberdades públicas. O presidente resolve responder pela televisão e o povo, automaticamente, começa a bater panelas criando um ruído estrondoso, com alegria e, poderíamos até dizer, a alegria zombadora de quem se sente vencedor. Mas durante quanto tempo poderá esse tom ser mantido? Enquanto as pessoas se sentirem vencedoras. Se isso for frustrado, se se empenharem em preservar artificialmente um poder que está perdido, não haverá qualquer tipo de organização, nem sindical, nem social, nem partidária, que possa controlar o povo. Eu temo que, então, tenhamos deixado passar a oportunidade de assegurar um processo pacífico de recuperação da normalidade.

Você é o dirigente máximo de um partido que talvez seja maioritário no país...

— ...Está provado por sondagens realizadas no país que somos maioria.

...e foi recentemente proclamado candidato à presidência por uma Convenção do seu partido. Como encara a sua situação pessoal no âmbito das mudanças na Argentina e dos avanços no Uruguai?

— Estou exilado no hemisfério norte há mais de sete anos, que totalizam dez desde o golpe de Estado. O exílio é sempre terrível, mas eu, talvez tenha sido o menos exilado dos exilados, porque o autêntico exilado é o que teve a tragédia de reconstruir um tecto, conseguir um trabalho, adaptar-se a um ambiente desconhecido e quase sempre hostil. Eu vivi simplesmente no exterior. Mas com o pensamento posto nos amigos, nas pessoas do Uruguai, nos problemas do meu país.

Esta estadia em Buenos Aires é, de certa maneira, a sua reinserção de modo permanente na política quotidiana do Uruguai?

— Uma presença permanente no afecto dos meus amigos e nas preocupações dos meus adversários.

Já houve adversários que o convidaram para voltar ao Uruguai. Jorge Battle — seu adversário e do seu partido — afirmou inclusive que o acompanharia pessoalmente no seu regresso ao país...

— Eu nunca acompanharia um adversário nesse passo, de maneira que, com essa atitude, Jorge coloca-se como meu amigo. O meu problema não tem nada a ver com a justiça. É político. Fui acusado por razões políticas num processo conduzido politicamente. É um processo distorcido, falsificado por razões políticas. Portanto, a decisão que eu adoptar também será política. Regressarei ao meu país quando for conveniente para o meu partido e para mim. Prefiro deixar passar esta incerteza para o regime, se vou ou não vou, e quando.

Para tirar-lhes o sono?

— Para que tenham que acrescentar uma hipótese de trabalho às que eles têm normalmente.

E houve, nesse sentido, uma consequência directa muito curiosa: o regime proibiu a minha presença nos meios de informação. As rádios e os jornais recebem advertências, e, como se sabe, fecharam o jornal *El Día* por ter publicado uma entrevista minha na qual não se tecem comentários políticos. Mais parece um discurso de Eisenhower, que está a favor do bem e contra o mal. E fecharam também a rádio *CX30* por transmitir a convenção do meu partido, na qual fui proclamado candidato. Agora proibiram, peremptoriamente, a minha imagem na televisão.

Devem achar que tem bom aspecto e temem o eleito feminino...

— Ou uma ameaça à minha segurança. Pode haver muitas interpretações. O que é um facto é que desde 1980 não houve uma semana em que eu não tenha estado presente nas páginas dos jornais e nos noticiários do Uruguai. O regime proíbe que as pessoas falem de mim, mas elas falam.

Disseram-me, não sei se será verdade, que um cidadão que ocupa um lugar de destaque na política nacional e que será certamente o candidato presidencial por algum partido, queixou-se ao general Rapella da concorrência desleal que consiste em eles precisarem de clubes, semanários, etc., para conseguirem o que eu consigo com a ajuda da DINARP (Divisão Nacional de Relações Públicas).

Acho que o meu regresso ao Uruguai está muito próximo. Agora vou apanhar os trastes e transferir-me para Buenos Aires. E, de repente, quem sabe, volto para Montevidéu sem passar por Buenos Aires.

"A experiência muda as pessoas"

Seja pelas razões que forem, o senhor transformou-se numa espécie de mito. Em alguém em quem uma grande parte da população deposita as suas esperanças. Isso é uma grande responsabilidade, principalmente porque foi proclamado candidato à presidência, juntamente com o seu companheiro de lista em 1971, Carlos Julio Pereira. Sente-se preparado para esse desafio?

— Quando a gente diz que mudou, é um eufemismo.

mismo para não dizer "melhorou". Ninguém reconhece que muda para pior. Acho que a experiência mudou todos nós, mas menos do que alguns supõem. As vezes pensa-se que as pessoas mudam simplesmente, porque antes não as conhecíamos bem.

Eu sinto-me melhor preparado que antes para a vida política, e melhor no sentido ético. O exílio também é uma escola, que nos ensina a olhar o país à distância, sem falsas vaidades em relação à pátria que tínhamos.

Que resgata da democracia uruguaia anterior a 1973 e que novos elementos teriam de ser introduzidos?

— De antes de 1973, eu resgato o próprio Uruguai. O país é uma maravilha. Aliás, já o era. O Uruguai aprendeu a respeitar a discordância. Depois, isso deteriorou-se progressivamente, sob todos os aspectos, apareceu a intolerância, aprofundou-se o desencontro. As causas coadjuvantes tinham diversas naturezas, mas a realidade é que isso aconteceu. Agora, a primeira coisa, é restituir o país àqueles antigos valores nacionais que asseguravam a convivência.

Em segundo lugar, é preciso resgatar as liberdades burguesas, as garantias formais da liberdade. Acho que outra coisa que nós uruguaios descobrimos, foi que a liberdade precisava de um conteúdo social, porque era insuficiente em si mesma para criar uma sociedade justa.

O Uruguai de 1985 vai herdar dez anos de uma política desastrosa. Se assumisse a direcção do país — uma hipótese com a qual temos de nos familiarizar —, por onde começaria? Quais seriam as suas prioridades?

— Primeiro, devolver a esperança ao país. É preciso recompor os valores espirituais. Isso só se consegue com espírito unitário. Necessitamos de um governo de unidade nacional. Não sei se seria um governo integrado por todos, porém para todos, baseado num entendimento nacional.

Os objectivos a médio e longo prazos têm de ser traçados pelos políticos e pelos membros das forças sociais, em conjunto.

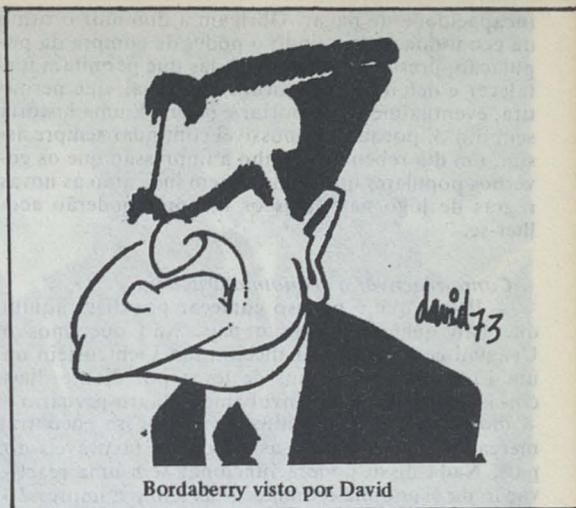
Mas a tarefa é ainda mais difícil, porque a primeira coisa a fazer é agravar os problemas: com isso quero dizer que apesar dos elevados índices de desemprego, a primeira coisa é trazer os exilados de volta ao país.

E não se trata só de abrir as portas. É preciso ir buscá-los. Não chegam atitudes passivas. Temos que encontrar a forma de solucionar os problemas económicos para que eles possam voltar.

Não é só trabalho, há também o problema da habitação, escolas, etc.

— Inicialmente, não haverá habitação para toda a gente, nem trabalho. Mas acho que pode ser um bom meio para começar a reconstruir o clima espiritual indispensável para empreender a tarefa da reconstrução com a bandeira hasteada.

Traremos os que estão fora, não na sua condição de militantes de tal ou qual força, mas de uruguaios, com um amplo espírito unitário.



Bordaberry visto por David

E uma vez que os exilados estejam no país e as liberdades asseguradas, por onde prosseguir?

— Será preciso analisar com o máximo de seriedade quais são os compromissos do país com os centros financeiros internacionais. E examinar se esses compromissos são compatíveis com duas coisas: com a salvaguarda da soberania e com o mínimo de felicidade e bem-estar material que temos o dever de assegurar aos cidadãos. Não há obrigação ética nem jurídica que possa pôr em risco essas duas coisas.

Como encara, então, o pagamento da dívida?

— Com sacrifícios. A perda financeira concreta não será só por parte dos devedores mas também dos credores. Que em muitos casos são os principais responsáveis pelo próprio montante da dívida. E, seja dito de passagem, eles já a cobraram quase três vezes.

E o problema da estagnação da agricultura?

— Mesmo que o Uruguai não tivesse dívida, o país não poderia pagar com as suas exportações as importações que precisa para garantir o funcionamento adequado da sua economia. A relação dos preços das matérias-primas em bruto que o Uruguai exporta e o dos manufacturados importados impede uma solução equilibrada. A solução a médio prazo é o acordo com os outros países que enfrentam problemas similares. Mas isso é difícil porque os países periféricos maiores confiam no facto do seu poder de negociação aumentar à medida que o exercem sozinhos e não se mostram propícios a arcar com os problemas dos menores.

A Argentina já pediu um prazo de 180 dias para pagar...

— É verdade. E também é verdade que os credores fazem o negócio do século se não receberem. Porque então aumentam o que lhes é devido. E exigem a aplicação de políticas económicas que aumentam a

incapacidade de pagar. Obrigam a diminuir o ritmo da economia, diminuindo o poder de compra da população, prescindindo de medidas que permitam fortalecer e defender a estrutura industrial, que permitirá, eventualmente, exportar e pagar. É uma história sem fim. E porque é impossível continuar sempre assim, um dia rebenta... Tenho a impressão que os governos populares que se instalarem indicarão as novas regras de jogo nas quais os menores poderão acalhar-se.

Como reactivar a economia uruguaia?

— Penso que é preciso começar por dizer aquilo que não queremos para o país. Não queremos o Uruguai como praça financeira, um Lichtenstein ou um Luxemburgo. Temos de levar por diante duas coisas acessíveis: o desenvolvimento agro-pecuário e a montagem de uma indústria que possa encontrar mercados, aproveitando as condições favoráveis do país. Nada disso poderá funcionar sem uma reactivação da economia mundial. Mas tenho a impressão de que já se observam os primeiros indícios de recuperação. Antes que acabe a dose de esperança que, naturalmente, o país vai armazenar, acho que podemos experimentar as consequências de uma bonança internacional.

As estruturas agrárias do país são um travão para o crescimento produtivo?

— As estruturas agrárias não agiram no passado como barreiras ao processo produtivo. Os coeficientes de produção por hectare eram baixos e às vezes, inclusive, porque plantavam-se coisas para as quais os solos não estavam preparados como, por exemplo, o milho. Mas os baixos índices de produção por hectare eram basicamente os mesmos no latifúndio, no minifúndio e no estabelecimento de dimensão adequada, entre os que apresentavam problemas de posse da terra e os que não apresentavam.

Isso demonstra que a primeira coisa que faltava era uma pesquisa tecnológica que pusesse à disposição dos agricultores os dados para produzir melhor. E a tecnologia não é exportável, sobretudo a tecnologia agrária.

Será preciso então repensar a Universidade, para integrá-la nessa tarefa?

— Claro, atrás de tudo isso está o problema da educação. Quando elogiamos o Uruguai de antigamente, uma das melhores coisas que ele tinha era a educação. Elogiávamos a escola de Varela⁽³⁾. Meu pai era médico e mandou-me para a escola pública em Melo, onde morávamos, e depois para o liceu Rodó, e depois fui para a Faculdade de Direito. Minha família teria podido matricular-me num colégio particular mas mandaram-me para a escola pública não por um prurido democrático, mandaram-me porque era a melhor que havia. Então, é preciso fazer um enorme esforço na educação.

E os bancos?

— Têm de ser nacionalizados. Não sei se isso será possível no início, mas, é um passo a ser dado no

momento oportuno. O Uruguai contou sempre com grandes bancos do Estado que foram um exemplo de eficiência da empresa estatal, como é o caso do Banco da República.

Essa proposta não é nova, não há uma única palavra em relação aos bancos que eu tenha mencionado que não estivesse incluída no meu programa *mi compromiso con usted* (meu compromisso com você), de 1971.

Em relação ao campo, sendo ministro da Agricultura em 1964, apresentei um projecto sobre as estruturas agrárias que despertou um grande alvoroço. Incomodava porque era viável. Uns disseram que era fraco, outros que era excessivamente renovador. Naquele momento não contou sequer com a adesão maioritária do meu próprio partido. Provocou a hostilidade do outro partido tradicional — talvez por razões políticas — com excepções muito honrosas, como a de Zelmer Michelini, que naquela época ainda integrava o Partido Colorado. E houve uma atitude muito crítica e pouco construtiva da esquerda.

Nestes anos de exílio, nos quais teve obrigatoriamente que conviver com outros exilados, todos de esquerda, a sua visão do mundo e interpretação dos fenómenos políticos, mudaram, em parte. Acha que o seu partido, que tem também profundas raízes no interior, onde as posições políticas são mais conservadoras, responde a todas as suas posições actuais?

— Penso que os dirigentes políticos têm que tomar cuidado para que as bases não passem por cima deles. Quanto às minhas vinculações com a esquerda, é claro que a dor do exílio — que foi maioritariamente sofrido por gente de esquerda — fez-me ganhar vínculos pessoais e, nessa mesma medida, diminuiu algumas hostilidades irracionais. Tenho esperança de que isso se tenha dado em ambas as direcções. Acho que há na esquerda gente tão progressista quanto eu...

Uma aliança eventual com a esquerda?

Acha que a esquerda vai ser legalizada para as eleições deste ano?

— Para que haja eleições, têm que ser eleições de verdade. E não o seriam sem a participação da esquerda.

O Partido Blanco aceita eleições com Wilson Ferreira proscrito?

— É evidente que não. O problema não é de indivíduos. O facto é que não se podem impor candidatos de fora.

O senhor é o candidato do Partido Nacional. A esquerda é no país uma terceira força. Aceitaria uma aliança eleitoral com a esquerda, que poderia ser o fiel da balança entre os dois partidos tradicionais?

— Gostaria que a minha resposta não fosse interpretada como uma afirmação de vaidade ou arrogância. Mas tenho o dever de dizer o que penso realmente. Tenho a absoluta certeza — e a certeza é extensiva aos meus companheiros — que nós representamos a maioria absoluta do país. De forma que

uma aliança com a esquerda ou com qualquer outro grupo político não nos parece o caminho mais adequado, porque não é necessária.

Falou em formar um governo de unidade. Como se poderá chegar a isso sem alianças eleitorais?

— O problema eleitoral consiste simplesmente em garantir a liberdade eleitoral. Mas o problema não é chegar ao poder, é permanecer nele. Começar a construir um país viável. Então, nessa segunda etapa, será absolutamente indispensável um entendimento nacional que abranja o maior espectro político possível.

Isso significa que defende uma candidatura para o Partido Blanco, uma para o Partido Colorado e outra para a Frente Ampla?

— Cada qual deve apresentar-se às eleições com o seu próprio candidato. Essa não seria a minha resposta se acreditasse que essa fórmula poria em risco a possibilidade de eleger um governo democrático.

Que benefícios traria para o país uma clara definição de três candidaturas com essas características?

— Acho que é preferível a individualidade ideológica, o fortalecimento de cada um dos sectores, porque, como estamos a falar sobre os destinos do país, os acordos políticos terão que ser feitos uma vez conhecido o peso eleitoral de cada uma das forças.

Eu acho, muito sinceramente — e parece um absurdo que um homem de outro partido fale assim e talvez alguns dos meus companheiros se sintam magoados —, que seria uma tragédia que a Frente Ampla não pudesse recompor a sua estrutura e oferecer uma opção sólida, de esquerda. Porque creio que o país vai precisar dessa opção política. O país necessita de partidos políticos fortes com maiorias definidas. Precisa também de organizações sociais fortes, uma CNT poderosa e unitária, uma federação de estudantes fortes. Não podemos voltar àquela forma de competição na conquista de filiações partidárias com promessas baratas e muitas vezes impossíveis de cumprir.

O papel dos militares

Falta analisar qual seria, no futuro, o papel das forças armadas uruguaias.

— O primeiro dever das forças armadas é cumprir com a sua tarefa específica. Quando se fala de regressar aos quartéis, as pessoas acham que é uma proposta desonrosa, que as forças armadas podem sentir-se ofendidas. Nada mais longe da verdade. Durante anos, o exército, a marinha e a força aérea uruguaios gozaram de um altíssimo conceito no mundo porque souberam cumprir com o seu dever específico, com o mandato constitucional. Defender a Constituição e as fronteiras é a coisa mais sagrada que pode haver para um militar.

De maneira que eu espero que as forças armadas não se deixem levar pela chantagem que o sr. Gregorio Alvarez lhes quer impor, segundo a qual seria perigoso voltar a cumprir com as tarefas específicas das três armas. □



Ferreira Aldunate (à direita), J. P. Terra, presidente do PDC (ao centro) e Pedro Cardoso do PS (à esquerda): não há aliança

No passado, as estruturas agrárias não agiram como barreira ao processo produtivo...



(¹) Segundo o sistema eleitoral uruguiaio que vigorou até ao golpe de Estado de 1973, cada partido podia apresentar mais de um candidato à presidência da República, sendo eleito o mais votado do partido. Em 1971, Wilson Ferreira Aldunate foi o mais votado individualmente, mas o Partido Colorado somou cerca de 20 mil votos a mais do que o Partido Nacional.

(²) Juan Maria Bordaberry, foi o presidente constitucional que deu o golpe de Estado em 1973, com o apoio das forças armadas.

(³) José Pedro Varela, educador, que reformou o ensino no Uruguai.

Jorge Batlle

“Temos que reparar os danos sofridos”



FILHO do ex-presidente Batlle Berres e sobrinho-neto do ex-presidente Batlle y Ordóñez, o dirigente político Jorge Batlle Ibáñez é uma das principais figuras do Partido Colorado. Ex-parlamentar, político de longa experiência, foi proscrito pelo regime por dez anos. Acaba de recuperar os seus direitos políticos e de momento não exerce nenhum cargo na direcção do partido.

Você recuperou recentemente os seus direitos políticos, depois de ter estado proscrito vários anos. Em que termos se coloca então a sua participação política daqui para a frente? Pensa lançar a sua candidatura para Novembro de 1984?

— Tenho trabalhado activamente no partido durante todo esse tempo, portanto a minha proscricção não muda nada. Com respeito às candidaturas, fizemos uma eleição interna, neste caso por causa de uma disposição legal — ainda que o nosso partido

esteja acostumado a realizá-las sempre — e são essas eleições que criam as candidaturas. Actualmente os candidatos naturais do Partido Colorado à presidência e vice-presidência da República são o dr. Julio Maria Sanguinetti e o dr. Enrique Tarigo. Não vejo nenhum motivo para que isso mude.

Certo, mas não podemos deixar de observar que logo que recomece a sua actuação na vida pública as suas declarações criar factos políticos. Disse que acompanharia o seu adversário político, Wilson Ferreira, se ele desejasse voltar ao Uruguai. Exigiu também a liberdade para o general Seregni. Começou com um tom duro. Poderá realmente permanecer, como pretende, num segundo plano?

— Depende de como se classifiquem os planos. Se é em função de tarefas na administração pública, o presidente estaria em primeiro plano. O vice, em segundo. E eu, em terceiro ou quarto. Mas é óbvio que em política os planos funcionam de outra maneira.

É certo que disse muitas coisas. Sou mais velho que os outros, em idade e antiguidade nesta prática. O tempo ajuda a decantar as coisas. Perdi quase todos os adjectivos e quase todos os advérbios. Falo com substantivos e verbos. Estou cansado dos rodeios.

Não se importa que as suas declarações tivessem sido mal recebidas...

— Acho que algumas pessoas do governo podem tê-las recebido mal, mas não foram todas. Nas forças armadas existe uma situação de inércia. A inércia também está presente na política. E, nesse caso, trata-se de uma inércia colectiva, de um corpo que está preso às suas declarações. Acho que no Uruguai existe um contingente muito importante de oficiais superiores que vêem claramente que a situação é insustentável.

Não caberia aos políticos mostrar alguma possível saída?

— Sabe como se pesca a truta? A gente puxa e solta. Temos conversado muito, mas, às vezes, uma conversa pode-se transformar em “conversa fiada”. Não conheço nenhum computador que maneje situações

como esta. Estamos à mercê do instinto.

Acha que será fácil encontrar um consenso entre os civis e os militares?

— Seria uma tolice pensar que uma situação como esta seja de fácil solução. Porém, acredito que em Fevereiro será mais fácil que agora.

Porquê? Pela passagem à reserva de certos generais?

— Claro. Existem generais que têm estado presentes nas conversas com os dirigentes políticos, particularmente o general Rapella, e que se sentem frustrados por não terem podido impor os seus pontos de vista. A partir de Fevereiro virão pessoas mais jovens, que não participaram no movimento inicial para dar o golpe de Estado e que, portanto, não se sentem responsáveis por sustentar algo que não fizeram.

Eu não os conheço, suponho porém que estarão a pensar nos seus próximos oito anos como generais. E não vejo como poderão pensar em sustentar durante oito anos uma situação que se desmorona. Na medida em que os de antes vão desaparecendo e vêm os de amanhã, estes não querem estar comprometidos com o passado

Você pediu a renúncia do general Alvarez por entendê-la como um pré-requisito para alguma saída política?

— A meu ver, no dia em que Alvarez foi à televisão para responder aos partidos políticos a propósito do comício do dia 27 de Novembro, o presidente estava a começar a sua campanha eleitoral. Então, pareceu-me correcto exigir que o mínimo que podia fazer, se pensava ser candidato, era retirar-se do governo.

A "Interpartidária"

No Uruguai, os políticos de todos os partidos estão a discutir e a trabalhar juntos. Na sua opinião, esta "Interpartidária" poderá converter-se, de facto, em algo de permanente, fruto da experiência destes dez anos, ou terá só uma vigência conjuntural?

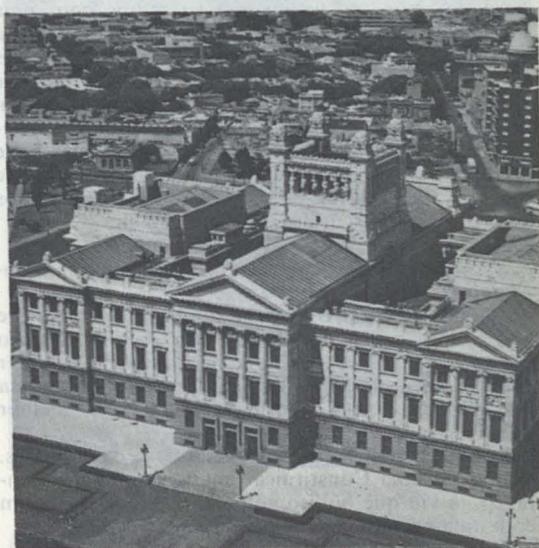
— O primeiro governo constitucional que assumir o país vai ter que enfrentar tantos problemas como aqueles que, em Dezembro, assumiu a Argentina. O Uruguai é fraco economicamente, tem escassos recursos e está muito comprometido com um endividamento profundo. Por todas essas razões é que será necessária a colaboração de todas as forças sociais para que o país se possa recompor. E não será suficiente a coparticipação apenas de todos os partidos políticos. Ela tem que estender-se às outras áreas da vida da sociedade. Tenho a impressão de que se necessitará da presença das organizações sindicais, culturais, dos diferentes centros de produção que hoje têm outras concepções, como a Federação Rural, que já não é aquele baluarte de uma oligarquia absurda que acreditava que tinha que construir trincheiras para defender reais ou supostos direitos de mercado.

O esforço comum não quer dizer a somatória de

coisas absurdas ou opostas para fazer uma espécie de média proporcional. Não se trata disso. Acho que, em primeiro lugar, vamos ter que respeitar as maiorias eleitorais e buscar de imediato as bases que nos são comuns a todos, os princípios, as condutas, sobre as quais estamos todos de acordo. Haverá divergências que, a longo prazo, poderão inclusive levar-nos a terrenos opostos. Porém, acho que ninguém pensa que o longo prazo começa já em Março de 1985. O primeiro objectivo do governo de Março de 1985 será o de entregar o poder a outro governo eleito pelo povo em Março de 1989.

Os objectivos comuns que menciona, são os das forças legais e daquelas que ainda permanecem ilegais...

— A única coisa ilegal no Uruguai é o governo.



O Parlamento: símbolo do velho Uruguai, exemplo democrático

Quais os passos concretos que podem ser dados no decorrer deste ano de 1984 para o caminho da redemocratização?

— Não creio que possamos chegar a alcançar a totalidade dos objectivos que procuramos.

Como, por exemplo, a não legalização de todas as forças políticas?

— Tenho muitas esperanças de que possamos legalizar todos. Existem argumentos fortes para isso, convincentes mesmo para as forças armadas. E não me refiro aos argumentos de princípios, porque isso está implícito. Refiro-me àqueles de conveniência, porque há alguns sectores que não querem a participação do marxismo.

Qual é o argumento que usa para neutralizar essa corrente?

— Que é pior que essas forças estejam escondidas.

O importante é a liberdade

O Uruguai vai ter um governo democrático. Essa democracia será construída sobre as mesmas bases de antes do golpe de 1973 ou, à luz destes dez anos de experiência, acha que esse regime democrático teria que ser reformulado?

— Os objectivos do homem não mudaram desde que apareceu sobre a face da terra. Nas figuras do Egipto das pirâmides há indivíduos com arados que estão a semear. No nosso país, já lançamos a semente de um avião e numa hora plantamos centenas de hectares. Porém, estamos a fazer a mesma coisa: se-mearmos.

Na política é igual. Mas, aprendemos em todos estes anos uma coisa que temos de agradecer aos militares: ensinaram-nos que o mais importante é a liberdade. Nós, os uruguaios, nascemos com uma grande quantidade de coisas incorporadas à nossa existência. E pensávamos que se deviam ao simples facto de sermos uruguaios. Nas nossas discussões, que começavam no bar e terminavam no Parlamento, discutíamos o valor real da democracia formal. Actualmente todos nós percebemos a importância de se ter uma Justiça independente, e o pouco valor que tem ser rico e estar preso. Ou seja, voltamos aos primeiros tempos, às coisas essenciais.

Seria necessário mudar a Constituição, por exemplo, para começar de novo?

— Não, não é preciso mudá-la; só acrescentar-lhe algum aditivo. Eu fui co-redactor desta Constituição e incorporei ao seu texto algumas coisas de carácter geral. Agora, que estou mais velho, vejo que a nossa Constituição é muito pormenorizada. Seria melhor que fosse mais aberta.

Porém, o problema não reside nas constituições. A nossa é uma Constituição muito bonita e, no entanto, já viu que bonito golpe de Estado nos deram com uma constituição democrática?

O papel dos militares

Que papel caberá às forças armadas no futuro?

— O mesmo que tiveram no passado...

E isso é viável?

— Sim.

Mas os militares uruguaios gozam, hoje em dia, de tantos privilégios e ganharam tanto terreno no plano político que vale a pena perguntar se aceitarão regressar ao seu papel específico...

— Há muito tempo que não visita a Argentina?

Uns oito anos...

— E se me tivesse feito esta pergunta com relação à Argentina, o que lhe teria respondido?

Mas, na Argentina houve a guerra das Malvinas. Os militares uruguaios não passaram por uma guerra como essa.

— Não é tanto assim. Eles passaram por uma outra

espécie de guerra. A opinião pública tem a sua maneira de fazer a guerra. E, no Uruguai, esse tipo de guerra é muito mais dura. Na Argentina existem formas de se manter anónimo. No Uruguai não, toda a gente conhece a vida do vizinho.

Os militares sentem a pressão social...

— Brutalmente... É impressionante a reacção que lhes produz o ruído das "caçarolas". Sentem-se acossados. Estão livres mas estão presos, isolados.

E têm esposa, filhos, que também sentem as pressões...

— Sim. Já existe esse problema. E temos que fazer com que não se expanda. Há crianças que, na escola, se ressentem da condição de militares dos seus pais. E as crianças são muito duras nas suas acusações e sofrem também muito mais.

É evidente que vão perder esses privilégios que têm tido. E não porque sejam militares; vão perdê-los porque o país não pode pagá-los. O país não pode dar um automóvel de presente a cada militar que passa à reserva. A gasolina está muito cara.

A definição ideológica

Quais as diferenças fundamentais que existem entre o Partido Colorado e o Partido Blanco do ponto de vista político e ideológico?

— Eu diria que as diferenças tradicionais entre os dois partidos se mantêm, apesar de que, simultaneamente dentro de ambas as comunidades, existam atitudes ideológicas bem nitidas e diferentes como a de Pacheco Areco no Partido Colorado, de centro-direita, e a de Wilson Ferreira Aldunate, que se inclina para o centro-esquerda.

O Partido Colorado tem, no fundamental, uma visão de governo. A cidadania exige-lhe opiniões concretas e definidas sobre todos os problemas.

O Partido Blanco é o das grandes emoções por detrás das quais caminha uma enorme força vital. Alguém pode subir a um estrado e dizer: "Que bom que é ser blanco". Mas se subir a um estrado do Partido Colorado e disser "Que bom é ser colorado", será expulso. Nós somos, como diz Octavio Paz, uma religião filosófica, com uma claríssima tendência para o que hoje se denomina social-democracia, com uma atitude de mudança.

Penso que os nossos adversários políticos tradicionais descobriram esse episódio um pouco tarde, estão com os figurinos de há 20 anos atrás...

A social-democracia europeia — que está na vanguarda dos movimentos políticos — não despreza as forças de mercado nem a necessidade da eficiência da função do Estado, nem a necessidade de um planeamento indicativo...

A social-democracia europeia, pelo menos nos seus programas, defende a construção de uma sociedade socialista e fala do socialismo democrático. O Partido Colorado absorveria uma orientação deste tipo?

— O Partido Colorado é muito mais socialista que o socialismo. Se não fosse assim, a opção socialista no país ter-se-ia expandido eleitoralmente desde al-

guns anos atrás. Se não pôde fazê-lo é porque todas as bandeiras estavam nas mãos do Partido Colorado.

Mas as medidas que se poderiam chamar de socializantes, aplicadas pelo Partido Colorado nas primeiras décadas deste século, não são aquelas que o país exige em meados da década de 80...

— O Partido Colorado entende que as medidas socialistas aplicadas no Uruguai no princípio do século são, em essência, as mesmas que necessitaríamos hoje, só que a sua aplicação teria que ser diferente em 1984. O Estado não pode ser um fim em si mesmo, porque cairíamos no totalitarismo de Estado. A finalidade é o indivíduo.

Se me perguntasse qual é a sociedade ideal, eu dir-lhe-ia que é a anarquista. E marchamos para ela. Na medida em que o homem melhora o seu discernimento, a sua formação, a sua cultura, é capaz também de substituir o governo. Esta é a nova forma da democracia que temos que ir estabelecendo.

Com que mecanismos, por exemplo?

— Para que educamos as pessoas? Para que elas votem em cada quatro ou cinco anos? Isso não serve, é preciso transferir parcelas de poder. Eu considero que há muitas funções que o Estado assumiu porque não teve outro remédio.

Sou partidário de que o director nacional do ensino seja eleito pelo povo, numa lista à parte, na eleição presidencial, e que a revogação do seu cargo só possa ser feita por julgamento político. Deve deixar de haver ministro da Educação. O que tem que haver é um ministro da Cultura. Assim, poderíamos tirar a educação deste *ghetto* em que se encontra e o povo passaria a discutir esse importante tema da vida nacional, sobretudo no caso do Uruguai.

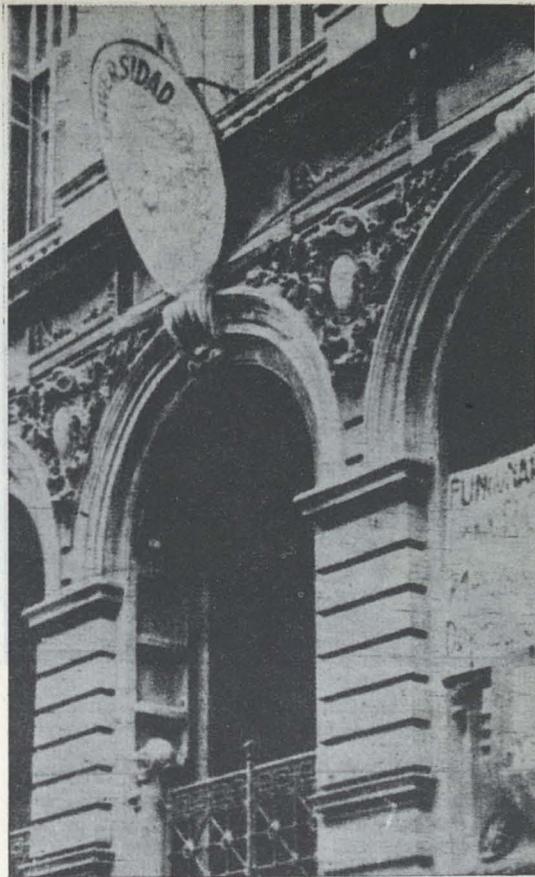
Temos uma empresa cooperativa sem fins lucrativos que é a *Conaprole*, uma das dez empresas mais importantes da América do Sul. Exporta 30 milhões de dólares por ano. Acho que é preciso fortalecer o sector cooperativo. Em algumas áreas, é preciso fazer economia mista. Não sou ortodoxo. Sabe como começou o monopólio da luz eléctrica no Uruguai? A companhia privada faliu. Ninguém pensou que tivesse que ser do Estado.

Os norte-americanos descentralizam hoje a sua organização federal. Elegem directamente os seus juizes, chefes policiais, e os seus mecanismos de ensino...

Qual é a sua proposta para os bancos?

— Os bancos estão nas mãos de estrangeiros. Nacionalizá-los é absolutamente impossível, porque ter-se-ia que ir a Nova Iorque e nacionalizar o *City Bank*. Porém, os bancos centrais do mundo inteiro exercem um controlo muito evidente sobre o manejo das suas linhas de crédito e dos recursos da poupança nacional. Nesse sentido, há muitas fórmulas práticas para resolver o problema da presença dos capitais privados ou estrangeiros. Nós temos um Banco da República que é muito forte, que sempre teve uma função tradicional de auxílio à actividade produtiva nacional. Actualmente deixou de ter essa função e transformou-se num banco comercial. Temos também o Banco Hipotecário e um Banco de Seguros do Estado. O Estado dispõe de recursos bancários importantes...

...e pode regular a actividade dos outros bancos...



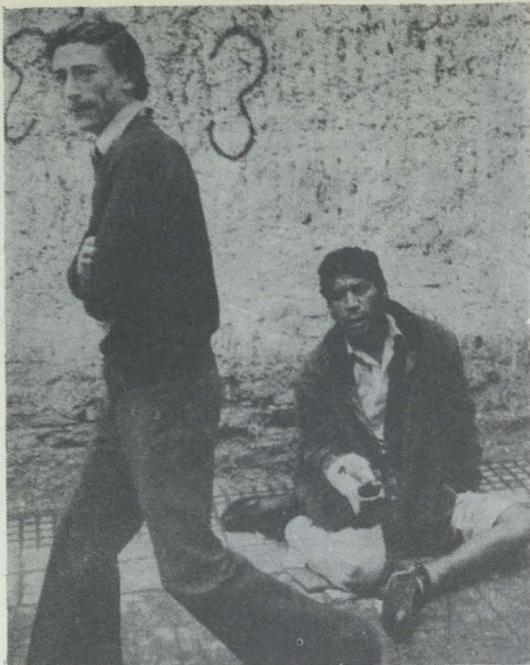
A Universidade: "tirar a educação do "ghetto"

— Eles não têm outro remédio senão submeter-se às regras do Banco Central. Acho que o pior negócio seria ficar com esses bancos. Seria mesmo um péssimo negócio. Se desejam permanecer no país, é preciso obrigá-los a cumprir as leis, e é necessário fazê-las bem feitas.

A moeda é uma mercadoria

O que se pode fazer com o campo uruguiaio?

— O sector agrário vai mal porque, da mesma forma que a indústria e o comércio, sofreu as consequências de uma absurda política de carácter monetarista. Foi a insensatez do ministro da Economia que acreditou que o Uruguai podia dar-se ao luxo de fazer com que a sua moeda valesse mais que o franco suíço. A moeda é uma mercadoria. Arismendi, o ex-ministro da Economia, criou essa situação sem sentido na qual a coisa mais barata que havia no Uruguai era o dólar. Desta forma, destruiu a protecção à indústria nacional. O exportador deixou de ser uma pessoa estimulada para ser uma pessoa sancionada. E o importador descobriu que esse era o negócio mais fácil do mundo, porque havia um grande fluxo de dólares através daquela invenção da *tablita*. (1)



O país foi inundado por ofertas de créditos e endividou-se maciçamente. A sua dívida passou, em três anos, de 1,2 mil milhões de dólares para 4 mil milhões. Uma terceira parte dos depósitos estão em dólares. A economia ficou dolarizada. E, como tudo se baseava numa ficção, quando uma mola se soltou, ficaram todos mais afundados que o *Nautilus*. Os bancos também estão em péssima situação. Eles vivem para quê? Para que lhes paguem o que foi posto à sua disposição. E hoje ninguém está em condições de pagar nada. Então, com respeito aos bancos estrangeiros, é preciso deixar tudo como está, para que tenham que trazer dinheiro do exterior para cobrir os prejuízos que existem hoje no Uruguai. Os bancos estrangeiros querem instalar-se quando isso resulta num bom negócio e que os nacionalizem quando isso signifique a nacionalização das perdas. Agora, que sigam para a frente!

A influência argentina

O processo argentino vai influir no Uruguai?

— Enormemente.

Em quê, concretamente?

— Nas coisas simples. Pode alguém acreditar que o governo uruguaio vai encontrar uma boa receptividade para as suas propostas comerciais e industriais? Veja como foram recebidas as delegações dos partidos políticos uruguaio. Logicamente foram recebidos oficialmente o ministro dos Negócios Estrangeiros, o delegado oficial. Porém nas entrevistas importantes — com Bettino Craxi e Felipe González, que são duas figuras extraordinárias — nós é que fomos, os representantes dos partidos políticos. Isto

influi para que as forças armadas uruguaias sintam que isto terminou e que têm de voltar aos quartéis para que possam novamente usufruir do prestígio de que gozaram durante tantos anos.

Dizem que a "Triplíce A" se está a instalar no Uruguai...

— Sempre haverá gente maluca pela vida fora, porém, nesta altura acho difícil encontrar malucos que comam vidro. Sabe por quê? (Tenho alguma prática adquirida da ditadura.) Porque não existe um santuário aonde possam ir. Para onde vão depois que haja uma abertura no Uruguai? Terão que ir para a África do Sul, e isto só se tiverem dinheiro. Por isso eu não acredito que a "Triplíce A" esteja a pensar em armar confusões no Uruguai.

Reconstruir a economia

Disse que o povo uruguaio descobriu nesses anos que não é bom ser rico e estar preso. Mas não podemos deixar de enfrentar o problema do empobrecimento da classe trabalhadora. Haveria, pelo menos, que observar também a necessidade de devolver o poder aquisitivo aos salários.

— O empobrecimento é terrível e enorme. É gravíssimo o empobrecimento da sociedade mediante a destruição do aparelho produtivo. Para que haja trabalho não basta imprimir dinheiro e aumentar os salários. Isso é um embuste, uma prática que os dirigentes políticos usam muitas vezes e nisso estão a brincar com o que há de mais sagrado no indivíduo que é a confiança que deposita nos seus governantes.

Isto é, é preciso começar pela recuperação da capacidade produtiva. A riqueza básica do Uruguai é a que a terra produz. Há condições tecnológicas para que o Uruguai produza muito mais do que actualmente. Com 150 mil pessoas empregadas no campo, na Nova Zelândia, produz-se o equivalente a 4 mil milhões de dólares anuais. E nós, com 170 mil, produzimos 500 milhões. Ou seja, não é um problema de mandar gente para o campo. Não se pode analisar o campo com conceitos pré-industriais. O campo é uma indústria. E vai sofrer progressivamente o problema da emigração, como sofrem os países industrializados. Na França, 92% da população vive nas áreas urbanas. E, nunca produziram mais do que agora.

O problema mais grave no Uruguai não é a propriedade da Terra. O grave está na conjuntura internacional, nos mercados fechados à colocação dos nossos produtos, no investimento em matéria tecnológica para poder multiplicar a quantidade de pastos oferecida ao consumo das vacas e ovelhas, para que se possa duplicar o volume de lã e de carne, para triplicar a produção de têxteis e de couro, para dar trabalho às pessoas que, além do mais, necessitam de um bom salário; esse investimento primário que o Uruguai procura vai ter que ser manejado com muito cuidado, porque deixaram-nos uma dívida maior que um monumento.

Então, é necessário renegociar a dívida...

— Não há dúvida. O primeiro tema será o da renegociação da dívida. E depois, conceder àqueles que estão endividados em dólares, um prazo de 15 a 20

anos para pagar. O Uruguai necessita fazer uma dívida interna de consolidação do endividamento em dólares provocado pela conduta absurda do Estado.

Eu vi como se vendiam teares que custaram 20 ou 30 mil dólares por 2 mil dólares. Fábricas inteiras são leiloadas por três centavos.

Hoje, o problema não é sequer de salários reais muito baixos. O problema é que no Uruguai de hoje não há onde trabalhar. Então, é preciso aumentar a produção; fazer com que o bolo cresça e impedir que apenas dois o comam.

Como vê a situação dos exilados e dos presos políticos?

— Existem no Uruguai milhares de pessoas que ainda estão proscritas. Na verdade e basicamente, os uruguaios continuam todos proscritos, porque não podemos escolher os nossos governantes. Porém, algumas pessoas estão proscritas somente por integram as listas da Frente Ampla e outras estão presas pelo único delito de serem membros do Partido Comunista. Isso é um absurdo. Existem pessoas presas sem processo e processadas com processos absurdos, com acusações fiscais que não resistem à menor análise. Conheço, em particular, a acusação contra o general Serigni, porque a estudei. E eu conheço Serigni há muitos anos porque, durante toda a sua vida, além de militar, Serigni, foi "batllista". A acusação baseia-se em discursos da sua campanha eleitoral. É preciso terminar com esse tipo de coisas.

É necessário examinar o que houve e tratar de reparar os danos sofridos. Há gente que usou o caminho da violência, acreditando que era essa a solução. Nós sempre discordámos e discordaremos. Eu acho que não há nenhuma razão filosófica e, menos ainda, jurídica ou ética para estabelecer que a violência é o caminho para assegurar a não-violência. Mas, de qualquer forma, são pessoas que estão presas há muitos anos e devo dizer que as cadeias no Uruguai não têm cumprido com o propósito que a Constituição e a lei estabelecem, que é o de recuperar a pessoa para uma vida normal. Pelo contrário, têm sido lugares de onde as pessoas saem impreparadas para qualquer acto, para viver na plenitude da sua integridade espiritual.

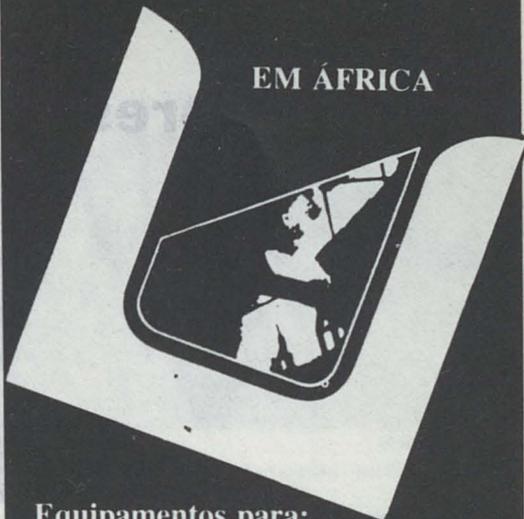
Há muitos processos que têm que ser revistos, penas que têm que dar-se por cumpridas, por tudo aquilo que já sofreram; é preciso conceder a liberdade condicional para muitos que já cumpriram mais de metade da pena. O Parlamento vai ter que examinar essas questões. Com cuidado e em profundidade. Temos que sair com grandeza, sem ódios nem rancores, sem "olho por olho e dente por dente".

Muita gente sofreu muito. E podem pensar em alguma forma de sanção. Eu que não sofri tanto, porque nunca fui torturado, sinto dificuldades para opinar sobre esse assunto. Mas não gosto de esconder o problema, porque temos a obrigação moral de enfrentá-lo. Temos a obrigação moral de salvar não aquele que cometeu o facto, mas o que o sofreu. As pessoas estão amadurecidas para escutar a verdade. Temos que reparar os danos sofridos. □

¹Tablita — Tabela de minidesvalorizações anuais do peso uruguio, previamente divulgada pelo governo em cada início de ano.

COMETNA

EM AFRICA



Equipamentos para:

- caminhos de ferro
- cimenteiras
- cerâmicas (barro vermelho)
- siderurgias
- centrais hidráulicas e térmicas
- construção civil
- saneamento básico (carros e contentores)

Válvulas industriais

Estudos e Tecnologia

METALOMECÂNICA E METALURGIA



COMETNA

Companhia Metalúrgica Nacional, S.A.R.L.

Sede: R. Academia das Ciências, 5 • 1200 Lisboa

• Te.: 320011 • Telex 12819 COMEN P

Delegação na R.P. de Moçambique:

Av. Zedequias Manganhela, 520-6.º - FLAT 603 C.P. 1402 - MAPUTO
Tel. 29461 - Telex 6-470 COMEN MO

Semproni A voz dos trabalhadores



Victor Semproni

O Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT) surgiu com força na vida política uruguaia nos últimos meses e a sua presença contestatária ao regime teve um ponto culminante na maciça manifestação do 1.º de Maio de 83 diante do Palácio Legislativo de Montevidéu, o primeiro dos vários comícios que reuniram multidões, realizados no ano passado no país.

Victor Semproni, secretário de Relações da Aebu (Associação dos Empregados Bancários do Uruguai) é também secretário executivo do Plenário Intersindical, o órgão de direcção do movimento.

"Penso que o protagonismo do movimento sindical no processo uruguaio está a ser determinante e pode chegar a ser inimaginável o avanço das forças sociais", afirma. Porquê este protagonismo? "Em primeiro lugar, pelo altíssimo poder de convocação do PIT; em segundo lugar, porque é a coluna vertebral organizativa; em terceiro, porque o PIT imprimiu novos conteúdos às mobilizações e conseguiu assim que os partidos políticos tradicionais assumissem definições cada vez mais próximas da interpretação do sentimento popular".

Consultado sobre o papel da Intersindical, integrada também pelas forças sindicais, Semproni afirma: "A Intersindical foi um passo muito importante na unidade das forças de oposição, embora ainda não consiga cumprir aquilo que nós entendemos dever ser o seu papel: tornar-se um órgão de discussão da estratégia política e não simplesmente como alguns a concebem, como um braço executor da Interpartidária".

Para Semproni, "o processo uruguaio entrou num ritmo vertiginoso, que pode apresentar surpresas positivas a qualquer momento. No dia 27 de Novembro, no Obelisco, quem mandou foi o povo. E o povo demonstrou várias vezes que desaprovava alguns pontos da proclamação, principalmente quando se falava

das eleições de Novembro e gritava 'agora, agora', exigindo o adiamento do cronograma eleitoral".

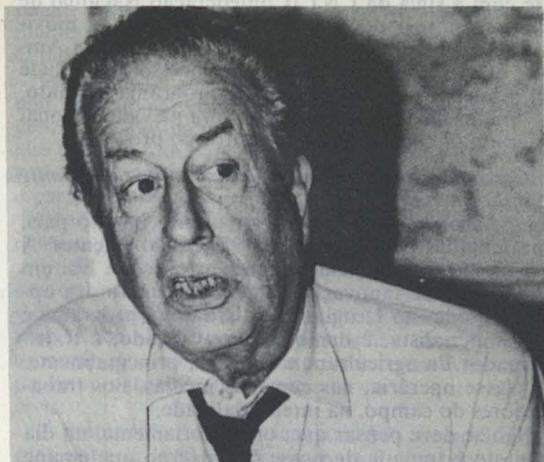
Sobre as perspectivas para este ano de 84, Semproni afirmou que "será um ano transcendental para o processo uruguaio. A presença do povo nas ruas — disse — fará com que se precipite o derrube da ditadura".

Finalmente, consultado sobre as aspirações da classe trabalhadora para o Uruguai que está a emergir das lutas populares, o dirigente do PIT afirmou: "Se concebermos o Uruguai democrático do amanhã sobre as bases do passado, teremos lamentavelmente perdido o tempo que passou ao longo destes anos e que, apesar de negativo tem que nos deixar lições positivas".

"Exigimos as reabilitações totais, políticas e sindicais, a plena vigência de todas as liberdades, mas, fundamentalmente, exigimos que a nova democracia permita que o povo uruguaio seja protagonista consciente dos factos políticos. Temos que acabar com a pseudo-democracia que habilitava para a acção política apenas uma parcela dos cidadãos".

"A primeira medida económica tem que ser o aumento maciço dos salários, que reajuste o poder de compra dos trabalhadores e reactive o mercado interno. A partir daí, vai-se começar a reduzir o problema do desemprego. Mas têm que se adoptar, além disso, medidas que protejam a indústria nacional e que não alimentem a importação. O PIT tem um projecto a esse respeito, que foi apresentado ao ministério do Trabalho, com medidas concretas que tornam viável o aumento salarial, entre outras coisas, com a exigência do controlo do câmbio e a canalização da poupança pública ao serviço da produção nacional. Isto significa que os bancos têm que estar ao serviço do país e não o país ao serviço dos bancos", afirma Semproni. □

Arismendi "Vamos enterrar a ditadura"



Rodnei Arismendi

bases do passado ou será necessário realizar algumas inovações?

As massas exigem na rua *democracia agora*. O exercício da liberdade tem de ampliar-se a partir deste momento, sem se esperar por Novembro.

Acreditamos que o governo eleito pelo povo que emergir das urnas, será, sem lugar para dúvidas, democrático. Será necessário fazer mudanças? Pensamos que sim. Consideramos que as forças políticas e, sobretudo o povo, entenderam a necessidade de convergir, apesar das discordâncias ideológicas e dos problemas de fundo.

O Uruguai vive uma crise profunda. Os salários caíram 50%. A ditadura reconhece 17% de desemprego no sector industrial. A dependência da agricultura em relação ao capital financeiro assume características catastróficas. A indústria uruguaia reduz-se.

A degradação no país é tão grande que até a seita Moon passou a ter um jornal e se transformou num factor de financiamento da vida da República, quando toda a gente sabe que a seita Moon é uma associação de delinquentes que teve a sua actuação proibida noutros países da América Latina e que é um instrumento da CIA.

A primeira coisa a ser mudada é a cabeça dos dirigentes políticos. Há sectores importantes dos partidos tradicionais que compreendem que no Uruguai de amanhã ninguém poderá governar sem uma política de soberania, de mudanças económicas, apoiada pelas forças maioritárias. É evidente que cada um entende isso à sua maneira. Mas pensam que um acordo nacional significará que os operários não vão ter aumento de salários, que os desempregados terão de continuar a alimentar-se nos caixotes do lixo, que a Universidade continuará como um instrumento que o regime pretendeu criar, que vão continuar as categorias de cidadãos, A, B, e C. (*)

Mas penso que não terão sorte os que assim pensam. Haverá lutas, diferentes posições de classe, ma-

O secretário-geral do Partido Comunista Uruguaio, Rodnei Arismendi, é um dos maiores teóricos marxistas da América Latina. Ex-parlamentar, foi preso e posteriormente exilado pelo regime que se instalou no Uruguai em 1973.

Como encara o secretário-geral do Partido Comunista Uruguaio a actual conjuntura?

— Entrámos na derrota final da ditadura.

A ditadura uruguaia respondeu a uma política global do imperialismo norte-americano, que pretende inverter todo o quadro político do continente. Numerosas forças democráticas de diversas tendências afluíram nas décadas de 60 e 70 em busca da auto-determinação económica e política dos nossos povos. No Chile, triunfava Allende, que propunha uma transição para o socialismo por um caminho proclamado pacífico. Os Estados Unidos intervêm duramente, escolhendo o Cone Sul como principal teatro de operações. Antes tinham intervido no Brasil.

Dez anos depois, observamos que a situação no continente mudou. O Brasil — que em si mesmo equivale a um continente — começou a reencontrar o seu caminho democrático. Instalou-se na Argentina um governo emanado do voto popular. A Bolívia tem um governo eminentemente democrático, com posições de esquerda, liderado pelo Dr. Siles Zuazo. O Chile levanta-se e a ditadura está a desfazer-se no Uruguai.

Desde 25 de Agosto, o Uruguai vive uma grande manifestação democrática todos os meses. Convocada por quem? Por uma coordenadora de partidos, legais e ilegais. A Frente Ampla mantém-se com toda a sua dignidade, com o seu programa, a sua identidade e o seu grande líder preso, o general Liber Seregni.

É evidente que esta concertação actual é uma fase. A Frente Ampla, porém reclama uma concertação mais permanente, com um programa, para hoje e para amanhã.

A democracia que poderá surgir das eleições de Novembro deste ano, terá de assentar-se nas mesmas

tizes ideológicas. Por isso mesmo nós dizemos que a classe operária organizada segundo a sua tradição e até com a sigla da CNT (Confederação Nacional de Trabalhadores) deverá seguir em frente, os movimentos estudantis deverão prosseguir, a Frente Ampla, que foi a síntese de todo o processo de unidade da esquerda uruguaia, com um programa definido, deverá ter uma presença orientadora na vida nacional e ser um factor político real dentro do processo.

Considera que a plataforma económica da Frente Ampla é actual?

— As propostas de programa geral para o país, apresentadas pela Frente em 1971, estão vigentes. A Frente não foi um acidente para as eleições. Foi um movimento de renovação com vista a uma nova opção de poder no Uruguai. Por isso o seu programa é anti-imperialista, é democrático avançado, é transformador da agricultura e apoia-se, principalmente, na classe operária, nas camadas médias, nos trabalhadores do campo, na intelectualidade.

Não se deve pensar que, obrigatoriamente, no dia seguinte à tomada de posse do governo que emane das eleições, estaremos numa guerra civil entre a esquerda e os outros sectores. Isso seria um suicídio. É preciso estabilizar a democracia para chegar a determinados acordos programáticos.

Eu falei da Frente Ampla. Quanto a nós, Partido Comunista, somos um partido operário com muitos anos de vida e defendemos o socialismo. Mas nem por isso vamos propor a instalação do socialismo no dia seguinte ao estabelecimento do novo governo. Não somos loucos nem utópicos. Mas, passadas estas circunstâncias, o novo Uruguai terá que fazer uma opção democrática avançada, soberana, de frente para o socialismo.

Mesmo os seus adversários reconhecem em si um homem de talento político, capaz de fazer uma análise correcta da situação do seu país. Quais foram as alterações que o período ditatorial provocou na sociedade uruguaia?

— Primeiro, a hipertrofia do capital financeiro, vinculado às finanças internacionais, em detrimento da agricultura, da indústria e de todo o povo. Segundo, uma queda dos níveis de desenvolvimento capitalista do país.

Esse rompimento com a antiga sociedade uruguaia fortalece a estruturação do sistema bipartidário, ou, pelo contrário, poderá favorecer a consolidação de uma terceira força, como é a Frente Ampla?

— A terceira força política surge no Uruguai na década de 60. A Frente Ampla era a unidade de esquerda, que depois de anos de lutas suicidas se encontra no caminho da sua unidade, com um programa claro. Após poucos meses da sua formação, a Frente Ampla obteve o apoio de 20% do país.

A ditadura agiu principalmente contra a Frente e hoje não existe no país ninguém que tenha mais prestígio que o general Liber Seregni, o presidente encarcerado da Frente. Restam no Uruguai cerca de 1200 presos, entre eles grande parte dos parlamentares da Frente Ampla, Jaime Pérez, Massera, Pietrarroia e poderíamos continuar. Contudo, a Frente Ampla está actualmente mais presente que nunca.



A legalização do PCU

Acha que o Partido Comunista será legalizado antes das eleições deste ano?

— Duas figuras presidenciaíveis do Uruguai, Julio María Sanguinetti e Wilson Ferreira Aldunate, disseram que não pode haver democracia se os comunistas estiverem ilegais. Isto é um aspecto muito respeitável da sensibilidade democrática destes dirigentes, mas também é produto das lutas do povo uruguaio que criou condições novas para derrotar a ditadura.

Mas poderá haver eleições sem legalização do Partido Comunista?

— Serão eleições condenadas em todo o mundo. O Uruguai denunciará essa democracia mutilada. Mas nós não nos apressamos a guiar-nos por noções eleitorais. Nós não lutamos pela nossa legalização, mas sim pela legalização de toda a Frente, para que esta possa participar nas eleições em igualdade de condições com todos os partidos. Não desejamos a exclusão de ninguém. Somamos as nossas vozes às daqueles que reclamam o regresso de Wilson Ferreira, porque não pode haver eleições democráticas com um dos principais líderes do Partido Blanco no exílio, nem com Seregni preso.

Aparentemente, há consenso em todas as correntes políticas no sentido de que alguns sectores da Frente têm de ser legalizados. Mas alguns dirigentes estariam dispostos a negociar a não legalização do Partido Comunista.

— Eu acho que é um erro proclamar os limites da negociação. Geralmente para negociar é preciso raciocinar como os mercadores: se eu quiser obter 20 tenho que pedir 50. Se se proclama de antemão que se pode negociar sobre a cabeça dos comunistas, vão ter que negociar em cima de outras coisas que se consideravam conquistadas.

É a luta que vai dizer se os comunistas serão legalizados ou não antes das eleições. Mas serão legalizados sem dúvida depois das eleições, porque ninguém pode varrer uma força política real, importante, operária, com aliados e amigos, como é o PC no Uruguai.

Caso as eleições se realizem e a Frente seja legalizada, considera que ela se apresentará sozinha às urnas, ou poderão formar-se alianças eleitorais?

— Pelo que sei, esse tema ainda não foi colocado. Estamos na etapa de exigir que a Frente Ampla seja legal. Depois não faltará tempo para analisar as opções políticas do país a partir de posições que não sejam de uma presença restrita.

Avançemos no tempo e suponhamos que estamos num Uruguai democrático. Que medidas prioritárias haveria que adoptar, de acordo com o seu ponto de vista, para activar a economia?

— Creio que seria ineludível a nacionalização dos bancos se é que o país deseja realmente controlar o capital financeiro e dominar a balança comercial e a balança de pagamentos.

É evidente que a nacionalização dos bancos é um tema de discussão entre as diversas forças, embora para nós seja claro. Mas nem sempre o que é claro para nós é claro para as outras pessoas.

E o problema da dívida externa?

— Segundo os economistas da oposição, o Uruguai tem uma dívida de aproximadamente 6 mil milhões de dólares. A ditadura reconhece 4 mil milhões. Seja como for, é uma dívida impossível de pagar.

Que vai acontecer? Haverá que votar uma lei de moratória da dívida dos trabalhadores rurais, dos fazendeiros, dos homens do campo. Se não houver moratórias, os bancos continuarão a explorar e a apropriar-se das terras.

No Uruguai do passado, o Banco da República desempenhava um grande papel. Agora isso não acontece porque o Banco da República e o Banco Central estão ao serviço dos bancos estrangeiros. Este é um grande tema: que fazer com o endividamento industrial e de todos os sectores agrícolas? Eles não podem pagar. O Uruguai também não pode pagar.

Depois de Março de 1985 teria que se começar a pagar o serviço da dívida num valor de mil milhões

(*) *Essas categorias foram criadas pelo regime militar e cada cidadão está enquadrado numa delas: A) sem problemas políticos; B) suspeito; C) indesejável politicamente.*

de dólares. Isso significa que todos estes anos foram de carência para a ditadura, mas que o país terá de pagar. Mas como pagar se os serviços são aproximadamente um terço das exportações do Uruguai? O país teria que ser declarado insolvente.

Mas o problema não é só do Uruguai. O Brasil tem uma dívida sufocante; México, Venezuela, Argentina, a mesma coisa. Será que a América Latina não está madura para que haja um entendimento entre os seus países, para chegar a uma moratória real a partir de posições de força?

Como vê o problema da instituição armada? Qual o seu papel num governo constitucional?

— As forças armadas uruguaias terão que voltar aos quartéis, submeter-se, como sempre fizeram, à Constituição uruguia que estabelece que os seus fins específicos são a defesa do país no caso de uma agressão externa ou de comoção interna. Mas terão de estar subordinadas, submeter-se às autoridades civis.

A pretendida democracia restringida, derrotada no plebiscito de 1980, só serviria para a abertura de um ciclo de golpes de Estado no país.

Tudo leva a crer que na nova etapa serão necessárias certas mudanças no seio das forças armadas, uma certa democratização interna.

Acha que vai demorar muito a atravessar o Rio da Prata?

— Eu sempre me senti muito próximo da minha Pátria. Sempre fui um combatente do interior, mesmo estando fora. Sou optimista. Quando me expulsaram do país, o jornal *El País* — miserável laçoio da ditadura — disse que eu jamais voltaria vivo ao Uruguai. Vamos enterrar a ditadura e eu vou regressar vivo. □

Pedro Cardoso (PS) fala em nome da Frente

Buenos Aires

Homenagem a Seregni



Em 13 de Dezembro passado — data do aniversário do general Liber Seregni, presidente da Frente Ampla preso em Montevideu há dez anos — realizou-se em Buenos Aires uma sessão em sua homenagem que contou com a presença de numerosas personalidades da Frente Ampla (o vice-presidente Juan José Crottogini, o ex-deputado Alonso, Rodney Arismendi, José Pedro Cardoso, Samuel Lichtenstejn etc.) e muitas delegações estrangeiras que estavam na Argentina convidadas para a posse do presidente Raúl Alfonsín. Calcula-se que terão participado mais de 20 mil uruguaios entre residentes em Buenos Aires e outros que viajaram expressamente do Uruguai. O conhecido cantor uruguai Alfredo Zitarrosa encerrou a sessão com várias músicas que ele popularizara na década de 70.

No dia 11 de Dezembro, o dirigente blanco Wilson Ferreira também havia realizado um comício em Buenos Aires em que participaram milhares de uruguaios (calcula-se que uns 20 mil), a maior parte deles vinda especialmente de Montevideu para escutá-lo.

Pedro Cardoso "Construir a democracia sobre novas bases"

EX-SENADOR, presidente do Partido Socialista uruguaio, José Pedro Cardoso há mais de 50 anos que se destaca como político, no Uruguai. Ao completar recentemente 80 anos, Cardoso viu o seu prestígio reconhecido nos meios políticos latino-americanos e europeus, tendo recebido mensagens de congratulação dos mais diferentes pontos do mundo. Cardoso é actualmente membro da Mesa Executiva da Frente Ampla desempenhando, nessa condição, uma intensa mobilização internacional a favor da libertação do general Liber Seregni.

Como vê o processo uruguaio à luz da redemocratização na Argentina?

— Existe um vínculo que poderíamos chamar de psico-político entre a Argentina e o Uruguai. E nós, uruguaio democráticos, sentimos de uma maneira muito profunda este momento que a Argentina vive. As ditaduras, porém, só caem quando dentro de cada país se criam os factores determinantes da sua derrota.

No Uruguai de hoje o povo está nas ruas, não só em Montevideo como também nas cidades do interior e penso que este é o elemento fundamental destes tempos no nosso país: a unidade do povo na luta contra a ditadura.

A presença do povo nas ruas mostra a justeza da linha que a Frente Ampla e — permita-me que fale agora em particular do Partido Socialista — vem sustentando com uma firmeza e uma paciência que grupo algum pode superar: a necessidade da unidade nacional. A Frente Ampla tem sido o motor principal, nos seus contactos com os partidos autorizados, com as organizações operárias e estudantis, desta unidade que estamos a presenciar.

Esta Intersectorial, que se constituiu graças à persistência da Frente Ampla e que foi aceite de imediato pelos partidos tradicionais, organizou as primeiras



manifestações, os *cacerolazos* que jamais se haviam escutado em Montevideo, as luzes apagadas, as concentrações não-autorizadas e, finalmente, o enorme comício do dia 27 de Novembro.

Como está organizada a Intersectorial?

— Foram constituídas quatro comissões: organização, finanças, propaganda e segurança.

E a Interpartidária?

— Além de estabelecer a unidade de acção a nível intersectorial, nós acreditamos que se deveria constituir um organismo a nível das direcções políticas, que é o que se conhece como a Interpartidária. Nela, o conjunto dos partidos pode efectuar uma análise comum dos passos que serão dados no terreno político, podendo-se chegar a traçar táticas comuns. Este ponto não teve uma aceitação imediata, como me dizia um amigo, em forma "contratual". Mas teve uma aprovação de facto. Começámos a trabalhar e posso afirmar com muita propriedade — porque sou o representante da Frente Ampla na Interpartidária — que o comício histórico de 27 de Novembro foi realizado por uma Interpartidária onde estávamos todos, legais e ilegais.

Quais serão os próximos passos?

— A Frente Ampla pretende que a Interpartidária funcione não como um organismo executivo mas sim como um organismo de consulta, de orientação, de análise, que funcione com uma certa periodicidade. Isto vai ser proposto nas próximas reuniões.

Um ano eleitoral

Acredita que 84 é um ano eleitoral para o Uruguai?

— Em primeiro lugar devo dizer, apesar de poder

parecer obsessivo, que a realização das eleições vai depender do fortalecimento da unidade. Devo ainda confessar que não confio inteiramente na realização dessas eleições. Inclino-me a pensar que sim, serão realizadas. Mas, quem está a viver no Uruguai e vê como estão as coisas acredita que tudo pode acontecer.

Face à crescente mobilização popular, a margem de manobra da ditadura tem diminuído. Resta-lhe ainda o caminho do endurecimento, seja sob a forma de um golpe ou pelo regresso a práticas mais decididamente ditatoriais, ou o caminho da realização de eleições livres.

O que parece como evidente é que não poderão manter esta situação de indefinições. A situação está-se a deteriorar e os militares enfrentam cada vez mais claramente a necessidade de optar. Inclino-me a pensar que a opção será pela realização das eleições, sem descartar, entretanto, a possibilidade de uma manobra suja.

Pensa que no mês de Fevereiro, com a passagem à reserva de alguns chefes militares, a situação se pode tornar mais clara?

— Penso que ao preencher as vagas de generais o presidente Gregorio Alvarez tem que manobrar muito bem, para poder colocar nestes cargos alguns oficiais que lhe sejam próximos e à sua linha continuista. Se ele não o conseguir, será fortalecida a linha que favorece a cobertura democrática.

No caso de as eleições realmente se realizarem qual seria a conduta da Frente Ampla? Lançaria candidaturas próprias a todos os cargos ou poderia tentar chegar a alianças eleitorais?

— Na realidade, a Frente Ampla ainda não aprofundou a discussão deste problema, absorvida como está por problemas mais imediatos, de táticas e estratégias de acção. Entretanto, há pouco mais de dois meses resolveu começar a reunir dados e elementos de juízo em matéria eleitoral propriamente dita. Foi encomendado a um especialista um estudo preliminar de como estão colocadas para a Frente Ampla as possibilidades eleitorais. Como se sabe, a ditadura fez uma mistura de partidos desfeitos, de partidos ilegais e de partidos proscritos, o que se soma à complexidade do processo eleitoral uruguaio.

Mas penso que interpreto o espírito que sinto como maioritário na Frente Ampla e no meu Partido Socialista, afirmando que dificilmente a Frente entrará em coligações eleitorais. O que está fora de dúvidas é que no momento actual a primeira prioridade, em termos eleitorais, é conseguir que a Frente possa votar como Frente, com a sua individualidade.

Deduz-se das suas palavras que a Frente Ampla está em vigência, dez anos depois, como estratégia unitária da esquerda uruguaia...

— Se eu tivesse que resumir em duas palavras o significado mais profundo do poderoso movimento popular que é a Frente Ampla, diria que é um movimento anti-imperialista e anti-oligárquico. "O nosso movimento não é para uma conjuntura determinada", disse Seregni, "é um movimento permanente para



Cartazes do general Seregni nas ruas de Buenos Aires

atingir os seus objectivos essenciais". Esta definição está incluída em todos os seus documentos...

O facto de a Frente Ampla não ter podido actuar publicamente durante todos estes anos não invalidou a sua proposta política. Temos agora que pensar no futuro. E temos a certeza que será um futuro de êxitos, baseados na fidelidade das bases da Frente Ampla, na nossa plataforma política e no carisma do general Liber Seregni.

O Uruguai do futuro

Desta etapa de dez anos de ditadura vai surgir um Uruguai que terá de ser repensado. Quais as lições que esta etapa deixou? O Uruguai e a democracia uruguaia anteriores a 1973 podem ressurgir sobre as mesmas bases anteriores?

— A primeira coisa que se necessita fazer é não voltar ao que era antes. Não é talvez este o momento mais propício, depois de tantos sofrimentos, para analisar as culpas e os erros, sobretudo num momento em que temos que unir-nos para recuperar a liberdade. Mas não podemos negar que ocorreram muitos erros, muitos desvios e muitas injustiças do regime económico e social e mesmo do político. Houve dirigentes que na época anterior à ditadura, permitiram que esta encontrasse um ambiente propício para o surgimento do sistema repressivo.

O Partido Socialista chegou a conclusões concretas neste sentido e estruturou os princípios do que chamou "a democracia sobre novas bases". Isto não significa que a Frente Ampla como um todo esteja desatenta a este problema.

O que é esta "democracia sobre novas bases"? Assemelha-se muito à democracia participativa, de que tanto se fala agora. No essencial trata-se de incrementar o poder popular, sob diversas formas. E podemos mencionar algumas: constituir organismos animados de um espírito de justiça, igualdade, liberdade e com um sentido preventivo. Este poder popular constituirá redutos de defesa da democracia.

Trata-se de uma descentralização política e administrativa?

— Não se trata somente de descentralizar, mas tam-

bém de criar órgãos que tenham faculdades de controlo de vigilância, de assessoria e até da resolução, em alguns casos. Uma reivindicação clara neste sentido está a ser levantada actualmente pelos estudantes: voltar ao co-governo universitário. Noutra área, conseguir que o movimento cooperativo se coconstitua como um órgão do poder popular, para orientar as decisões do governo em matéria económica, que é tão fundamental e incrementar igualmente o sistema cooperativo agrário. E também no terreno dos benefícios sociais, onde é muito importante a representação dos mais pobres, cuja existência depende justamente desses seguros.

Seriam introduzidas modificações no funcionamento dos organismos municipais, por exemplo?

— Não, a nossa concepção democrática reconhece a vigência de organismos democráticos, como o Parlamento ou os órgãos do poder municipal. Não se toca no que existe, agrega-se.

Existem antecedentes. Quando o nosso partido tinha expressão parlamentar (na época em que no Uruguai havia Parlamento) apresentamos um plano neste mesmo sentido, que correspondia ao lema "trabalhadores e consumidores no governo dos serviços públicos". Nós propúnhamos diferentes formas de participação dos consumidores nos distintos órgãos do Estado: comunicações, bancos, serviços públicos, etc.

O papel dos militares

Como vê a presença das Forças Armadas na vida do país depois de um governo democrático assumir o poder?

— Penso que o problema chave se encontra na formação dos oficiais. Quando se pensa que 25, 30 ou 40 mil oficiais latino-americanos passaram pelas escolas militares dos Estados Unidos, Fort Bragg, Fort Gulick e tantas outras, onde recebem instrução técnica e também são preparados para enfrentar o que eles chamam de "subversão", que não é outra coisa senão qualquer movimento progressista, temos que perguntar se não é necessário modificar os planos de estudos dos oficiais, para que eles sejam supervisionados como em qualquer outro ramo do ensino num regime democrático. Isto é algo ambicioso, mas se falamos em construir uma democracia sobre novas bases é preciso vincular o ensino que recebem os cadetes às incidências educativas institucionais do país.

Esse tema foi muito discutido na campanha eleitoral argentina e havia praticamente um consenso no sentido de que os planos de estudo e as academias militares tinham que ser reformulados.

— Sem dúvida, esse será um dos deveres fundamentais daqueles que assumam a condução do país quando tivermos um regime democrático.

E quais seriam as funções das Forças Armadas?

— As constitucionais.

Aparentemente, uma das dificuldades para conseguir definir a abertura no Uruguai reside no medo

dos militares de um eventual ajuste de contas posterior. Como vê esse problema?

— Não é um problema simples, mas vou expor com clareza o meu ponto de vista. É certo que existe o medo do que eles chamam "revanchismo". E podem haver alguns dirigentes políticos que, esperando o regresso do país à normalidade, estariam dispostos a adoptar uma posição de esquecer o que ocorreu no país durante estes anos. Porém, quando pensamos nos milhares de famílias uruguaias que sofreram nos seus filhos, filhas, mães e pais, a perseguição, a prisão, a tortura, o exílio, sentimos que não é possível virar a página como se nada tivesse acontecido.

Temos que encontrar a forma através da qual algum organismo julgue, examine e decida, com todas as garantias que eles não nos deram com a sua justiça militar.

Falemos de outros militares, daqueles que estão presos pela sua fidelidade à Constituição, cujo símbolo está personificado na figura do general Liber Seregni. Qual poderá ser o seu papel no futuro?

— Acho que Seregni, uma vez em liberdade, vai agir fundamentalmente como político, como líder da Frente Ampla, talvez como candidato à presidência.

Em relação ao tema do "revanchismo", ainda que eu saiba o que Seregni pensa concretamente sobre isso, sei que para ele, assim como para a Frente Ampla, a palavra vingança jamais será aplicável. Trata-se de fazer justiça.

É possível construir uma democracia sem amnistia?

— Pode haver uma institucionalização democrática de acordo com as normas clássicas, porém não pode haver pacificação sem amnistia. E um dos objectivos do regresso ao regime democrático é fazer com que o país se pacifique. É necessário que haja uma amnistia total e irrestrita.

A economia

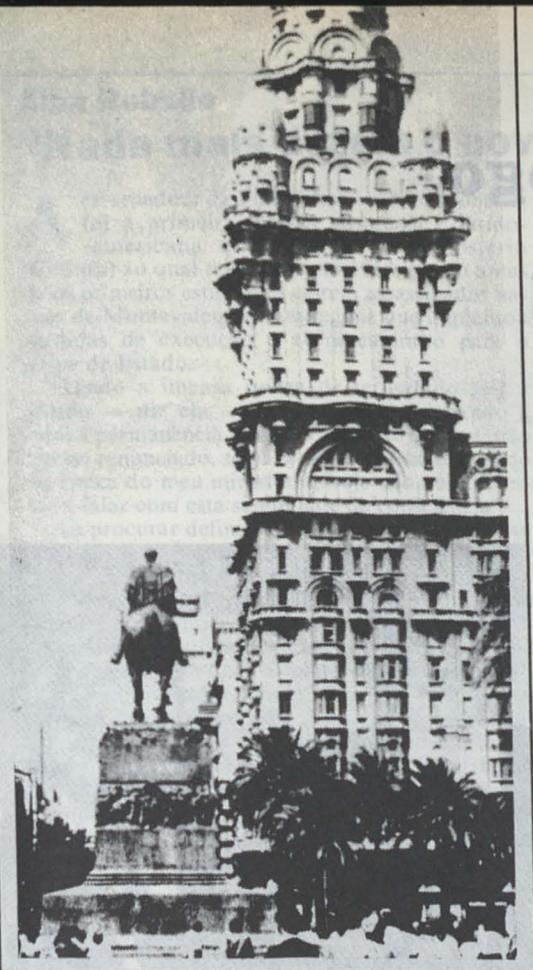
Quais seriam as prioridades do Partido Socialista e da Frente Ampla para começar a recuperar a economia do país?

— A primeira medida tem que ser a mudança total da política económica da Escola de Chicago, política fortalecida com o regresso de Vagh Villegas ao ministério da Economia.

E depois, continuamos a pensar que o problema do Uruguai reside na sua principal fonte de produção, que é a terra. É necessário que se faça uma reforma agrária, pois qualquer plano que impeça encarar o problema da propriedade da terra é um plano deficiente.

Que fazer com os bancos?

— Se antes de 1973 éramos partidários da nacionalização, agora, com 19 dos 21 bancos do país em mãos estrangeiras, somo-lo muito mais. Estamos nas mãos do capital financeiro internacional. A nacionalização dos bancos e dos mecanismos principais do comércio exterior, que juntamente com a reforma agrária foram as principais medidas propostas em 1971 pela Frente Ampla, tornam-se agora imperiosas.



Praça Artigas, em Montevidéu

A reforma agrária teria uma perspectiva cooperativista ou estatizante?

— Damos cada vez maior importância aos métodos cooperativistas. Mas é lógico que um espírito cooperativo não se cria por decreto. E também não desconhecemos nem minimizamos os problemas que não estão directamente ligados à forma de propriedade da terra, como, por exemplo, a falta de mecanização e os problemas de comercialização. Basicamente, porém, é preciso erradicar a má distribuição da terra, que resulta inclusive anti-económica.

Qual é a posição da Frente Ampla em relação à dívida externa?

— Ainda não estamos perfeitamente familiarizados com as condições em que se contraiu a dívida. Assim temos que começar por investigar essas condições. Para uma economia como a nossa, 4 mil milhões de dólares é uma dívida grande e é preciso ver como será possível pagá-la sem comprometer a soberania do país. □



CACHAPUZ

1928 • MAIS DE MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA DE FABRICO • 1983



•INTERNATIONAL TROPHY FOR QUALITY•, 1979-1980-1981-1982
•INTERNATIONAL AWARD TO EXPORT•, 1982

O MAIOR FABRICANTE E EXPORTADOR PORTUGUÊS DE

EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM

BÁSCULAS E BALANÇAS DE
TODOS OS TIPOS PARA

- INDÚSTRIA
- AGRICULTURA
- PECUÁRIA
- PESCAS
- COMÉRCIO
- MINAS
- TRANSPORTES



EXPORTADOR PARA

- CUBA
- ANGOLA
- MOÇAMBIQUE
- MARROCOS

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA.

TELEF. 73604/73606 - TELEX 32125 CAXPUZ P
APARTADO 12 - 4701 BRAGA CODEX - PORTUGAL

Sosa Dias

"Não haverá diálogo com a DC enquanto Seregni estiver preso"

O vice-presidente da Democracia-Cristã uruguaia, Daniel Sosa Díaz, ex-deputado da Frente Ampla, também esteve em Buenos Aires como convidado para a posse do presidente Raul Alfonsín, juntamente com outros delegados do seu partido. Sosa Díaz definiu assim a situação política no Uruguai: "No ano de 27 de Novembro, o povo enterrou definitivamente o projecto político das Forças Armadas baseado na tutela e nas proscricções. Para assegurar uma saída pacífica rumo à reconciliação nacional, é necessário reconhecer de imediato este facto. Para dar garantias democráticas autênticas é necessário substituir o actual Presidente da República, que simboliza um projecto continuista rejeitado pela imensa maioria do povo. É preciso constituir um governo de transição, que convoque eleições imediatas com a participação de todos os partidos existentes no Uruguai".

Interrogado se isto implica a antecipação do cronograma que prevê eleições para Novembro próximo, Sosa Díaz disse: "Sem dúvida que sim". Além deste governo de transição deverá dar-se o fim imediato de todas as cassações e impedimentos, uma ampla amnistia política e o restabelecimento das liberdades, fundamentalmente as de expressão e de associação", acrescentou.

Sobre uma eventual legalização da Democracia-Cristã, já várias vezes referida, afirmou o dirigente democrata-cristão: "Não podemos ver essa possibilidade desligada da amnistia de todos os partidos e pessoas, e concretamente da amnistia do general Seregni; o nosso candidato nas últimas eleições democráticas e livres, com o qual estamos unidos em termos de solidariedade moral e política. Não há diálogo com a Democracia-Cristã enquanto Seregni estiver preso e proscrito. A nossa legalização parcial não modificaria a nossa atitude."

Em relação à Interpartidária, Daniel Sosa Díaz é da opinião de que ela representa "o nível político máximo, para decidir as acções comuns contra o regime". A sua constituição, acrescentou, "comprometeu todos os partidos a aprofundarem a discussão



Bettino Craxi, secretário-geral do PS italiano e primeiro-ministro de Itália, com Sosa Díaz em Buenos Aires

política comum."

Quanto aos objectivos específicos do seu partido, o dirigente democrata-cristão observou que "o nosso projecto é oferecer à nação um instrumento político de clara definição e credibilidade democrática, não só nos seus objectivos, mas nos seus métodos, constituindo-se numa bandeira das grandes transformações económicas e sociais de que o país necessita e que só uma esquerda nacional e popular poderia desenvolver."

Sobre a presença no quadro político uruguaio da Frente Ampla, de que a Democracia-Cristã foi impulsionadora e fundadora em 1971, Sosa Díaz afirmou: "O frentismo e Seregni são uma realidade política plenamente vigente. Será necessário juntar as experiências vividas do frentismo de 1971 — feita a devida autocritica — e as que o país viveu nestes últimos dez anos, para repensar e reconstruir uma frente popular e democrática, adaptada às novas exigências políticas e ao projecto do futuro". □

Alba Roballo "Nada mais detém o povo"

A ex-senadora da Frente Ampla, Alba Roballo, foi a primeira mulher uruguaia e latino-americana que ocupou um ministério (Cultura) ao qual renunciou em 1968, pouco antes de os primeiros estudantes caírem assassinados nas ruas de Montevideo por um regime que implantou medidas de execução e abriu caminho para o golpe de Estado.

"Tendo a imensa honra de ter sabido sair a tempo — diz ela — porque se, prolongando a minha permanência por uma ambição natural, não tivesse renunciado, se os estudantes tivessem caído na época do meu ministério, hoje não poderia estar a falar com esta serenidade de consciência".

Ao procurar definir-se, Alba Roballo diz: "Tive duas profissões apaixonantes, a de militante política — felizmente definitivamente na esquerda — e a de escritora. Penso que talvez não tenha feito bem qualquer uma das duas coisas. Este ano comemoro o meu cinquentenário na luta política e os meus sessenta anos a sonhar com a poesia.

"Como escritora, desde 1973 que vivo a anti-criação. Como política, a minha condição de proscrita criou-me a angústia de ser morta em plena vida, inquieta e combatente. É terrível a instituição da proscricção, não a desejo para ninguém. Colocar um ser vivo na cal ou torná-lo cinza é um acto de crueldade e de injustiça feroz e, principalmente, se não fizemos nada para mecê-lo."

A dirigente política uruguaia não é pessimista. "Já ninguém pode deter o povo", afirma. "Já ninguém manda nele. Ninguém o convoca. Está sempre nas ruas, numa totalidade esmagadora e com uma decisão que assusta os próprios dirigentes".

"Tenho uma motivação para prosseguir a luta — afirma — a dos milhares de presos políticos,



Alba Roballo: "vivo na anti-criação"

de presas de todas as idades, com quem me sinto tão solidária, e também a desse homem ilustre, tão nobre, tão digno, tão amado pelo seu povo, que conduz a esquerda nacional, agora com uma dimensão imprevisível e com uma presença na América e no mundo, que é Liber Seregni.

A senadora Alba Roballo publicou no ano passado, no Uruguai, uma antologia da sua poesia, intitulada "Herdarás a terra". Para ela o mais importante do livro é a simbologia. "Repare nos símbolos da capa: sangue derramado e grades", diz. Em Buenos Aires, atendendo às condições políticas criadas pela abertura democrática, Alba Roballo vai publicar outro livro, "mais comprometido, que não poderia editar no Uruguai, neste momento" □

cadernos do
**terceiro
mundo**

Assinaturas

Portugal e Espanha

anual (12 números)	650\$00
semestral (6 números)	400\$00

arnaud

desde 1870

EM QUALQUER PONTO QUE PRECISE

CARGA AÉREA
FRETAMENTOS
GRUPAGENS
DESPACHOS
CONTENTORES
CAMIÕES TIR

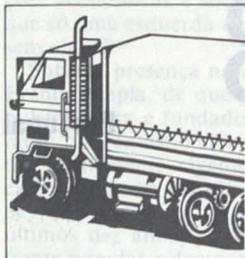
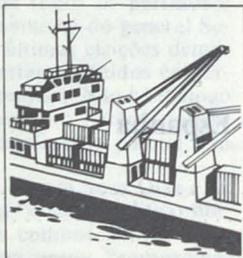
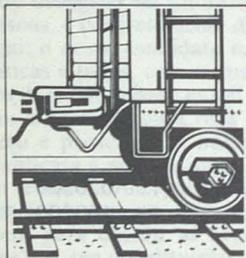
PORTUGAL
LISBOA
ESCRITÓRIOS
Av. 24 de Julho, 2-2.º D
Telef. 361391/2/3/4/5
Telex 12704 ARNAU P
1200 LISBOA

PORTUGAL
PORTO
ESCRITÓRIOS
Rua Infante D. Henrique, 83-2.º
Telef. 315511
Telex 22200 ARNOPO P
4000 PORTO

REPÚBLICA POPULAR
DE ANGOLA
LUANDA
Av. 4 de Fevereiro
Edifício Presidente, SALA 441, 4.º Andar
Caixa Postal 2271
Tel. 71788/71483/71518
TELEX 3159 ARNAUD AN
LUANDA

REPÚBLICA POPULAR
DE MOÇAMBIQUE
MAPUTO
Av. Armando Tivane, 494
Tel. 741143
Telex 6528 COFIN MO
MAPUTO

MARINHA GRANDE • AÇORES • MADEIRA



A ofensiva política

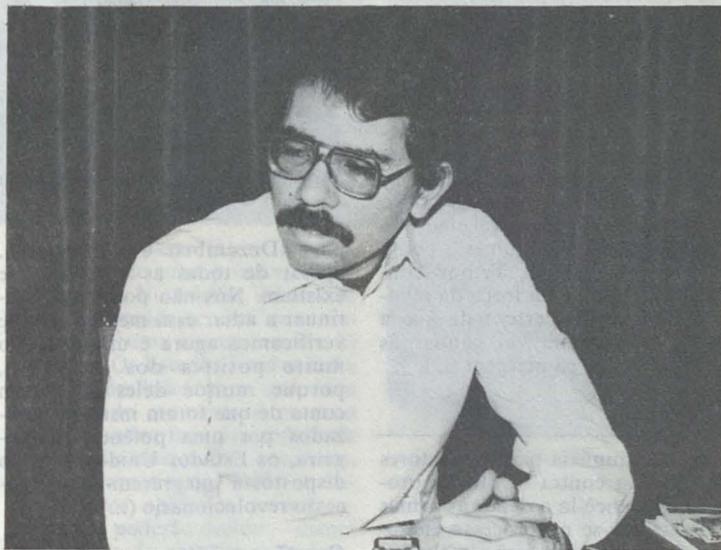
As razões das corajosas medidas adoptadas pela Junta

OS primeiros meses de 84 marcam o início da concretização de uma série de projectos políticos destinados a consolidar o governo sandinista. Antes mesmo da entrada em vigor destes projectos, eles já provocaram algumas mudanças na atitude dos Estados Unidos. Neste depoimento exclusivo aos cadernos, o comandante Daniel Ortega explica o alcance dessa ofensiva política. Eis as principais opiniões emitidas pelo dirigente nicaraguense:

O recuo de Reagan

(...) Existe uma filosofia de força orientando o conjunto da actual administração norte-americana. Isto ficou claro num recente discurso de Reagan a um grupo de veteranos. Neste discurso ele realçou o poderio do seu exército e justificou a invasão de Granada, bem como alegou ter o direito de agir em qualquer parte do mundo, onde considerar necessário. Portanto, o perigo real de uma intervenção na Nicarágua ainda continua, apesar dos argumentos que a Casa Branca continua a usar para justificar essa medida, terem caído por terra.

Um relatório divulgado há pouco tempo pela CIA admite que os contra-revolucionários não têm possibilidades, nem políticas, nem militares, de derrubar o governo sandinista. No meu entender, essa apreciação já é antiga. Foi talvez por isso que eles procuraram outra alternativa de natureza militar, já que foi mantida a política de tentar resolver os problemas pela força. Nessa nova atitude de procurar alternativas, é que se coloca a presente ameaça de intervenção na Nicarágua. O perigo desta intervenção dos Estados Unidos surgiu



Daniel Ortega: "desmantelar as bases militares da região"

como consequência de Reagan ter verificado o fracasso dos seus instrumentos de acção, notoriamente os ex-guardas somozistas, apesar dos milhões de dólares investidos em apoio logístico e armamentos. O relatório da CIA é o reflexo fiel dessa posição (...).

Ofensiva política

(...) As medidas que tomámos para neutralizar as pressões externas visam, no quadro geral de Contadora, à segurança dos próprios Estados centro-americanos no que diz respeito à coordenação e segurança internacional. Nós fizemos uma proposta concreta de Tratado de Paz e de Amizade entre a Nicarágua e todos os países centro-americanos; e outro entre a Nicarágua e os Estados Unidos. Propusemos também um acordo

entre todos os governos centro-americanos para desmantelar as bases militares da região, ou as "escolas militares" como se lhes queira chamar, para que não se realizem mais manobras ou exercícios militares com forças regulares. Isto significa, na prática, a desmilitarização da área. Assim, estamos a destruir os principais argumentos que os Estados Unidos estavam a usar para justificar uma acção contra a Nicarágua. Além destas medidas na área diplomática, adoptámos uma série de providências internas, que não têm nada a ver com a política de negociação no plano diplomático, nem são uma reacção diante das pressões dos Estados Unidos. São apenas uma continuidade de decisões tomadas anteriormente (...).

(...) Em 1980, anunciámos a decisão de realizar eleições em 1985.

Isto foi agora lembrado num comunicado da Direcção Nacional, ao serem encerradas as sessões do Conselho de Estado, relativas a 1983. O documento deixou muito claro que as eleições serão realizadas na data marcada e que o processo eleitoral começa em Janeiro de 84. Como parte destas resoluções, o Conselho de Estado começou um trabalho de discussão visando criar a lei dos partidos e encontrar fórmulas capazes de implementar o processo eleitoral. Nós estamos a recolher experiências de vários países nesse sentido.

O tipo de eleição que vamos realizar será conhecido em Fevereiro deste ano. Paralelamente, já divulgámos um decreto complementar procurando assegurar a maior participação possível de nicaraguenses na votação. Não acreditamos num possível efeito do tipo "faca de dois gumes", como muitos têm falado. Temos confiança no povo e na força da revolução. Temos a certeza de que a Frente Sandinista vai ganhar as eleições por larga margem (...).

Amnistia

(...) A amnistia para os sectores de base da contra-revolução procura convencê-la a depôr as armas e a integrar-se no processo eleitoral. Os únicos que serão excluídos dessa amnistia são os dirigentes contra-revolucionários que aceitaram uma colaboração directa com os Estados Unidos, através da Agência Central de Informações (CIA). A amnistia para os *miskitos* (grupo étnico nicaraguense, habitante da costa atlântica) é muito importante porque é uma decisão tomada com base no esforço desse grupo social para se reintegrar numa vida normal, e responde a pedidos da Comissão Pró-Paz e Reunificação da população miskita, da Comissão de Direitos Humanos da Nicarágua e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Há mais de um ano que foram feitas à Nicarágua essas solicitações e desde então já estava prometida a amnistia para Agosto passado. No entanto, tornou-se impossível devido ao aumento das acções contra-revolucionárias na costa atlântica. Em Agosto, anunciamos a amnistia



Misquitos regressando: a reunificação indígena

para Dezembro e cumprimos, apesar de todas as ameaças que existiam. Nós não podíamos continuar a adiar essa medida. O que verificamos agora é uma reacção muito positiva dos misquitos, porque muitos deles se deram conta de que foram instrumentalizados por uma potência estrangeira, os Estados Unidos, e estão dispostos a integrarem-se no processo revolucionário (...).

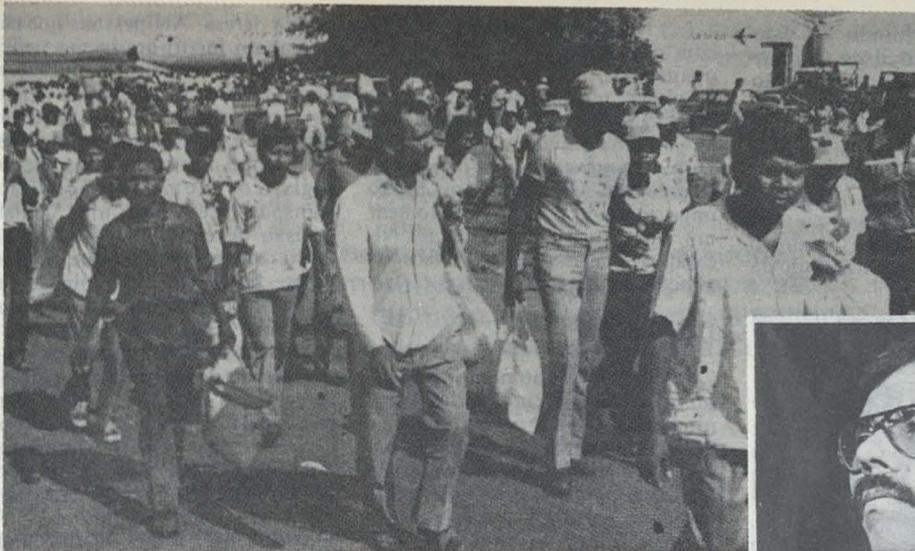
Questão agrária

(...) Nós decidimos fortalecer o projecto pluralista da economia mista, visando mais a segurança dos produtores e a intensificação do nosso compromisso de assegurar a propriedade da terra àqueles que a trabalham. Esta sempre foi a preocupação da Revolução. Esteve presente na política de crédito e de apoio técnico ao sector privado. Foi através desse esforço que conseguimos manter os níveis de produção. Alçámos cifras recordes na cultura do café, mantivemos os níveis históricos de produção açucareira e conseguimos reactivar a plantação de algodão, tornando-nos o único país centro-americano que está a crescer neste sector. Estou a falar de sectores agrícolas que fundamentalmente estão nas mãos de produtores privados, pequenos, médios e mesmo grandes, embora haja igualmente alguma participação estatal. Nós

não estamos a restituir terras aos latifundiários. O que aconteceu foi que a actividade contra-revolucionária na zona fronteiriça afectou fortemente os médios e pequenos agricultores, muitos dos quais foram incorporados pelas armas e pelo terror nas forças contra-revolucionárias. A amnistia beneficia, portanto, esses produtores que abandonaram o país ou que se tinham comprometido com forças contra-revolucionárias. No caso deles regressarem ao país, serão abrangidos pelo programa de reforma agrária. Se as suas terras foram tomadas, serão devolvidas ou compensadas, no caso de já estarem em mãos de cooperativas. Não nos estamos a referir aos grandes latifúndios que foram incluídos na reforma agrária no próprio momento do triunfo da revolução. Essa é uma situação irreversível. Pelo contrário, estamos a aprofundar a reforma agrária. Há pouco entregámos cerca de cem mil glebas a camponeses sem terra (...).

Opinião pública externa

(...) Nós achamos que a principal frente de batalha para deter a política intervencionista está nos Estados Unidos. No entanto, a opinião pública norte-americana continua a ser pouco sensível e principalmente pouco informada sobre os nossos problemas. A adminis-



Após a promulgação da amnistia, foram necessários oito voos para trazer de regresso ao país os miskitos que desejavam trabalhar a terra e reunir-se às suas famílias



Recentemente falou-se muito na retirada de assessores militares cubanos da Nicarágua. Mas houve uma interpretação tendenciosa. Na Nicarágua, existe uma cooperação civil internacional muito-ampla nos sectores da Saúde, Educação e outros. Na Educação temos numerosos professores cubanos que com o fim das aulas voltaram ao seu país. Muitos deles, inclusive, já tinham completado o seu período de estágio. O que está em discussão não é a presença dos cooperantes cubanos no nosso país, mas os assessores militares em toda a América Central. E, nesse sentido, a Nicarágua não está a tomar qualquer decisão unilateral (...)

Costa Rica

(...) O governo do presidente Monge fez e continua a fazer um grande esforço para manter uma política de neutralidade, mas está submetido a grandes pressões. Há uma acção global dos Estados Unidos na América Central, através da CIA, prevendo somas milionárias para os meios de comu-

Reagan vai pesar muito bem os resultados de uma possível intervenção na Nicarágua. Mas não podemos perder de vista que também existe uma ameaça contra El Salvador. Os Estados Unidos estão a criar condições para que num determinado momento o governo de El Salvador faça um pedido de intervenção maciça. Por enquanto, os norte-americanos estão a basear-se nos soldados salvadoreños, mas poderão decidir —diante do fracasso do exército salvadoreño — dirigir a guerra directamente, apoiando-se na sua própria força militar (...).

Grupo de contadora

(...) Nós acreditamos que os países do Grupo de Contadora poderão ter uma influência positiva em El Salvador caso sejam implementados os pontos que estão a ser considerados, e que na sua maioria estão incluídos nas propostas encaminhadas pela Nicarágua ao Grupo. Há, inclusive, um documento muito preciso, orientado no sentido de que os Estados Unidos e a Nicarágua auxiliem na solução do problema salvadoreño. O argumento de que nós estamos a fornecer armas a El Salvador é um argumento esgotado. Agora falam no armamentismo da Nicarágua e tentam aparecer como se estivessem preocupados com a democracia no nosso país.

tração Reagan manipula a informação violando abertamente a tão falada liberdade de imprensa.

Por outro lado, as medidas que tomamos no plano interno não são novas. Há muito tempo que estimulávamos o diálogo entre os sectores que estão interessados na reconstrução do país e que são contra a política intervencionista. O diálogo é promovido independentemente do matiz político ou ideológico dos interlocutores da Frente Sandinista. Todas as medidas internas estão, no entanto, a ser interpretadas pelos Estados Unidos, calculadamente, como um sinal de fraqueza, para com isto tentar justificar a manutenção de posições de força. A manipulação de informações e a violação da liberdade de imprensa tornaram-se ainda mais claras durante a invasão de Granada (...).

Granada

(...) O caso de Granada veio confirmar as preocupações da Nicarágua com a tendência norte-americana para usar a política de força. Isto já estava no chamado Documento de Santa Fé. Logicamente, tem que preocupar a América Latina, assim como a Europa, o resto do mundo e os próprios norte-americanos que têm mais consciência da nossa problemática. Mas depois das consequências da invasão de Granada, penso que

nicação social, incluindo a Costa Rica, com o objectivo de facilitar o caminho para uma intervenção na Nicarágua. Mas pensamos que da parte do governo costarricense, especialmente do presidente Monge, tem existido uma posição muito firme. Eu tive a oportunidade de conversar com ele em Buenos Aires, e demos todo o apoio à política de neutralidade da Costa Rica (...).



(...) Nós temos tido boas relações com o governo brasileiro. Há um quadro de cooperação bastante amplo em termos económicos. Em relação aos temas políticos, tem havido uma atitude consequente da parte do governo do presidente Figueiredo. Consideramos muito importante a decisão de nomear um embaixador brasileiro na Nicarágua, pois isso vem fortalecer as relações entre os dois países (...).

Defesa militar

(...) A preparação militar é diária no nosso país. Demos todas as espingardas disponíveis ao povo nicaraguense para que não fique um só lugar indefeso. Claro que temos menos espingardas do que mãos dispostas a empunhá-las. Sobram mãos e faltam espingardas. Um facto que tem impressionado os observadores estrangeiros é o de que apesar das tremendas pressões dos Estados Unidos, incluindo a ameaça de invasão, não houve êxodo maciço do país. Pelo contrário, houve uma mobilização total

para a defesa. Até pessoas que não se tinham incorporado nas actividades políticas da revolução, se juntam agora às tarefas de defesa, cavando trincheiras, construindo refúgios e participando em palestras sobre defesa civil, problemas logísticos como alimentação, transporte, etc. Há uma grande decisão de combate por parte do povo nicaraguense, que logicamente preferiria uma solução pacífica, mas está disposto a combater a intervenção e a derrotá-la.

Nós dizemos *combater, resistir e derrotar*, porque uma intervenção directa dos Estados Unidos, com bombardeios maciços, desembarque de tropas aerotransportadas, nos coloca uma luta não a curto prazo, mas sim a médio. Eles não resistiriam a uma resposta do povo nicaraguense. Todos os dias morreriam soldados invasores, e nós não lhes permitiríamos controlar o nosso território. Seria automática a expansão do conflito para toda a América Central (...). (Entrevista a Horacio Verbitsky e Beatriz Bisio)



AGROPROMOTORA

COOPERATIVA PRODUTORA
DE PROJECTOS AGRÍCOLAS, SCRL

Rua Cardeal Mercier, 29, 1.º

Telefone 735135

LISBOA

Delegação - LUANDA: Telefone 60130

Cooperar e desenvolver

Áreas de Trabalho

- Agricultura
- Pecuária
- Indústria Alimentar

Entidades

- Orga. Estatais
- Cooperativas
- Estruturas de produção familiar

Países Africanos

- Angola
- Moçambique
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Argélia

Projecta e implementa

O pacto social de Lusinchi

O novo presidente chega ao poder prometendo redistribuir as riquezas. Afirma, também, que se irá opôr à política de Ronald Reagan na América Central

Héctor Escobar

A assumir o poder, em Fevereiro, o social-democrata Jaime Lusinchi, eleito por esmagadora maioria de votos em Dezembro, provocará uma imediata mudança na correlação de forças políticas envolvidas na crise da América Central. O novo presidente venezuelano já deixou bem claro que o seu país tomará uma posição muito próxima à do México nas gestões do grupo de Contadora, o que representa um fortalecimento nas negociações pacificadoras e uma derrota para a posição norte-americana.

Ainda antes de tomar posse, o sucessor do presidente Luis Herrera Campins garantiu que combaterá qualquer tipo de solução militar para o conflito centro-americano, que no seu entender tem origem na injustiça e na opressão. Lusinchi fez estas declarações pouco depois de se entrevistar com o emissário especial dos EUA na América Central, Richard Stone. Na ocasião revelou que vai nomear um embaixador com a exclusiva tarefa de acelerar as gestões de Paz e do grupo de Contadora, do qual fazem normalmente parte a Colômbia, Panamá e México.

Jaime Lusinchi, de 59 anos, é o sexto presidente eleito democraticamente nos últimos vinte e cinco anos, na Venezuela, desde o derube do ditador Marcos Perez Jimenez. O Partido Acção Democrática (AD), ao qual também pertence o ex-presidente Carlos Andres Perez, recebeu 56,8% dos votos nas eleições de 4 de Dezembro, assumindo o controlo do



Lusinchi, visto pelo cartoonista uruguaio Hugo

congresso, concelhos municipais e dos governos civis. O partido democrata-cristão COPEI obteve apenas 34,5% dos sufrágios.

De igual modo que na Argentina, a polarização partidária foi marcante na Venezuela. Os dois maiores partidos obtiveram 92% dos votos, ficando o restante decidido entre os seis partidos de esquerda que apresentaram três candidatos presidenciais. Os partidos de esquerda ficaram com 7,5% dos votos e terão 13,24% de participação nos organismos deliberativos.

O novo presidente herda, do seu antecessor, uma situação muito difícil. Luis Herrera Campins duplicou a dívida externa durante o seu mandato (o débito total é hoje

de 30 mil milhões de dólares), desvalorizou a moeda nacional e paralisou a economia através de um agudo processo recessivo. Foi eleito em 1978 com a palavra-de-ordem: "Campins vai arrumar tudo". Mas quatro anos depois, o político democrata-cristão deixa o cargo com o inglório título de "o pior presidente da era democrática na Venezuela". As principais características do seu governo foram, segundo a Acção Democrática, a corrupção, endividamento, desaceleração económica e o oportunismo em questões de política externa (Campins participou no grupo de Contadora mas apoiava a junta militar democrata-cristã de El Salvador).

Redistribuição de riquezas

A Acção Democrática, que já governou a Venezuela em três oportunidades, promete reconstruir a economia do país através de uma redistribuição de riquezas e benefícios. O novo presidente anunciou que vai convocar as mais importantes personalidades políticas da Venezuela, independentemente das suas posições ideológicas, com o objectivo de converter uma crise que obriga actualmente cerca de 80% da população, a viver em condições extremamente difíceis.

Depois de um quarto de século de democracia e após a "chuva" de petrodólares dos últimos dez anos, não foi ainda possível aos venezuelanos sair da situação de miséria. Os bairros de lata continuam a multiplicar-se nos arredores das

grandes cidades, enquanto se ampliaram os problemas nos sectores da saúde, educação, habitação e segurança social. Caracas, a capital, está cheia de obras caríssimas e monumentais. Para se viajar no luxuoso metropolitano paga-se três vezes mais do que nos autocarros. As ruas estão permanentemente congestionadas, reflectindo o consumismo de uma classe média que foi a única beneficiária dos lucros do petróleo.

A crise económica venezuelana não pode, no entanto, ser comparada com a de outros países do continente. Há uma forte indefinição cambial frente ao dólar, o que afecta o conjunto da economia do país, uma vez que quase tudo o que se consome internamente é importado. Muitos venezuelanos já não passam os fins-de-semana em Miami, nem mudam de carro todos os anos. Mas a burguesia continua com um alto padrão de vida.

A estabilidade social ocupa o primeiro lugar nas preocupações populares, de acordo com as sondagens de opinião realizadas em Caracas. Em segundo lugar surge a situação económica e o desemprego, que afecta 800 mil pessoas numa população total de 16 milhões de habitantes.

Pacto Social

Surgido na década de 50 como um partido populista, a Acção Democrática chega pela quarta vez ao poder depois de conseguir a nacionalização do petróleo e do ferro, o voto feminino e a filiação na OPEP. No plano internacional, a AD favoreceu a recuperação do Canal do Panamá e apoiou o governo sandinista após o derrube de Somoza.

Actualmente o partido promete um programa de redenção nacional, para enfrentar o "desastre administrativo" da gestão Campins, que tentou atribuir todos os problemas do país a causas externas. No entender dos economistas da nova administração social-democrata, a Venezuela está a pagar o preço de uma política económica e administrativa errada. Eles admitem, no entanto, que a saúde económica do país está estacionária. Noventa e sete por cento das



Rafael Caldera: a pesada herança de Campins

divisas vêm do petróleo, cujo preço no mercado internacional tende a cair, o que é um símbolo da vulnerabilidade económica da Venezuela.

Jaime Lusinchi assume o poder propondo um Pacto Social, com o objectivo de redistribuir riquezas e rendas, sem prejudicar a situação dos assalariados de baixa renda. Vinte medidas fazem parte do Pacto Social que, segundo os "adecos" (membros da AD) não será uma reedição do Pacto de Moncloa (pacto anunciado em Espanha após a queda do franquismo e que garantiu a redemocratização). Lusinchi garante que as "coisas não continuarão como estão, porque o Pacto Social visa favorecer as camadas mais pobres, que sem a garantia de direitos mínimos, escolherá a via revolucionária para promover as mudanças necessárias".

O Pacto prevê entre outros, os seguintes pontos:

a) Democracia social mediante uma nova política de desenvolvimento, inversão e produção. Uma justa distribuição de rendas e luta contra qualquer forma de miséria.

b) Proteger a moeda nacional e reduzir a vulnerabilidade económica do país, permitindo a expansão do consumo popular e da liquidez monetária de forma con-

trolada.

c) Facilitar a redistribuição dos rendimentos de uma forma mais justa, através da co-gestão formada de novos empresários com trabalhadores e profissionais associados em Unidades Produtivas.

d) Criar um Fundo de Solidariedade Social com recursos oriundos das Unidades Produtivas.

e) A curto prazo, reconstruir a economia venezuelana com pleno emprego e eficiência administrativa.

f) Refinanciamento da dívida externa pública. Executar uma política monetária, baseada na simplificação cambial.

O Pacto Social de Lusinchi procura, basicamente, modernizar o capitalismo venezuelano, fornecendo-lhe oxigénio e uma nova oportunidade de o tornar menos selvagem. Estes objectivos serão alcançados, segundo a nova administração, através de um controlo severo e da centralização do crédito público, para conter os efeitos inflacionários, a perda do poder de compra dos salários.

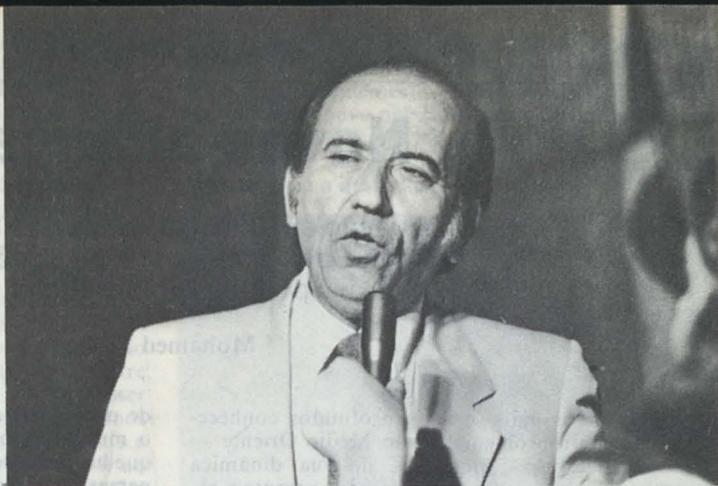
Não alinhamento

Na área internacional, Lusinchi manifestou-se contrário à bi-polarização leste-oeste defendida pelo governo de Ronald Reagan. Isto significa que a Venezuela actuará na defesa da autodeterminação para a Nicarágua e no direito dos salvadorenses resolverem os seus problemas internos. O novo governo venezuelano considera o México como uma espécie de "irmão mais velho", conforme palavras do próprio presidente Jaime Lusinchi.

Carlos Andres Perez, que tem ainda muita influência dentro da Acção Democrática, garantiu que as ditaduras militares latino-americanas não terão qualquer apoio do governo social-democrata venezuelano. "Pinochet agoniza — disse Perez — e no Uruguai a situação é igual. No Paraguai, a múmia faraónica será destruída muito em breve pela própria lei biológica".

Lusinchi dará uma prioridade imediata à solução dos problemas fronteiriços com a Guiana e Colômbia, países aos quais prometeu amizade e cooperação em declara-

ções feitas logo após a vitória eleitoral. O novo presidente disse que o seu governo vai procurar uma integração com o Movimento dos Países Não Alinhados, o que indirectamente representa uma aproximação com Cuba. Todas estas mudanças no plano diplomático provocaram nervosismo na Casa Branca e no Departamento de Estado. Em Dezembro, nada menos do que dois enviados de Reagan, o ex-secretário Henry Kissinger e o emissário especial Richard Stone estiveram na Venezuela para tentar "vender" o Plano de Cooperação para a América Central proposto pelo presidente norte-americano. Lusinchi não disse nem sim nem não e revelou que a questão será discutida pelo seu partido.



Carlos Andrés Pérez (em cima) ainda tem muita força na Acção Democrática Herrera Campins (ao lado): desgastados com Caldera

A crise na COPEI

A saída de Herrera Campins coincide com o que os políticos venezuelanos classificaram de "a pior crise da história da democracia-cristã no país". A COPEI retrocedeu 15 anos em matéria de votos, o que criou sérias dúvidas sobre a sua implantação popular. Outro que sofreu um duro golpe foi o ex-presidente Rafael Caldera, que jogou todo o peso do seu prestígio na campanha eleitoral da qual saiu muito desgastado. Mas alguns especialistas afirmam que se o ex-presidente não tivesse disputado a eleição com Lusinchi, a derrota da COPEI seria ainda maior.

O fraco desempenho eleitoral dos democratas-cristãos venezue-

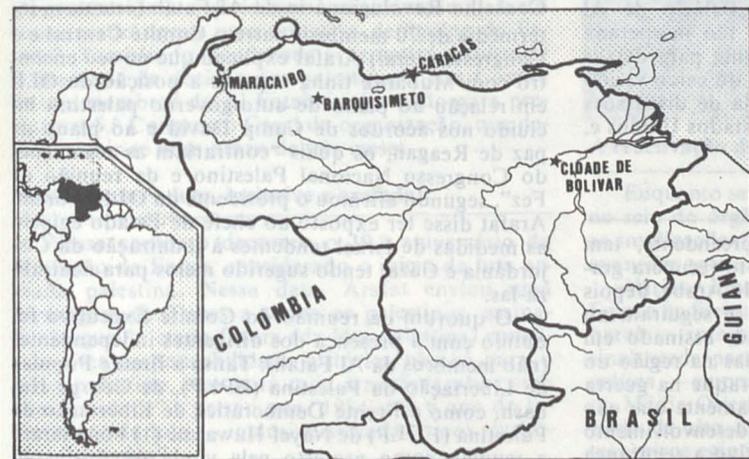
lanos interrompeu uma ascensão política que vinha a manter-se desde Dezembro de 1958, quando o partido chegou ao poder num momento em que a democracia se consolidava no país. A derrota colocou ainda em evidência a divisão interna no partido, que até hoje se orgulhava da sua unidade.

O ex-secretário-geral da COPEI, Pedro Pablo Aguillar, líder da chamada corrente "Herrero-pablista", disse que o partido sofreu a maior derrota desde a sua criação e que "seria um suicida quem se dispusesse a enfrentar a crise agindo como um avestruz, enterando a cabeça na areia como se nada tivesse acontecido". As declarações de Aguillar foram enca-



radas como um sintoma do agravamento dos atritos entre os partidários do ex-presidente Herrera Campins e os adeptos de Rafael Caldera. Os dois políticos democrata-cristãos travaram uma luta surda durante a campanha eleitoral.

Os seguidores de Herrera Campins acusam Caldera de ter traído a solidariedade partidária e afirmam que o antecessor de Lusinchi não foi o único responsável pela derrota da COPEI. Já Caldera prefere atribuir a derrota a uma vontade do eleitorado em "castigar" o governo de Campins. O confronto entre as duas correntes democratas-cristãs deve, no entanto, agravar-se à medida que se aproximam as eleições municipais de Julho. Aquele que conseguir maior número de votos acabará por conquistar o poder interno na COPEI. □



Novas alianças?

A discussão em torno da visita de Yasser Arafat ao Cairo e as novas perspectivas político-diplomáticas

Mohamed Salem

MESMO os mais sérios e profundos conhecedores da problemática do Médio Oriente — conhecedores, portanto, da sua dinâmica imprevisível — devem estar estupefactos perante a rápida reviravolta que, a nível político e diplomático se produziu depois da retirada de Yasser Arafat e das tropas que lhe são leais, do porto libanês de Trípoli e da visita ao Cairo do presidente da OLP em Dezembro passado, a primeira desde 1977.

“Transformaremos a derrota militar numa vitória política”, havia Arafat sentenciado, quando abandonou Beirute em 1982. E, efectivamente, a opinião pública mundial nunca esteve mais aberta à compreensão do drama palestino do que naquela oportunidade e, principalmente, depois do massacre nos campos de Sabra e Shatila. Contudo, não parecia fácil que Arafat recuperasse a sua liderança e o seu prestígio internacional depois dos confrontos nas fileiras da Al Fatah, que se reflectiram no cerco e nas numerosas vítimas civis dos campos de refugiados de Badaui e Nahr El Bared, nos arredores do porto de Trípoli.

Os factos sucederam-se vertiginosos e Arafat, uma vez mais, é o centro de decisões políticas cruciais. Na sua rota para o Yemen do Norte, a bordo do navio grego “Odysseas Elytis”, Yasser Arafat fez uma escala em Port Said (Egipto) e voou de helicóptero até ao Cairo, onde manteve uma reunião de duas horas com o presidente Hosni Mubarak no Palácio de Al Kobba. Esta decisão de Arafat — tão inesperada quanto extraordinária — foi suficiente para deixar para trás as agruras e os problemas do cerco vivido em Trípoli e desencadear uma onda de discussões em todo o mundo árabe, Europa, Estados Unidos e, obviamente em Israel.

Antecedentes do encontro

O acontecimento, embora surpreendente, tem todavia alguns antecedentes. O Egipto recupera gradualmente a sua influência no Mundo Árabe, depois dos anos de isolamento total que se seguiram ao contestado acordo de Camp David, assinado em 1978. O Cairo reconquistou simpatias na região do Golfo com o seu aberto apoio ao Iraque na guerra contra o Irão e ao assegurar publicamente que não permanecerá de braços cruzados se o desenvolvimento das acções militares colocar em perigo a segurança

de outros Estados árabes da região. Como é sabido, o mundo árabe desconfia das ambições territoriais que historicamente enfrentou por parte dos dirigentes persas, e contar com a disposição do Egipto para entrar no conflito caso seja necessário, trouxe alívio para as forças políticas e militares da área.

Por outro lado, o Egipto apoiou os combatentes palestinos que tiveram de abandonar Beirute, recebendo um importante contingente. E, após o massacre de Sabra e Shatila, retirou o embaixador egípcio da sede diplomática de Israel, onde ficaram funcionários de segunda e terceira categoria. Mais recentemente, o Egipto foi o único país árabe que deu cobertura, com navios enviados especialmente, à retirada palestina do porto de Trípoli. E o facto não passou despercebido. A declaração do Comité Central do “Al Fatah” critica indirectamente os outros Estados árabes, que não responderam ao pedido de protecção (ainda que fosse mais simbólico do que real) dos navios que transportavam os combatentes fiéis a Arafat. “Com excepção das forças navais egípcias — diz o comunicado — nenhum outro país árabe se juntou à França na operação da retirada, desde o porto de embarque até ao seu destino final”.

O Egipto volta a ingressar no mundo árabe?

No seu relatório, apresentado na reunião do Conselho Revolucionário da Al Fatah (estrutura intermédia de 70 membros entre o Comité Central e o Congresso Geral) Arafat explicou que no seu encontro com Mubarak tinha exposto a posição da OLP em relação ao plano de auto-governo palestino incluído nos acordos de Camp David e ao plano de paz de Reagan, os quais “contrariam as resoluções do Congresso Nacional Palestino e da reunião de Fez”, segundo afirmou o presidente da OLP. Porém, Arafat disse ter exposto ao chefe de Estado egípcio as medidas de Israel tendentes à judaização da Cisjordânia e Gaza, tendo sugerido meios para neutralizá-las.

O quorum da reunião do Comité Executivo foi obtido com a presença dos dirigentes independentes (não membros da Al Fatah). Tanto a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), de George Habbash, como a Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP) de Nayef Hawatme (1) boicotaram a reunião como protesto pela vinda de Arafat ao

Cairo. Dias antes, numa sessão do Comité Central da FPLP, George Habash tinha exortado à substituição de Arafat na presidência da OLP. Mas a rápida mediação exercida pelo presidente Chadli Bendjedid, da Argélia (país que Hawatme e Habash visitaram nesses dias) permite supor que não se chegará a uma ruptura. A participação de ambas as organizações na reunião do Conselho Nacional Palestino é muito importante e os analistas políticos árabes estimam que depois das duras experiências vividas, não é provável que esses dois grupos desejem levar as divergências com Arafat a um ponto de ruptura. Sabem que se for quebrada a unidade da OLP, todos ficarão igualmente enfraquecidos. Por outro lado, não é a primeira vez que surgem divergências sérias entre Habash e Hawatme, de um lado, e Yasser Arafat, por outro. Tanto esses dirigentes palestinos como alguns países árabes, em particular a Síria e a Líbia, consideram que a iniciativa de Arafat de ir ao Cairo enfraquece a luta palestina devido às concessões que o presidente da OLP terá necessariamente de aceitar se as conversações originarem um acordo político.

A posição da Al Fatah

Se a nível da OLP, Arafat pôde encontrar algumas dificuldades, estas foram pouco significativas na reunião do Conselho Revolucionário da sua organização, a Al Fatah. A declaração final da reunião, realizada em Tunes, define a viagem de Arafat ao Cairo como "uma iniciativa pessoal" do dirigente máximo da organização, mas não a condena. Além do mais, as resoluções do Comité Central da Al Fatah deixam as portas abertas para o estabelecimento de relações mais estreitas com o Egipto e com a Jugoslávia, e esse parece ser o elemento-chave da estratégia de Arafat. Também se decidiu criar "comités especiais" para conduzir as relações entre a Al Fatah e o Egipto e a Jordânia, as quais deverão "ser coordenadas com as acções do Comité Executivo da-CIP".

Arafat conseguiu outra vitória importante: nessa reunião foi aprovada a expulsão da Al Fatah dos dez membros que desde Junho passado contestaram a sua autoridade e dividiram a organização — facto considerado como uma tentativa de "golpe de Estado". Também foi condenada a "tentativa de ultrajar a liberdade de decisão dos palestinos". Um Comité de dez membros da Al Fatah foi formado para preparar o 5.º Congresso Geral da organização, que deverá reunir-se num prazo de três meses.

"Incrementar a luta, inclusive a armada"

Nesse contexto decorreu o 19.º aniversário da fundação da Fatah, considerado o início da luta armada palestina. Nessa data, Arafat enviou uma mensagem de Tunes a todos os palestinos, assinalando que "a etapa futura (da luta palestina) constituiu uma responsabilidade histórica não só para o povo palestino, mas para toda a nação árabe como uma entidade" e previu que "1984 será o ano do incremento da luta — inclusive armada — nos territórios ocupados".

Curiosamente, Abu Mussa — que dias depois seria expulso das fileiras da Al Fatah, juntamente com os restantes dissidentes — tinha enviado também uma mensagem ao povo palestino, por ocasião do 19.º aniversário da Al Fatah, de Taallabaya, no vale de Bekas, onde se encontra. Nessa mensagem Abu Mussa exigia a destituição de Arafat.



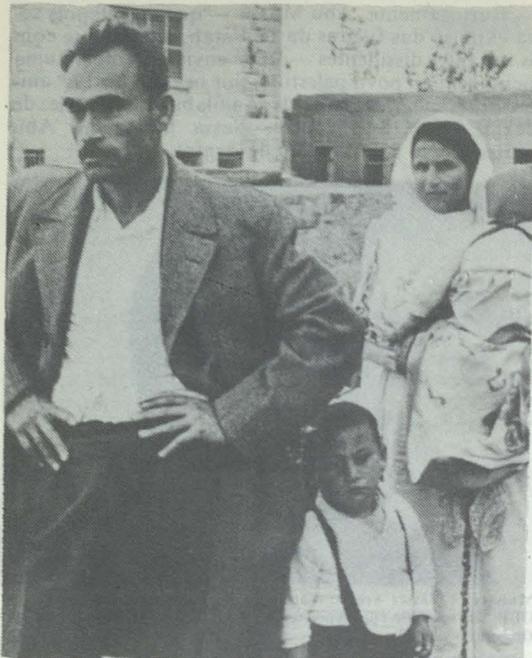
Mubarak e Yasser Arafat: reativação do diálogo entre o Egipto e a OLP. Um episódio com repercussões na complexa situação do Médio Oriente



A reactivação das negociações

Enquanto se aproxima o momento de aprofundar no seio do órgão máximo palestino, o Parlamento, as implicações da aproximação ao Cairo, os factos avançam com a sua dinâmica própria.

Várias vozes se levantam exigindo o regresso do Egipto às fileiras árabes,⁽²⁾ enquanto que Hoshi Mubarak — interpretando o gesto de Arafat como um sinal verde para lançar uma ampla ofensiva diplomática — empenha-se em reactivar o processo de paz no Médio Oriente. Nesse sentido, enviou um funcionário de alto nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros egípcio ao Iraque e à Jordânia. O enviado



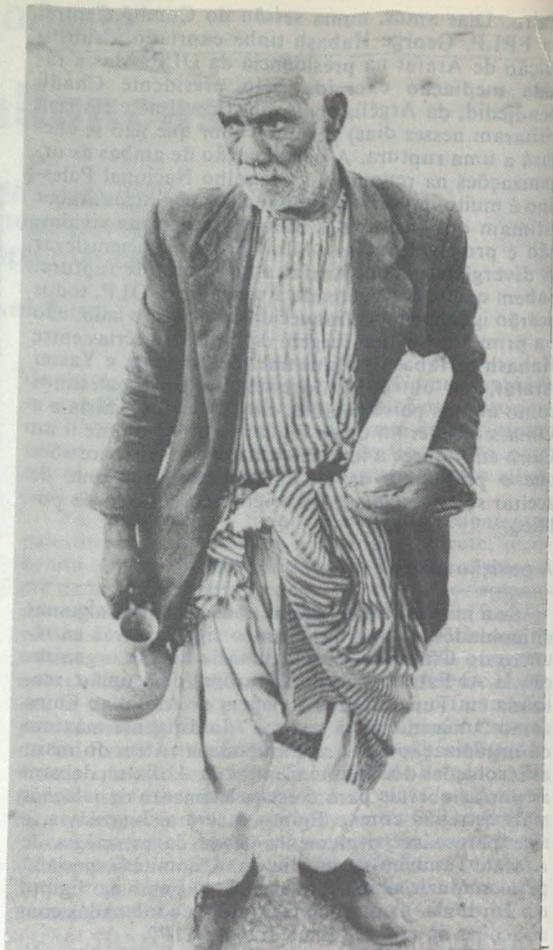
Palestina:
a longa espera para uma pátria...

diplomático é portador de mensagens com propostas para ajudar as negociações sobre a questão palestina a sair do impasse.

Circulou nos meios diplomáticos que o Cairo vê com muita expectativa o anunciado diálogo palestino-jordano, que, nas palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros egípcio, Butros Ghali, "ajudaria para que fosse conseguida a paz integral no Médio Oriente". Coincidiu com isto, o facto do rei Hussein da Jordânia — que acaba de reabrir o Parlamento depois de dez anos de um encerramento imposto — ter afirmado que "os acontecimentos que vivemos impõem novas relações entre a Jordânia e os palestinos". Por seu lado, Arafat anunciou a sua decisão de viajar brevemente a Amã, para dialogar com Hussein acerca de uma eventual diferença de estratégias de actuação no campo diplomático entre a OLP e Jordânia. Como se sabe houve um esfriamento nas relações da OLP com a Jordânia quando, em 1982, Arafat negou ao rei Hussein poderes para falar em nome dos palestinos nas negociações promovidas pela administração norte-americana.

O que deixa transparecer esta sucessão de factos e a vertiginosa recomposição de alianças, é que longe de deixar-se abater pelas circunstâncias difíceis que viveu no cerco de Trípoli, Arafat, mesmo no barco que o levava para um novo exílio, construiu uma estratégia política alternativa.

E com essa decisão provocou o receio dos dirigentes israelitas, que se mostraram indignados pelo



bom acolhimento que a reunião de Arafat com Mubarak teve nos círculos políticos de Washington. O primeiro-ministro considerou o encontro "violador dos Acordos de Camp David", mas não obteve eco no Departamento de Estado norte-americano, cujo porta-voz, John Hughes, qualificou a entrevista como "uma alentadora evolução" no processo de negociação da paz no Médio Oriente. Também na Grã-Bretanha as reacções foram favoráveis e em círculos europeus já se especula sobre a possibilidade de uma inclusão da OLP nas negociações de paz sobre o Médio Oriente. □

(1) FPLP e o FDLP são as duas organizações mais importantes da OLP depois da Al Fatah, e a atitude que adoptem será decisiva para ratificar ou não a linha de Arafat, assim como para promover ou evitar uma ruptura no seio da OLP.

(2) É de destacar que o Egipto passou a ser membro do Conselho de Segurança da ONU por um período de 2 anos, a partir de Janeiro passado.

Compelmada

SOC. COOP. MONTAGENS METÁLICAS SCARL



★ PROJECTO, FABRICO E MONTAGEM DE:

Reservatórios de pressão
Reservatórios de armazenagem
Tubagens industriais
Estruturas metálicas
Permutadores de calor
Pontes e pórticos rolantes
Aparelhos de processo
Silos em aço carbono,
aço inox e alumínio

- ★ Mecânica geral
- ★ Reconstrução de motores
- ★ Manutenção fabril

Casal do Marco

SEDE E FABRICA:

Pinhal dos Frades - Casal do Marco - Seixal

Telefones: 2211174/2211913/2211982/2211934
Telex: 15264 COMPEL-P

Moreira da Maia (Porto)

Cova da Piedade

Sines



Diálogo ou confrontação?

Pela primeira vez desde a guerra do Vietnã aviões norte-americanos bombardeiam posições militares. Até onde poderá ir a intervenção da máquina de guerra norte-americana no Líbano?

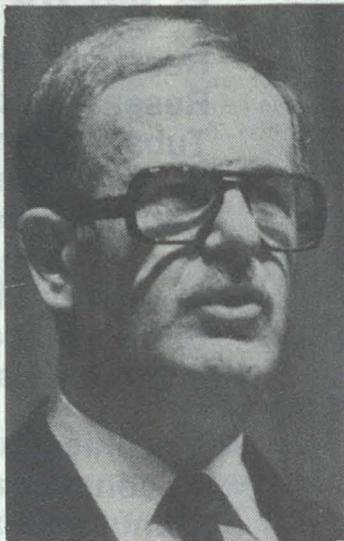
NÃO é um bom augúrio para Reagan — num ano pré-eleitoral como o que se inicia e com uma campanha pela reeleição pela frente — ter sobre a cabeça a espada de Damocles da eclosão de um conflito generalizado no Médio Oriente, hipótese que os estados maiores norte-americanos, árabes, europeus e israelitas, assim como os soviéticos, devem estar a analisar detalhadamente sobre as suas mesas de trabalho.

Por outro lado, se Reagan apostou que uma intervenção mais directa na guerra do Líbano não teria um custo muito elevado, a demonstração de força dos sírios ao repelir energicamente a agressão, como demonstra, por exemplo, o abate de dois modernos bombardeiros que atacaram as suas tropas, prova que os estrategos de Washington terão de redimensionar as suas previsões em matéria de resistência e resposta árabes.

Um dirigente sírio dizia-nos, a respeito da posição do seu país face à agressão: "Não somos no Líbano, aonde fomos chamados para ajudar na paz, uma força de intervenção. Somos um exército árabe, num país árabe, uma força irmã".

O ministro da Defesa sírio afirmou recentemente que o seu país quer a paz, mas que esta depende, essencialmente, da estratégia agressiva da aliança israelo-norte-americana. Advertiu, porém, que o poder de retaliação sírio é um dado importante a considerar. Mesmo a central nuclear de Dimona, onde Israel fabrica as suas bombas atómicas, está ao alcance das armas sírias.

A reacção árabe ao acordo privilegiado de Washington e Telavive (decisão adoptada durante a visita



O presidente sírio, Hafez Assad

do primeiro-ministro Yitzhak Shamir a Washington em fins do ano passado) foi unânime e já está em discussão a possibilidade de convocar uma reunião conjunta do mais alto nível para analisar a nova situação.

"Esses acordos constituem uma séria viragem na história do Médio Oriente e conferem a Israel um ilimitado apoio norte-americano, transformando-a na nação mais forte da região", escreve o jornal de Damasco *Al Baas*, que reflecte as posições do partido governante. O periódico exorta os Estados árabes a adoptarem "acções colectivas eficazes" que contrabalancem "este novo e perigoso desafio que ameaça não só a Síria mas todo o mundo árabe".

Por sua vez, a Arábia Saudita enviou uma mensagem ao presi-

dente Reagan que lhe foi entregue pessoalmente pelo representante saudita em Washington, o príncipe Sandar Ben Sultán. Sem revelar o conteúdo da mensagem, o diplomata informou que os acordos "não ajudam o processo de paz no Médio Oriente".

No Kuwait, o jornal *Al Rai Al Aan* informou que o "Estado judeu estará agora em condições de ocupar novas zonas de território árabe", enquanto que no Iraque o jornal *Al Saura*, porta-voz oficial do governo, diz que "os novos acordos entre os Estados Unidos e Israel invalidam a iniciativa de paz do presidente Reagan de 1982". Na Jordânia, o Conselho Nacional Consultivo declarou que os "Estados Unidos se desviaram do caminho de mediadores e se transformaram num inimigo da Nação Árabe".

O *Le Matin* da Tunísia usou o mesmo tom ao afirmar que "os acordos estratégicos equivalem a uma declaração de guerra contra a Nação Árabe".

Também o *Pravda*, de Moscovo, dedicou comentários nos seus editoriais sobre a situação no Médio Oriente, alertando que "qualquer agressão à Síria poderá ter consequências perigosas".

Uma conjuntura crítica

A entrada em acção das forças militares norte-americanas no Líbano ocorre num momento crítico em que as outras nações integrantes do corpo internacional de paz discutem se devem ou não permanecer naquele país.

A deterioração da situação interna libanesa, devido em grande

parte à incapacidade do governo Gemayel de impor-se como uma autoridade aceite e reconhecida, somado à entrada em combate de norte-americanos e também de franceses, levou a opinião pública mundial e as forças políticas dos países envolvidos, como a Grã-Bretanha os Estados Unidos, Itália e França, a questionarem-se sobre a quem está realmente servindo essa força internacional, supostamente chamada para garantir a paz.

Muitos analistas do Médio Oriente perguntam-se se o governo de Amin Gemayel teria podido sobreviver estes meses sem a presença das tropas estrangeiras que, mais que beneficiar todos os sectores da vida libanesa, asseguram com a sua presença a permanência no poder de um governo débil e contestado.

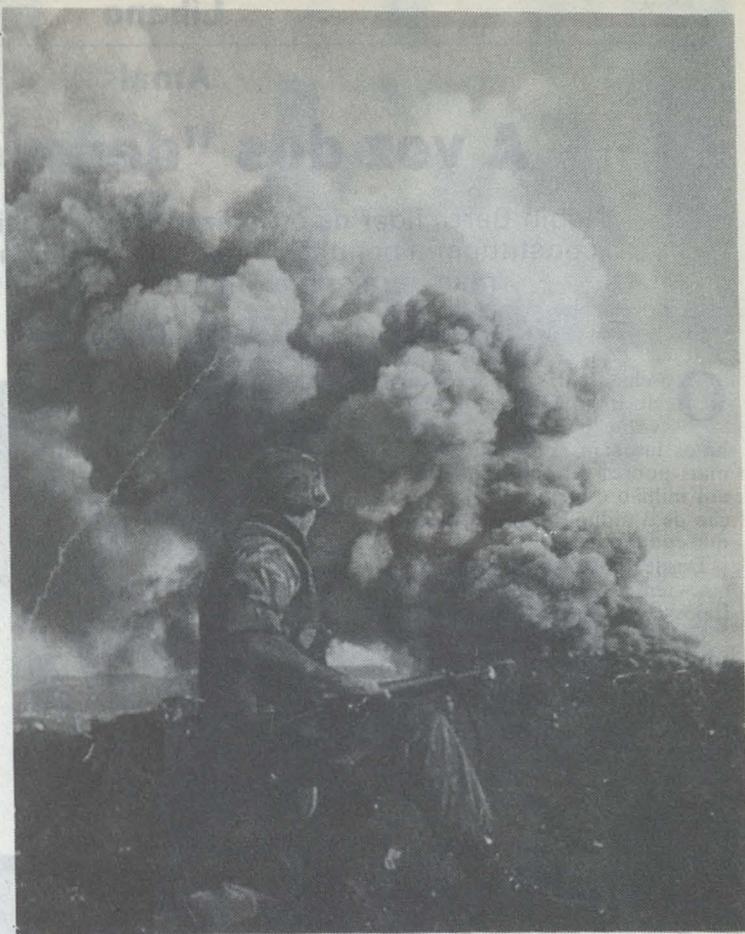
O chefe do estado-maior britânico, Frank Kingston, ao regressar de uma breve visita a Beirute, apresentou um relatório aconselhando a primeira-ministra Margaret Thatcher a retirar os seus soldados do Líbano. O governo de Bettino Craxi, por sua vez, está a estudar a possibilidade de retirar o contingente italiano de Beirute.

Reagan, por sua vez, enfrenta protestos do Congresso, onde vários e representativos parlamentares democratas se pronunciaram por uma revisão da decisão de manter a sua força expedicionária no Líbano e qualificaram os bombardeamentos dos F-16 norte-americanos como "inconstitucionais", porque não houve consulta prévia ao Congresso, como exige a lei nesses casos.

O que enfrenta menos problemas no campo externo é o governo de Israel, que não só obteve um reforço significativo da sua aliança com os Estados Unidos, como conseguiu dar esse salto qualitativo sem fazer nenhuma concessão a Reagan.

Uma área explosiva

O Médio Oriente é uma área historicamente explosiva e as actuais iniciativas militares de Reagan podem ser um detonador. À medida que o governo Gemayel se transforma numa ficção, fortalece-se o poderio de Israel e os Estados



"Marines" norte-americanos em Beirute: um novo Vietnam?

Unidos dão início a operações militares de grande envergadura, há um perigoso avanço no sentido de um confronto com a União Soviética.

A Síria e a URSS têm uma aliança militar. Para Moscovo, a Síria tem uma importância estratégica, já que em caso de guerra há uma saída para o Mediterrâneo através daquele país. Se hoje ou amanhã o governo de Damasco solicitasse a Moscovo a presença de forças militares, estas seriam enviadas imediatamente, como decorrência do acordo de assistência mútua. E seria difícil para os Estados Unidos — apesar do seu poderio bélico no Mediterrâneo — enfrentar uma aliança de tropas e forças sírio-soviéticas favorecidas

pela proximidade das bases da URSS, por um melhor conhecimento do terreno e pela falta de apoio popular aos norte-americanos. "Eles estão no caminho de um novo Vietnam, no Médio Oriente. O Vietnam de Reagan, dizia-nos um diplomata árabe.

É possível que a lição que os mísseis sírios deram à aviação norte-americana faça Reagan pensar duas vezes antes de delagrar uma ofensiva. Mas se a sua obstinação belicista o tornar insensível a essa e outras realidades, é possível que a III Guerra Mundial não comece na Europa Ocidental, mas nesse Médio Oriente incandescente, onde, pela presença do petróleo, estão situados os interesses vitais dos Estados Unidos e dos seus aliados. □

Libano

Amal

A voz dos "deserdados"

Nabih Berri, líder da organização Amal, afirma que os chiitas constituem a população mais pobre do país. Mas também a mais numerosa: um milhão e quinhentos mil.

Alberto B. Mariani

OS chiitas... não são monopólio do Iman Khomeiny e da revolução iraniana. E chiitas há-os também no Líbano: são os mais pobres e totalizam cerca de um milhão e meio, numa população de 3 milhões e 91 mil pessoas que conta o país.

Desde 1980 que os chiitas libaneses têm a sua organização: Amal. E possuem um chefe: Nabih Berri.

Com efeito, foi em torno deste advogado de quarenta e quatro anos que os "deserdados" libaneses começaram a ganhar peso político e a fazer ouvir a sua voz no plano nacional.

Poder-se-á dizer que Nabih Berri é o político "mais novo" do Líbano, sendo a sua originalidade muito marcante. Não gosta de alianças e mostra-se muito pragmático, seja face ao governo libanês, seja à Frente de Salvação Nacional ou ao seu aliado: a Síria.

Nabih Berri manifesta apenas um desejo: ver a comunidade chiita gozar dos mesmos direitos que os outros libaneses.

Nabih Berri, como sabe, o seu movimento é pouco conhecido. O que é, verdadeiramente o Amal?

O Amal é um movimento que, prioritariamente, defende os deserdados do Líbano.

É um movimento crente, ainda que os seus princípios políticos não sejam confessionais. Lutamos pela unidade do país e pela liberdade do Líbano.

Entre os objectivos que nos propusemos alcançar, contam-se a renovação política e administrativa do país. Politicamente, nós procuramos substituir o regime existente em Beirute, ainda que dentro da legalidade. Administrativamente, lutamos contra a feudalidade im-



Nabih Berri: "a nossa organização é contrária ao dogmatismo político"

perante e propomos uma renovação institucional assente na competência e na justiça social.

"Somos muito pragmáticos..."

Quais os laços existentes entre o movimento chiita libanês e o movimento chiita iraniano?

Não há qualquer laço.

Amal não é um movimento exclusivamente chiita: é um movimento libanês. No nosso movimento coexistem mesmo cristãos. Amal é um movimento político e crente, mas não pretende ser, nem é, um movimento confessional. Pelo contrário, opomo-nos firmemente ao confessionalismo e

esperamos, num futuro próximo, varrê-lo das instituições políticas actuais.

Mas, então, o que é que vos caracteriza em relação às outras organizações políticas libanesas, pertencem elas à Frente Libanesa ou à Frente de Salvação Nacional?

Somos muito pragmáticos. Na nossa organização não se encontra o dogmatismo político. Algumas vezes estamos de acordo com as análises de uns ou de outros... outras vezes combatemo-las. Isso depende das circunstâncias.

É preciso que não se esqueça a nossa especificidade. E o nosso ponto forte reside precisamente em tomarmos sempre a defesa dos de-

serdados.

O Amal é, portanto, uma organização que se caracteriza por um misto de populismo e voluntarismo!?

De modo nenhum.

Para compreender a nossa posição política é necessário conhecer o que se passa no Líbano desde 1943.

No nosso país, apesar da inexistência de um regime de classes, os responsáveis pela política libanesa procuraram sempre aplicar o pacto de 1943 de uma maneira classista. E o resultado é termos hoje cidadãos de diferentes graus: de primeira, de segunda e de terceira classe...

Para preencher um lugar, por exemplo, é necessário pertencer a esta ou aquela religião!

A livre circulação na sociedade não passa de um sonho proibido! E não é tudo: ao lado de zonas onde a riqueza — se me permitem a expressão — salta aos olhos, existem regiões que são tão pobres que se torna difícil até descrevê-las.

"Pugnar por uma nova Constituição"

São os mais pobres. E também os mais numerosos: Um milhão e 500 mil.

Um dos objectivos da nossa presença em Genebra é precisamente fazer ouvir a sua voz.

Era preciso que os "notáveis" do nosso país soubessem que os chiitas também existem no Líbano e que eles constituem quase a maioria.

Como pensa modificar a actual situação e fazer justiça à comunidade chiita?

Para começar, seria suficiente proceder a um recenseamento da população.

É bom que se saiba que nada é sagrado em política!

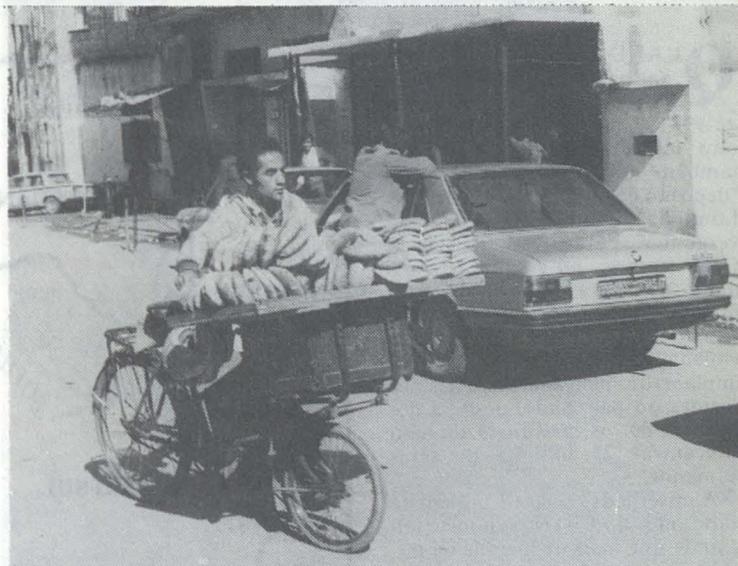
Nem a Constituição... nem as instituições, nada!

A Constituição é um documento humano, uma série de leis que o homem criou para o interesse do homem. Se uma Constituição já não corresponde à realidade de um país e ao interesse dos homens que ela pretende administrar, então é preciso revogá-la... substituí-la... modificá-la...

A Constituição de um país não



Nabih Berri: "O nosso ponto forte reside precisamente em tomarmos sempre a defesa dos deserdados..."



é o Corão; não é o Evangelho!

Por que proposta irá a vossa organização se bater?

A nossa lista está muito sobrecarregada, mas, em particular, iremos pugnar por uma nova Constituição. Uma Constituição na qual todo o libanês, sem qualquer diferença ou distinção, seja tratado da mesma maneira e possa ser considerado cidadão de parte inteira, como todos os outros.

Seja qual for a Constituição que contemple esta igualdade de princípio, receberá o nosso apoio. Mas, antes de tudo, é necessário anular

e tornar inofensivo o confessionalismo.

É necessário que o Líbano possa constituir, finalmente, uma verdadeira unidade de sufrágio.

O Amal reconhece a legitimidade do presidente libanês?

Certamente. No que nos diz respeito, a legitimidade do presidente Gemayel é um dado adquirido. Nunca afirmámos o contrário.

Pessoalmente, critiquei o seu governo e bati-me contra a sua política, mas nunca neguei a sua legitimidade. □

ÁFRICA

África do Sul: Ciskei, o "corredor da vergonha"

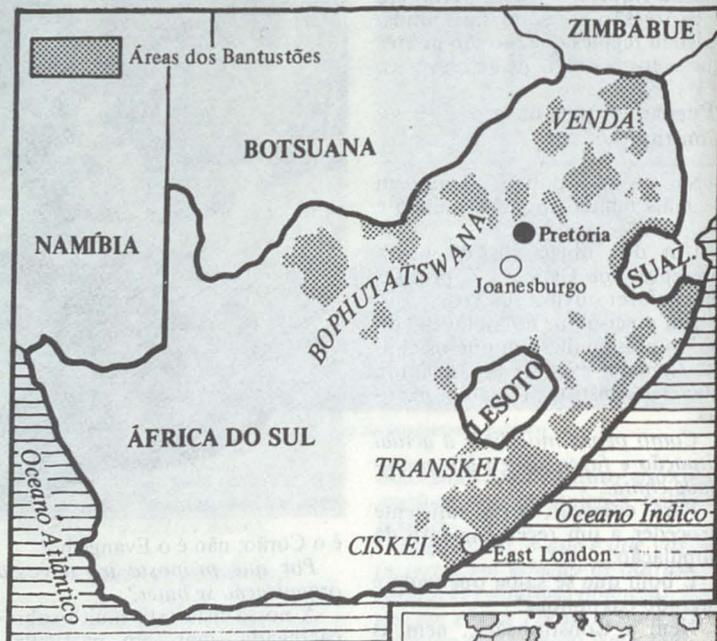
Violência, miséria e corrupção no mais novo dos quatro bantustões "independentes" mostram o fracasso da política racista de confinamento dos negros em *ghettos*

Carlos Castilho

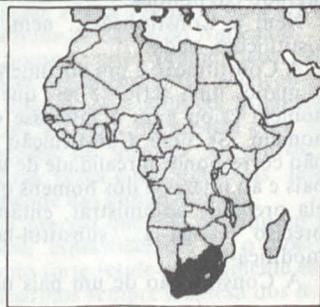
QUANDO o Ciskei foi declarado "independente" pela África do Sul em Dezembro de 1981, o pequeno bantustão de oito mil quilómetros quadrados também era conhecido como o "depósito de lixo" da cidade de East London, ou como o "corredor da vergonha". Para os economistas da ONU trata-se, no entanto, do pedaço de terra mais pobre do mundo. Hoje o Ciskei juntou a tudo isto, o título da mais corrupta e violenta de todas as administrações implantadas pelo *apartheid* nas dez regiões do país onde, desde a década de 60, os *afrikaners* sonham concentrar 25 milhões de seres humanos.

A miséria dos quase 1 milhão de habitantes do Ciskei tornou-se tão grande que mais de metade da população vive abaixo da chamada linha da pobreza, isto é, o mínimo fixado pela ONU para a sobrevivência humana. Em Junho, o bantustão tornou-se um barril de pólvora e não são poucos os que prevêem que irá explodir muito em breve com uma violência ainda maior do que na rebelião negra de Soweto, em 1976. O virtual colapso do Ciskei tornou também evidente o fracasso definitivo do plano racista de criar uma "constelação de estados negros" para permitir que a minoria branca controle 86% do território sul-africano.

■ O rastilho de pólvora foi aceso



Os quatro bantustões pseudo-independentes estendem-se por cerca de 13% do território sul-africano, em 113 áreas de dez regiões. É a zona estéril da RAS onde o *apartheid* pretende transformar a maioria da população africana em estrangeiros e emigrantes no seu próprio país

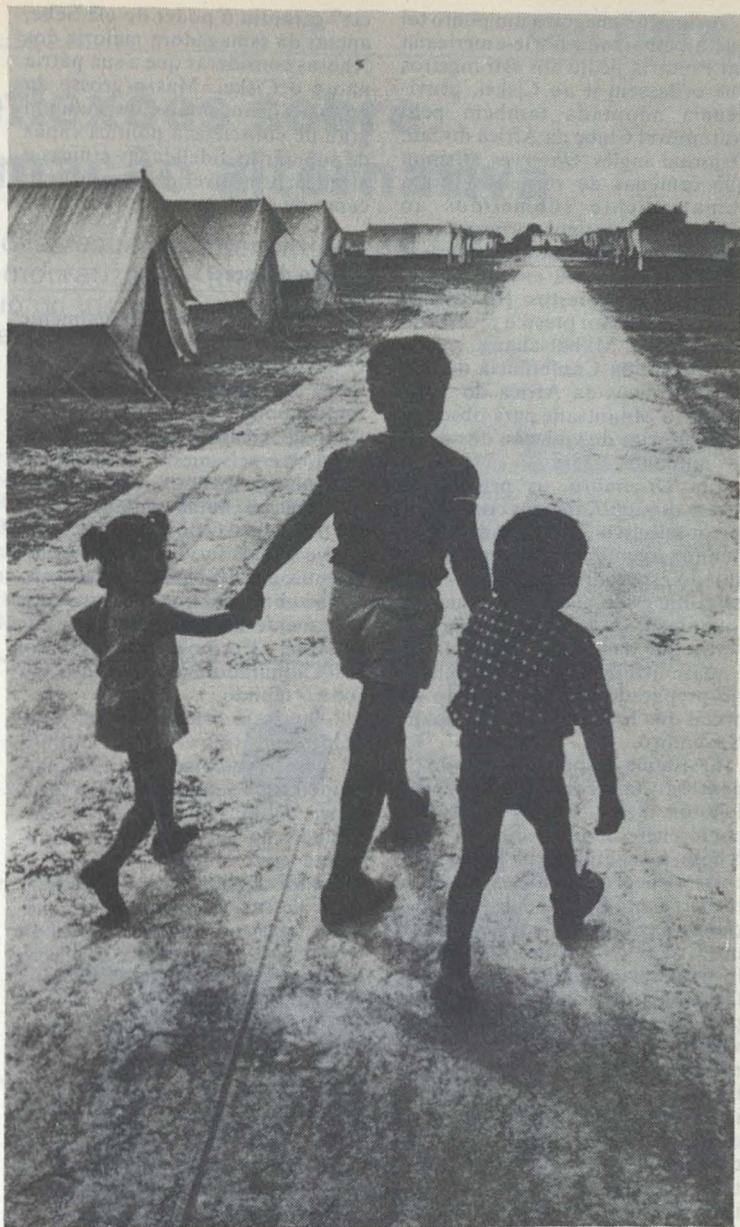


no Ciskei em Junho, quando a administração local aumentou em 10% os preços das passagens de autocarros. O aumento afectou directamente quase 300 mil pessoas que se deslocam diariamente de Mdantsane para as cidades brancas de East London e King Williams. Mdantsane é o segundo maior núcleo urbano negro da África do Sul, depois de Soweto, situado na periferia de Joanesburgo. Na verdade, trata-se de uma gigantesca cidade dormitório, já que mais da metade dos seus 500 mil habitantes trabalha fora do Ciskei, em áreas controladas pelos *afrikaners*. Estes trabalhadores gastam em média 10 horas por dia para ir e voltar dos seus empregos, o que significa que têm de sair de casa às três da madrugada e regressam pelas 10 horas da noite. Normalmente o transporte consumia, antes do aumento, entre 15 a 20% do miserável salário que para a média da população varia em torno dos 250 dólares *por ano*.

Um campo de concentração

O aumento das passagens provocou um boicote geral do serviço de autocarros organizado pelo Sindicato de Trabalhadores da África do Sul (SAAWU, um sindicato negro), que foi reprimido com uma violência sanguinária pela polícia do Ciskei e pelos esquadrões para-militares organizados pelo "chefe" Lennox Sebe, o dirigente tribal que controla o governo local. O estádio Sisa Dukushe foi transformado num campo de concentração e câmara de torturas para quase dois mil presos. A Comissão de Direitos Humanos da África do Sul não teve dúvidas em classificar como "infernál" a situação enfrentada pelos presos em consequência do boicote. Cerca de 90 pessoas morreram na rua ou nas câmaras de tortura, onde o método mais usado era o de amarrar o preso a um pedaço de madeira apoiado em duas mesas a rodá-lo com enorme velocidade. Entre os torturadores este sistema foi apelidado de "helicóptero" e chegou a ser usado em mais de 20 militantes negros num só dia.

No começo de Outubro, o estádio foi desactivado, e os presos foram transferidos para um escola na região de Hlaziya, onde foram rece-



A maioria dos habitantes do Ciskei vive abaixo do nível da pobreza

bidas denúncias de que alguns detidos ficariam durante sete horas pendurados em vigas do tecto, por algemas. A implantação do estado de emergência e do recolher obrigatório permitiram que os esquadrões de Lennox Sebe tomassem conta das ruas do Ciskei. Qualquer pessoa que pedisse "boleia" era imediatamente detida, o mesmo

acontecendo com o motorista que parasse o seu carro. É que o governo procurou impedir de todas as maneiras que os participantes do boicote encontrassem algum outro meio de transporte para chegarem a East London e King Williams. Quando um negro falta ao trabalho na África do Sul isto geralmente significa demissão imediata.

A situação chegou a um ponto tal que a embaixada norte-americana em Pretória pediu aos estrangeiros que evitassem ir ao Ciskei, providência adoptada também pelo Automóvel Clube da África do Sul. O jornal inglês *Observer* afirmou que centenas de suspeitos foram sumariamente submetidos ao *jamboking*, castigos corporais com varas de madeira, antes que ficasse comprovado o seu envolvimento, ou não, nos protestos. No começo de Novembro foi preso o reverendo Smangalis Mkhatschawa, secretário-geral da Conferência de Bispos Católicos da África do Sul e que foi a Mdantsane para observar as denúncias de violação dos direitos humanos.

Em Dezembro, as prisões em massa diminuíram, mas começou o terror selectivo. Os "esquadrões" de Lennox agem impunemente perseguindo especialmente líderes sindicais, que estão clandestinos na sua totalidade. A Igreja luterana advertiu que o clima de "intimidação é quase insuportável", num relatório preparado por um enviado especial que foi ao Ciskei no final de Novembro.

O sistema despótico montado no bantustão tem como figura central Lennox Sebe, que se apresenta como chefe de um sector da etnia Xhosa, a segunda mais importante entre os negros sul-africanos. Sebe recorreu a todo o tipo de intimidação para garantir a "independência" do Ciskei. No começo de 1981, formou uma comissão especial para fazer uma sondagem sobre a proposta de autonomia feita pelo governo de Pretória. Os resultados mostraram um total de 90% de votos contra. Meses depois, Lennox ignorou as conclusões da pesquisa e organizou outra sondagem que estranhamente indicou um resultado oposto. Isto serviu como pretexto para impor a "independência" proposta pelos *afrikaners*. O facto de se auto-proclamar chefe do seu grupo étnico não tem nada a ver com a liderança tradicional dos Xhosas. A estrutura tribal foi quase inteiramente destruída após anos de colonização e violência cultural por parte dos brancos. A penetração de valores europeus corrompeu a maioria dos dirigentes tribais que passaram a ser manipulados. Nesta condições o acesso à "independên-

cia" garantiu o poder do clã Sebe, apesar da esmagadora maioria dos Xhosas considerar que a sua pátria não é o Ciskei. Mas o grosso da população ainda não conseguiu um grau de consciência política capaz de superar as fidelidades étnicas e alcançar um nível de organização capaz de eliminar o autoritarismo.

Aliado de Israel

O clã dos Sebe está actualmente dividido por disputas pelo poder. O meio irmão de Lennox, Charles Sebe, está preso depois de ter chefiado a policia secreta do Ciskei. O filho de Charles está igualmente detido há seis meses, enquanto o sobrinho de Lennox, Kama Sebe, foi internado numa unidade militar em Setembro. O dirigente do Ciskei é hoje o mais servil de todos os dirigentes dos 10 bantustões negros. Uma submissão que o colocou directamente na mira dos governos de Israel e Formosa, os mais fervorosos admiradores do *apartheid*, em todo o mundo.

Lennox já esteve em Tel Aviv pelo menos três vezes nos últimos 18 meses. No começo de 1983 participou num seminário sobre segurança militar em Israel e foi fotografado no sul do Líbano juntamente com o major Haddad. A visita foi classificada como particular e destinada a tratamento médico, mas no regresso, Lennox trouxe um helicóptero e um jacto privado como presente do governo israelita. Em Junho foi anunciado que a força aérea do Ciskei comprara seis aviões e em Novembro todo o efectivo da força aérea (23 cadetes) embarcou para Tel Aviv onde receberá treino militar.

Israel não reconhece oficialmente a "independência" do Ciskei a exemplo de todos os restantes países do mundo. Mas na prática a situação é outra. Existe em Tel Aviv, desde 1982, uma missão comercial permanente do Ciskei e no momento estão em estudo projectos no valor de quase três milhões de dólares que serão aplicados por empresas israelitas. Também está de pé um projecto de desenvolvimento agrícola e de implantação de uma emissora de televisão no bantustão "independente" de Bophutatswana. No começo do ano toda

a Câmara de Comércio de Venda, num total de 34 pessoas, foi até Israel para uma visita que durou um mês, e em Kangwane, os israelitas estão a financiar um centro de treino de professores avaliado em vinte milhões de dólares.

A intensificação das relações comerciais e militares entre Israel e os Bantustões representa, na verdade, um apoio aberto à política de discriminação racial da África do Sul posta em prática pela minoria branca. Este apoio é ainda, compartilhado pelo governo anti-comunista da Formosa, que este ano recebeu a visita do presidente de Venda, Patrick Lebowa. Um consórcio de 12 empresas da Formosa vai investir um total de 50 milhões de dólares nos quatro bantustões "autónomos", nos próximos dois anos.

As ligações externas com regimes comprometidos com o racismo branco e o agravamento da crise interna no Ciskei funcionam como o teste para o projecto de criação dos bantustões surgido em 1962 e posto em prática a partir de 1976. Em Ciskei, mesmo com a África do Sul a financiar 70% do orçamento local, com a ajuda de Israel e da Formosa, mais de 200 mil negros não encontram trabalho. Os outros quatrocentos mil travam uma luta desigual pela sobrevivência tentando conseguir o seu sustento através de uma agricultura rudimentar num território onde apenas 15% das terras são férteis. Com isto, metade das crianças sofre de desnutrição crónica e um quarto dos bebés negros morre antes de completar dois anos.

Por tudo isto, um relatório da ONU publicado em Novembro indicou que a sobrevivência económica do Ciskei é absolutamente inviável. A explosão social em gestação já foi até detectada por outros "chefes" de bantustões não autónomos. É o caso de Kwazulu, Gazankulu, Qwa Qwa e Kangwane. Eles recusam-se a aceitar a "independência" destes territórios porque sabem que todas as promessas dos *afrikaners* não foram levadas à prática nos quatro bantustões que concordaram em "ganhar a independência" (É o caso do Transkei, Venda, Bophutatswana e Ciskei).

Reflexões sobre a informação alternativa

Os novos espaços alternativos na redemocratização, analisados no seminário do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais

Javier Riosanti

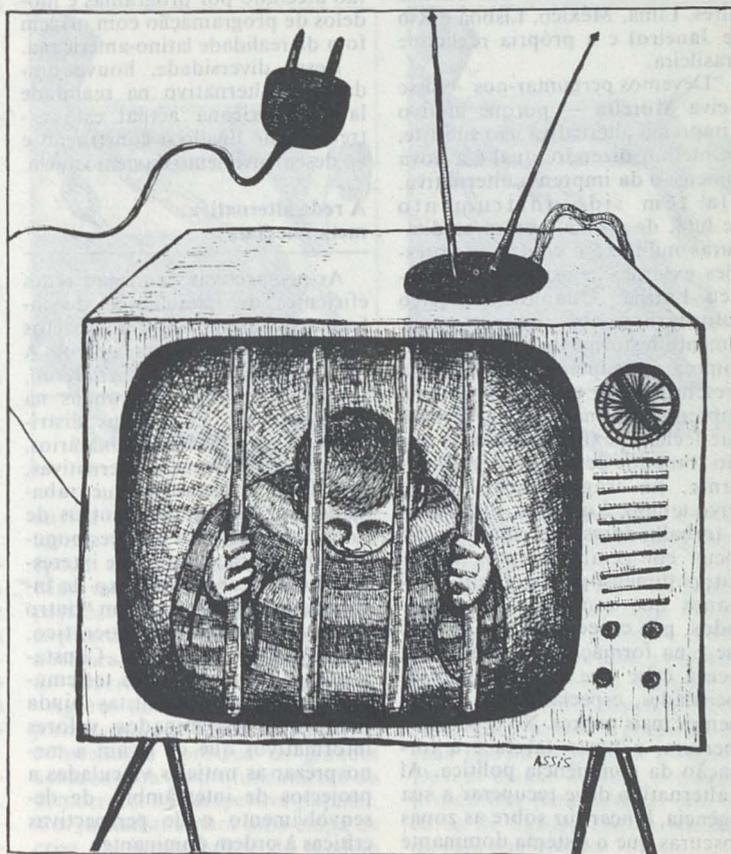
COM a atenção voltada para a actual situação latino-americana, especialmente a redemocratização simbolizada pela Argentina e pelas dimensões da abertura brasileira, realizou-se no Rio de Janeiro, (de 7 a 9 de Dezembro) o seminário "Comunicação Alternativa na América Latina: redes e perspectivas de acção". O encontro foi organizado pelo ILET (Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais), através do seu programa *Altercom* — que publica documentos de informação alternativa —, e contou com a activa colaboração do governo do estado do Rio de Janeiro e de *cadernos do terceiro mundo*.

"Nos últimos anos temos trabalhado com intensidade em prol do desenvolvimento de formas alternativas de comunicação na América Latina", afirmou Fernando Reyes Matta, director de Comunicações do ILET, ao iniciar os trabalhos. "Sem dúvida foram múltiplas as experiências a nível de base, nos microespaços sociais, como também houve um avanço na existência de revistas, jornais, rádios e centros de documentação capazes de difundir um discurso alternativo ao imposto pelos grupos económicos e pólos de poder que as minorias privilegiadas criaram na região, aliadas ao capitalismo transnacional. A comunicação alternativa lutou contra as injustiças, contra os autoritarismos militares, contra a tortura. E deve continuar a fazê-lo. Mas devemos perguntar-nos como se situam esses meios alternativos dentro da democracia, devemos definir as novas tarefas e os novos desafios".

Na procura de respostas para estas questões compareceram os correspondentes do ILET na Costa Rica, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Brasil, além dos representantes das delegações do instituto na Argentina, México e Chile. A estes uniram-se jornalistas e trabalhadores da comunicação social

alternativa e popular brasileira num frutífero intercâmbio de pontos de vista.

O senador Saturnino Braga encaminhou o debate na perspectiva brasileira. "Estamos preocupados em criar formas de jornalismo e comunicação social que possam dar conta do que na realidade se



passa no debate político, das propostas renovadoras e da forma como o Brasil tenta construir uma democracia plena, surgida do povo e das suas aspirações", assinalou, acrescentando que "os jornalistas precisam reciclar as suas capacidades, pressionadas agora pela complexidade da política e da diversidade de propostas políticas e sociais que gera qualquer abertura". A presença do senador durante toda uma jornada de trabalho foi especialmente estimulante para os participantes que nem sempre têm a oportunidade de trocar opiniões em profundidade e com amplitude de tempo com as figuras políticas, sobre os problemas da comunicação.

Por seu lado, o director de *cadernos do terceiro mundo*, Neiva Moreira, foi convidado a fazer uma apresentação introdutória sobre "comunicação e política", tendo como referência a evolução da sua revista (levada a cabo durante a última década em Buenos Aires, Lima, México, Lisboa e Rio de Janeiro) e a própria realidade brasileira.

"Devemos perguntar-nos — disse Neiva Moreira — porque motivo a imprensa alternativa não subsiste, ou melhor dizendo, qual é a nova dimensão da imprensa alternativa. Ela tem sido instrumento de luta, de crítica, contra as ditaduras militares e contra as opressões externas registadas na América Latina. Quando o espaço autoritário se abre, quando o movimento histórico da força popular começa a recuperar a sua legítima presença, surge uma certa crise na imprensa alternativa. Há revistas que fecham, existem assuntos que são tomados pela imprensa dominante, há fragmentação. Neste novo tempo, é que nós, jornalistas e trabalhadores da comunicação social em geral, devemos ver as outras dimensões dos direitos humanos que continuam desrespeitados, pôr especial ênfase na análise e na formação da consciência face à crise que atinge as nossas sociedades, especialmente os segmentos mais pobres. No cenário da abertura, a nossa tarefa é a formação da consciência política. Aí o alternativo deve recuperar a sua vigência, lançar luz sobre as zonas obscuras que o sistema dominante

não tem interesse em mostrar".

Cada um dos participantes do encontro discorreu sobre as suas experiências particulares. Para alguns, o determinante está na imprensa sindical, comunitária e de base. Outros observaram a importância de certos programas nas rádios, abrindo o diálogo a novos temas e abordagens da realidade imediata. Houve insistência em inter-relacionar as revistas que conseguiram estabelecer uma presença nos seus respectivos países, como referentes das propostas políticas que vêm dos partidos e sectores vinculados às maiorias populares. Também se mencionaram algumas experiências de televisão alternativa (transmissões na TV boliviana, espaços comprados nas estações de S. Paulo, programas produzidos no canal politécnico mexicano e reproduzidos noutros centros de educação popular da América Latina), as quais são uma antecipação do que se poderia fazer num meio tão afectado por programas e modelos de programação com origem fora da realidade latino-americana.

Nessa diversidade, houve unidade: o alternativo na realidade latino-americana actual está estreitamente ligado à construção e ao desenvolvimento da democracia.

A rede alternativa: meta imediata

As perspectivas de formar redes eficientes de intercâmbio de informação foram um dos aspectos mais debatidos no encontro. A partir da experiência *Altercom*, foram analisados os avanços na circulação de 35 boletins distribuídos a mais de 500 destinatários, integrados por revistas alternativas, jornalistas progressistas que trabalham nos *mas media*, centros de documentação para sectores populares e publicações de base interessadas em receber um fluxo de informação promotor de um "outro desenvolvimento", democrático, participativo e solidário. Constatou-se, à luz de diversos testemunhos, que nos jornalistas ainda perduram determinados valores informativos que os levam a menosprezar as notícias vinculadas a projectos de intercâmbio, de desenvolvimento e de perspectivas críticas à ordem dominante.

"Não é uma questão de recusa a conteúdos avançados. Muitas vezes não se vê a transcendência política e os problemas de dominação e poder envolvidos em certos fenómenos novos", comentou um dos participantes. E citou o exemplo da tecnologia e as disputas pelos espaços de frequência e satélites, questão que se sente muitas vezes dentro do jornalismo alternativo como algo especializado e alheio ao debate político.

Além de distribuir esta "outra informação", é necessário exercer uma tarefa pedagógica, assinalou Alfredo Paiva, conhecido perito latino-americano em comunicação social. E esta tarefa pedagógica encontra-se intimamente relacionada com a existência de uma rede que permita conhecer experiências mútuas, saber como e porquê determinados temas foram apresentados na imprensa ou na rádio alternativa de um país e transferir a ideia a outro.

"Um dos problemas centrais é o financiamento e distribuição da comunicação alternativa em geral", observou Juan Gargurevich, do Peru. "É necessário estabelecer um sistema capaz de divulgar como se resolveu o problema em certas situações. Na imprensa peruana, realizam-se diversas fórmulas: associações de partidos políticos, cooperativas e empresas com participação mista. Temos de trocar informações a esse respeito, transpor as barreiras. Aí também se inclui o alternativo".

Dentro do âmbito dessas ideias, houve consenso sobre três questões fundamentais: a) a informação alternativa necessita de jornalistas com alto senso de "questionamento", dispostos a ignorar o uso exagerado dos *press release* ou de relações públicas, para procurar e construir por si mesmos os dados que ponham em evidência o que a "grande imprensa" oculta; b) o jornalismo alternativo está a transformar revolucionariamente o conceito de "fontes informativas" criado pelo grande sistema industrial da comunicação de massas, ao procurar o testemunho directo e os actores sociais excluídos, ao mesmo tempo que adere com imaginação aos bancos de dados, "criando a notícia" a partir da perspectiva dos interesses dos

grandes sectores preteridos; c) o vínculo dos comunicólogos e dos meios alternativos a uma rede fornece uma amplitude de possibilidades informativas e de contactos, apesar da precariedade de recursos com que cada meio realiza o seu trabalho, ao mesmo tempo que constrói apoios mútuos de solidariedade para um jornalismo que está sempre a mover-se "na área de risco".

Nesse sentido, os apelos para fortalecer os mecanismos de inter-relação foram constantes durante os debates. Por um lado, a necessidade de incrementar as redes a nível de base, rearticulando o tecido social afectado pela acção dos regimes autoritários e à persistência de grupos de poder privilegiados nos diversos países da região. Por outro lado, incrementar a interacção dos meios nacionais e outros com aqueles existentes nos Estados Unidos, Europa e outros lugares do mundo onde se dá a procura alternativa. "Acima do confronto Norte-Sul, devemos entender que existe a possibilidade de trabalhar com grupos do Norte, ansiosos por construir uma vida mais digna e livre, compactuando numa relação articulada contra as opressões impostas por um sistema desumanizado e mercantil", sublinhou Pedro Lira, do Chile. Por sua vez, a questão de construir as pontes, especialmente entre a África e a América Latina, foi sublinhada como outro dos objectivos desse grande sistema de redes.

"É aí, na formação de redes, que reside o futuro do alternativo frente a um sistema que a nível nacional e mundial se articula, multiplicando as muralhas perante aquilo que significa libertação", diz o documento síntese do encontro.

Brasil, as novas perguntas

Além da participação brasileira mencionada anteriormente, houve uma jornada especial dedicada a tratar do problema da comunicação alternativa e os seus desafios dentro da abertura democrática no país. A participação de 10 representantes brasileiros foi coordenada por Regina Festa, pesquisadora de comunicação e jornalista, além de figura conhecida nos debates teóricos e práticos de comu-

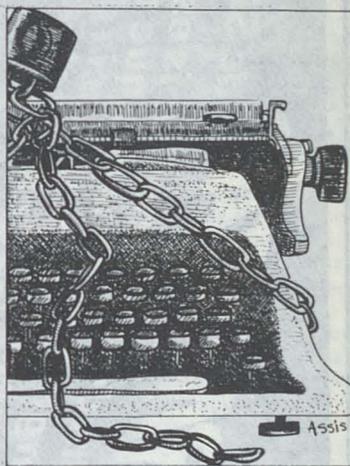
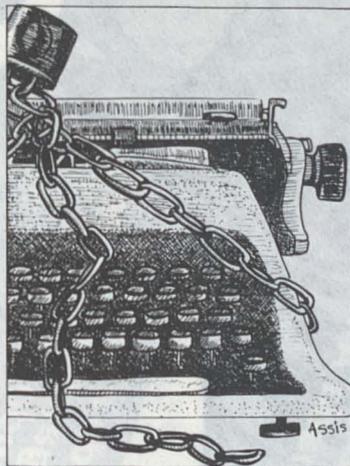
nicação alternativa na América Latina.

Representantes do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas), da revista *Crítica da Informação*, da Associação Brasileira de Jornais do Interior, de jornais sindicais, da *Folha de Informática*, juntamente com o presidente da União Católica Latino-Americana de Imprensa (frei Clarêncio Neotti, director da editora "Vozes"), estabeleceram um debate que analisou os problemas do poder comunicativo vigente actualmente no país, ao mesmo tempo em que reiteraram a necessidade de parâmetros políticos como chave para a existência de um jornalismo crítico e alternativo. Foi essa a posição de Raimundo Pereira, coordenador do novo jornal *Política*, cujo número zero foi apresentado e debatido no encontro.

"Pode ser que a imprensa alter-

que conhecemos até agora para construir sozinho uma saída política. O projecto de uma transição suave é intrinsecamente antipopular e é aí, no confronto com essa saída, que se posiciona o projecto alternativo de hoje."

Além desta abordagem orientadora, surgiram uma série de saídas renovadoras. Numa síntese do trabalho, Regina Festa declarou: "Diante disto, quais são as opções para a imprensa alternativa? Uma delas talvez seja dar-se prioridade a estudos e trabalhos de recepção crítica dos meios de comunicação social da burguesia, principalmente a televisão. Outra, a regionalização dos jornais (jornais de bairro, jornais regionais, ao invés de jornais nacionais). Terceira, a utilização de espaços nos meios electrónicos, em especial os pequenos e regionais (rádios do interior, pequenas estações de TV, TV comunitária e, no futuro, TV



nativa tenha desaparecido da forma como a conhecemos na época dura do governo militar. Mas multiplicaram-se os jornais partidários, sindicais e de organizações de base. Era natural que a abertura produzisse uma explosão de diversidades", disse Pereira. "Agora devemos fomentar um jornalismo que recupere os novos consensos e construa os grandes acordos para o aprofundamento da democracia na perspectiva popular. Um jornalismo para uma etapa de crise, de incapacidade do modelo

por cabo). Finalmente, a especialização do conteúdo para atrair públicos específicos."

"Além disso, há a necessidade de uma mudança de discurso. O signo dos anos 80 no Brasil é a crise económica. Os jornais, para atrair público, devem oferecer aos leitores instruções concretas sobre como cada pessoa e grupo de pessoas podem lutar para a superar. Devem deixar de lado o discurso proselitista para adoptar um discurso de ligação com a realidade da vida das pessoas." □

A história do ANC

As circunstâncias históricas
que levaram à formação do
Congresso Nacional Africano (*)

A África do Sul foi conquistada e é ainda hoje governada através da força. Como reserva, ou efectivamente empregue, a força é uma constante por toda a parte. Assim tem sido desde que o branco chegou à África do Sul. Para que possamos apreciar em toda a sua plenitude o significado político e social do Congresso Nacional Africano (ANC), bem como a necessidade do tipo de organização que hoje possui, temos que voltar-nos para o passado, para a história do contacto entre africanos e brancos no sul do continente negro.

Cem anos de guerra

O estabelecimento dos europeus na África do Sul deu-se em 6 de Abril de 1652. Devido às políticas agressivas, predatórias e à penetração dos invasores, cedo se verificaram disputas que levaram à guerra. Tendo derrotado o povo *goisan* que habitava a península do Cabo, roubando-lhe as terras, o gado e frequentemente as vidas, os colonizadores dedicaram-se por um curto período à lavoura das terras férteis. No entanto, surgiram rapidamente desentendimentos entre os lavradores e a Companhia Holandesa das Índias Orientais a respeito das orientações políticas e económicas no controlo que a Companhia tinha sobre os colonizadores. Alguns deixaram a península do Cabo e, pouco a pouco, penetraram mais para o interior até chegarem ao Planalto Ocidental do Cabo, área habitada pela comunidade africana de língua *xhosa*.

Só na região do Cabo, houve nove guerras de resistência contra a usurpação dos brancos, cobrindo um período de quase cem anos. Mas como aconteceu em todo o território do país, o povo da África do Sul jamais foi conquistado.

O povo indígena da África do Sul suportou duas ofensivas brancas: primeiro, a dos *boers* (colonizadores de origem holandesa) e mais tarde a das forças combinadas dos britânicos e *boers*. No entanto, o armamento superior dos colonizadores permitiu-lhes empurrar lentamente o povo africano para lá de Great Fish River e ocupar parte das suas terras ancestrais.

Para continuarem o seu avanço para o interior, os *boers* foram obrigados a mudar de curso, e a dirigir-se para o norte, abandonando a direcção leste que originalmente pretendiam seguir. Onde quer que fossem,



os *boers* encontraram sempre forte resistência. Foram derrotados em Natal, na Basutolândia (hoje, Lesoto) e no Transvaal Oriental reduzidos a errantes quadrilhas de bandoleiros. Se não fosse a chegada das forças britânicas, os *boers* teriam sido derrotados. De facto, os *boers* nunca dominaram qualquer segmento do povo africano, conseguindo apenas tributos de grupos menores e mais fracos. Quando os holandeses chegaram ao Cabo, a África do Sul já estava ocupada pelos africanos. Não era uma "terra de ninguém".

Procurar novos caminhos

A chegada das forças militares britânicas à África do Sul, no começo do século XIX, marcou uma mudança qualitativa e quantitativa na luta de resistência. Com uma esmagadora superioridade em armas e homens bem treinados, os colonizadores acabaram com a oposição militar. A derrota da rebelião de Bambata, em 1906, encerrou essa primeira fase de 250 anos de resistência e preparou o cenário para a transmissão da administração do país dos imperialistas britânicos para os brancos locais.

Há uma ligação directa entre a revolta de Bambata de 1906 e a formação do ANC seis anos mais tarde.

(*) Adaptação do "Diário do ANC", editado em 1982, por ocasião do 70.º aniversário do Congresso Nacional Africano.

Derrotado militarmente e totalmente desarmado, espoliado das suas terras pelos invasores estrangeiros, sem qualquer autoridade para governar o país, o povo sul-africano compreendeu que deveriam ser encontrados novos caminhos para prosseguir a luta. O povo procurava novas frentes de organização e aprendia novos métodos de luta, sem lanças ou armas de fogo. Aprendia os caminhos dos comícios, manifestações, delegações, protestos, resistência pacífica e mesmo greves. A necessidade da unidade africana face ao inimigo e aos problemas comuns — uma necessidade há muito reconhecida por líderes africanos perspicazes — chegou forçosamente à África do Sul, devido à promulgação da lei da União em 1910 (lei que constituiu a África do Sul como domínio britânico). O governo do general Louis Botha orientou-se no sentido de consolidar a hegemonia branca dentro do sistema da Lei da África do Sul, reunindo os segmentos dessa minoria anteriormente envolvidos em graves disputas.

O ANC foi fundado em 1912, não por um acidente da história, mas como a continuação lógica da luta anticolonial do povo da África do Sul, que começou com o próprio colonialismo. É lógico que não tenha acontecido do dia para a noite.

Muitos factores levaram à formação do ANC. A introdução do cristianismo na África do Sul levou ao surgimento de cristãos negros que mais tarde rejeitaram os valores cristãos brancos, formando as suas próprias igrejas independentes com novos valores e conceitos. O primeiro desses convertidos negros a formar uma igreja independente foi Nahemiah Tile que desempenhou um relevante papel político e religioso. Formou a Igreja Thembu em 1883, no Transkei. A fundação da Igreja Etíope pelo Reverendo M.M. Mokone no Witwatersrand, em 1892, significou a ampliação do campo da batalha iniciada por Tile.

“União dos Africanos”

Nesse período surgiram jovens intelectuais africanos vindos das escolas missionárias, estabelecidas em todo o país. Eles ajudaram a estabelecer os primeiros passos daquilo que mais tarde veio a ser a imprensa africana. Escreveram artigos em inglês e nas línguas africanas, que assim tiveram a possibilidade de se desenvolver. A primeira organização política formada, foi a *Imbumba Yama Afrika* (União dos Africanos) no Cabo, em 1882, que advogava a unidade africana em lugar de diversidade de credos religiosos e planeava levar delegações às autoridades brancas. Em 1884, mais duas organizações foram formadas no Cabo: a Associação de Educação Nativa e a Associação Eleitoral, que se preocupavam principalmente com a política eleitoral.⁽¹⁾

Durante a guerra anglo-boer e imediatamente após o Tratado de Vereeniging, em Maio de 1902, (que pos fim à guerra), foram tomadas medidas concretas pelos africanos para fundar um movimento que planeasse um método para apresentar queixas, reivindicações e protestos ao governo. Essa consciência crescente e a percepção da necessidade de uma organização política de africanos numa base mais ampla levou Martin Lutuli, Saul Msane e Josiah Gumeme

a encontrar Harriet Colenso para discutir a formação de uma organização política africana. Em Julho de 1900, foi formado o Congresso Nativo do Natal sendo seu primeiro-secretário H.C. Matiwane, e o presidente, Martin Lutuli — um tio do antigo presidente-geral do ANC, o chefe Albert Lutuli. Martin Lutuli presidiu-o durante três anos e foi substituído por Skweleti Nyongwana. O objectivo do Congresso era representar toda a comunidade negra do Natal.

No Cabo Oriental, em 1902, os africanos de East London ligados ao jornal *Izwi Labantu*, coordenam as actividades na Colónia do Cabo, particularmente em relação à política eleitoral. A orientação do Congresso Nativo da África do Sul está contida numa declaração da sua comissão executiva em 1903: “Questões que afectam os nativos e pessoas de cor residentes na África do Sul britânica.”

A Associação de Vigilância Nativa da Colónia de Orange River apresentou um depoimento perante a Comissão de Assuntos Nativos da África do Sul em 23 de Setembro de 1904. O que não surpreendia, tendo em conta a composição étnica da província, era a composição “não tribalista” da liderança desta organização, a julgar pela delegação que se entrevistou com a Comissão de Assuntos Nativos.

Esses depoimentos e petições ao rei Eduardo VII, da Associação Nativa de Unidade Política da Colónia do Transvaal (25 de Abril de 1905), ou do Congresso Nativo da Colónia de Orange River (Junho de 1906) ou do Congresso Nativo do Natal (Outubro de 1908) ou dos “aborígenes nativos da África do Sul, residentes no Transvaal” (22 de Outubro de 1908) e as resoluções do Congresso Nativo Sul-Africano (10 de Abril de 1906) ou o pedido ao secretário de Estado para as colónias do Congresso Nativo do Natal (Outubro de 1908), dão-nos uma visão dos problemas e pressentimentos dos africanos que demonstravam uma percepção aguda da magnitude das suas desqualificações em termos jurídicos colonialistas e do agudo antagonismo que nutriam contra qualquer continuação do sistema político das Repúblicas *boers*

Lei da África do Sul

Essas petições (a União dos Nativos do Transvaal recolheu 3764 assinaturas), exigiam o direito de voto amplo em toda a África do Sul e maior representação separada para o povo africano que não estivesse em condições de se qualificar para tal. Em quatro meses, essas organizações realizaram congressos. A minuta da Lei da África do Sul (*South Africa Act*) foi discutida nessas reuniões. Foram adoptadas resoluções protestando contra a segregação racial e contra a omissão em estender o direito de voto africano (que já existia no Cabo) as regiões do norte. Foi a partir dessa conferência regional que 60 delegados eleitos foram a Bloemfontein para assistir à Convenção Nativa Sul-Africana, de 24 de Março de 1909.

A Convenção Nativa Sul-Africana era composta por delegados da Colónia do Cabo, Natal, Transvaal, do Estado Livre de Orange e Bechuannalândia (hoje Botswana). O reverendo Walter Rubusana, líder da delegação do Congresso Nativo Sul-Africano do Cabo, presidiu à Convenção e foi eleito presidente



Os diferentes grupos étnicos resistiram à invasão branca do século XIX durante 100 anos. Nove guerras se travaram nesse interregno

da mesma. Foram discutidas todas as cláusulas da Lei da União (*Union Act*) que se relacionavam com os africanos e as pessoas de cor. As resoluções que atacavam o racismo inerente à minuta da Lei sobre a África do Sul, foram entregues aos governadores e primeiros-ministros das quatro colónias (Cabo, Transvaal, Natal e Estado Livre de Orange) e ao Alto Comissário britânico para os transmitir ao secretário de Estado para as Colónias. Se a minuta não fosse retificada, uma delegação iria a Inglaterra. A delegação deveria ser composta pelo reverendo Rubusana, presidente da Convenção Nativa, por T.M. Mapikela, da Colónia de Orange River e por D. Dwanua, do Congresso do Cabo. O Congresso Nativo do Transvaal indicou Alfred Mangena, que já estava em Londres, e instruiu-o a "trabalhar em cooperação com os outros delegados". W.P. Schreiner foi convidado a juntar-se a eles e Tembo Jabavu representou a minúscula Convenção do Cabo. A comunidade das pessoas de cor foi representada pelo dr. Abdurahman, líder da Organização do Povo Africano, enquanto o advogado Gandhi representou a comunidade indiana. Essa delegação desafiadora ficou mais tarde desapontada pela atitude do governo britânico, que uma vez mais ignorou deliberadamente os desejos expressos pela população negra da África do Sul.

Um dia histórico

Este novo espírito da necessidade de uma organização africana e a percepção da identidade de interesses dos grupos étnicos na África do Sul cresceu rapidamente, e jovens africanos radicais tornaram-se mais convictos da necessidade de se organizarem de acordo com essas novas linhas. Os estudantes afri-

canos que estavam no estrangeiro, na América e na Grã-Bretanha, foram inspirados pelas actividades populares na pátria. Eles, por sua vez, inspiraram o povo com novas ideias. Mas a principal razão para a formação do ANC foram a humilhação, a privação e o inquebrantável anseio de liberdade do povo africano. A experiência prática de dois séculos e meio de opressão e luta, cujo ápice foi a revolta Bambata de 1906, demonstrou, que os métodos antigos de luta não mais se adequavam à nova situação. O avanço da unidade e organização política de acordo com linhas modernas recebeu um ímpeto poderoso pela integração económica das quatro colónias britânicas sob a hegemonia do imperialismo e dos milionários mineiros da região do Rand, que encontrou expressão política na projectada formação da "União Sul-Africana" e na transferência do poder efectivo para as mãos da minoria europeia.

A Lei sobre a "União da África do Sul", que passou na Câmara dos Comuns britânica em 1909 e foi ratificada pelo Parlamento branco sul-africano em 31 de Maio de 1910 (aniversário do Tratado de Vereeniging assinado em 1902, no término da guerra anglo-boer) incorporava como disposição central — uma cláusula sobre segregação racial que impedia todos os negros de tornarem-se elegíveis ou membros do Parlamento.

Em confronto com esses problemas e com o facto de o seu interesse ter sido totalmente desrespeitado na ausência de uma organização política própria que pudesse ser porta-voz das suas aspirações, os africanos começaram a trabalhar no sentido da unidade para a acção comum e a consciencializarem-se através da promoção de ajuda mútua, de um sentimento de fraternidade e de um espírito de colectividade. Pixley

ka Isaka Seme, que convocaria a reunião de 8 de Janeiro, onde o *African National Congress* foi fundado, estava impaciente sobre a formação do ANC. Em Outubro de 1911, escreveu: "É urgente e decisivo que esta reunião deva acontecer este ano. Um assunto que é tão importante para o nosso progresso e bem-estar não deveria ser adiado desnecessariamente por motivo de diferenças pessoais e de egoísmos dos nossos líderes". No que parecia ser uma declaração de política ou um item da agenda da reunião que se aproximava — tema central da sua contribuição —, ele dizia: "O demónio do racismo, as aberrações da contenda ou das disputas entre os *xhosa* e os *zulu*, a animosidade que existe entre os *zulu* e os *tonga*, entre os *basotho* e qualquer outro nativo, devem ser enterradas e esquecidas... Nós somos um único povo! Essas divisões, esses ciúmes são a causa de todos os infortúnios e de todo o nosso atraso e ignorância

actuais".

Assim, em 8 de Janeiro de 1912, quando o ANC foi formado, Seme fez o discurso que definia a linha de acção. Depois dos discursos de abertura, a Assembleia cantou o hino de Tiyo Soga *Lizalis'idinga Lakho Thixo, Nkosi Yenyanyiso* (Cumpra a tua promessa, Deus, Tu, que és o Senhor da Verdade).

Seme, apoiado por Alfred Mangena, apresentou a moção que obrigava a Assembleia a estabelecer o Congresso Nacional Nativo Sul-Africano. Foi apoiado unanimemente, sendo nomeado um comité para redigir uma constituição. George Montsioa sugeriu que fossem nomeados sete chefes supremos como presidentes honorários do Congresso Nacional Nativo Sul-Africano (o ANC). A conferência resolveu estabelecer duas câmaras, uma Alta e uma Baixa.

A câmara Alta era formada por Dalindyebo, dos *thembu*, Montsioa, dos *barolong*; Lewanika, da Ba-

Breve cronologia do ANC

1910 — Formação da União Sul-Africana que recebe o estatuto de "Domínio Britânico". Todo o poder é transferido para a minoria branca.

1912, 8 de Janeiro — O African Congress (ANC) é fundado na Conferência de Bloemfontein. É o primeiro movimento de libertação do continente africano. A presidência do Congresso Nacional Africano é atribuída a John L. Dube, o secretário-geral é Sol T. Plaatje.

1919 — O ANC organiza a campanha contra as leis racistas que obrigam a população negra a utilizar passaportes internos (*pass laws*). Greve de 70 mil mineiros africanos. A repressão da polícia provoca muitos mortos e feridos.

1921, 30 de Julho — Fundação do Partido Comunista da África do Sul.

1943 — Fundação da Liga das Mulheres do ANC.

1948 — O Partido Nacionalista, de extrema direita, chega ao poder.

1949 — Reunido em conferência, o ANC adopta o Programa de Acção que estipula o recurso às greves e boicotes como formas de resistência.

1950, 1.º de Maio — Greve geral contra as leis discriminatórias. A repressão causa 18 mortos e dezenas de feridos.

O Partido Comunista é banido.

26 de Junho — Primeira greve política do ANC como forma de protesto pelos mortos do 1.º de Maio. Desde então, esta data é comemorada como o Dia da Liberdade da África do Sul.

1955, 5 de Março — Formação da SACTU, primeira central sindical não-racista, que após adoptar a Carta da Liberdade torna-se membro de Aliança do Congresso (*Congress Alliance*).

26 de Junho — Aprovação no Congresso do Povo do ANC, realizado em Kliptown, da Carta da Liberdade (*Freedom Charter*) que é adoptada como programa do ANC.

1956, Dezembro — Prisão de 156 dirigentes do Congresso do Povo acusados de alta traição. Quatro anos mais tarde são declarados não-culpados e libertos.

1958, Maio — Revolta de Sekhukhuniland contra a imposição das "autoridades bantu", primeiro passo para a criação dos bantustões. Segue-se uma brutal repressão.

1960, 21 de Março — Massacre de Sharpeville que se salda com a morte de 69 pessoas.

28 de Março — O ANC apela para uma jornada de protesto contra os massacres de Sharpeville. São queimados por todo o país, milhares de "passaportes internos".

30 de Março — O governo declara o estado de emergência e prende cerca de 2000 pessoas. O ANC é banido.

1961, Março — Realiza-se a Conferência Africana em Pietermaritzburg com a participação de 1400 delegados, sob a direcção de Nelson Mandela. A Conferência apela para uma Convenção Nacional para decidir uma nova constituição.

31 de Maio — A minoria branca corta todos os vínculos com a Grã-Bretanha e proclama a República da África do Sul. É declarada uma greve geral nacional de protesto contra a proclamação da RAS pela minoria racista.

11 de Dezembro — A. J. Lutuli, presidente do ANC, recebe o Prémio Nobel da Paz.

16 de Dezembro — Formação do Umkhonto we Sizwe, braço armado do ANC.

1962, Janeiro — Mandela sai clandestinamente da África do Sul para participar na Conferência do Movimento Panafricano para a Liberdade da África Oriental, Central e Austral. Mandela visita vários países, recebe treino militar e regressa à África do Sul para continuar a luta clandestina.

1963, Outubro — Mandela e outros dirigentes nacionalistas são presos. Após processos e julgamentos que se prolongam até 11 de Junho de 1964, são condenados a prisão perpétua.

1964, 6 de Novembro — Três importantes dirigentes sindicais — Mini, Mkaba e Khayinga — são executados.

rotselândia (parte da Zâmbia); Letsie II, da Basutolândia (hoje Lesoto) que foi eleito presidente da câmara Alta; Khama, da Bechuannalândia (hoje Botswana); Marclane, da Pondolândia e Moepi, de Bakgatia, Dinizulu, chefe dos *zulu* que foi deposto e exilado no Transvaal pelos britânicos, também foi incluído. A Comissão Executiva da câmara Alta, o executivo propriamente dito, era constituído pelo reverendo John L. Dube, presidente das sessões; Solomon T. Plaatje, secretário Pixley ka Isaka Seme foi eleito tesoureiro; Thomas Mapikela, do Estado Livre de Orange, tornou-se o presidente da câmara e Montsioa, o secretário de actas. O reverendo Mqoboli, presidente da igreja Wesleyana (Metodista) tornou-se o capelão-chefe com o reverendo H. R. Ngcayiya, presidente da igreja Etíope, como seu assistente. O reverendo Walter Rubusana, Meshack Pelem, Sam Makgatho e Alfred Mangena foram

eleitos vice-presidentes.

O 1.º Comitê Executivo Nacional era constituído por ministros religiosos, advogados, um editor (Plaatje), um empreiteiro de obras (Mapikela), um professor e corrector de imóveis (Makgatho) e um intérprete, professor e agente de mão-de-obra nativa (Pelem). Eram pessoas vindas de escolas missionárias; cinco deles tinham estudado no estrangeiro (EUA e Grã-Bretanha) e outros participado em conferências no exterior. Eram proeminentes tanto na organização política municipal como a nível nacional e relativamente jovens, de 30 a 50 anos. As quatro províncias estavam representadas na Comissão Executiva e os chefes foram honrados de acordo com a tradição africana. Representavam as massas rurais, isto é, a maioria da população.

Na conferência inaugural do ANC, 11 documentos foram lidos e os temas iam desde a discussão sobre

1967, 21 de Julho — O presidente do ANC, A. J. Lutuli, é assassinado.

30 e 31 de Julho — O "Destacamento de Combate Lutuli" composto por guerrilheiros da ZAPU e do ANC penetra na Rodésia para participar nas batalhas de Wankie e Sipolilo que duram até ao fim de 1968.

1973 — O regime racista é abalado por grandes greves na região de Natal.

1975, 25 de Junho — Independência de Moçambique.

11 de Novembro — Independência de Angola.

1976, 27 de Março — O exército invasor sul-africano é derrotado e expulso do território angolano.

16 de Junho — Levantamento e massacre de Soweto. Só em Soweto foram assassinados cerca de mil jovens e centenas de outros no resto do país nos meses seguintes.

1977, 12 de Setembro — Morre na prisão, vítima de torturas, Steve Biko militante do ANC e criador do Movimento da Consciência Negra. O assassinio de Biko teve grandes repercussões internacionais provocando uma nova onda de repúdio contra o *apartheid*.

Outubro — O governo proíbe 15 organizações e dois jornais, o *World* e o *Weekend World*, durante um período de grande repressão.

1979, 6 de Abril — Salomon Mahlangu, jovem militante do ANC, é enforcado em Pretória.

1980 — "Ano da Carta", em comemoração do 25.º aniversário da "Carta da Liberdade".

26 de Janeiro — Guerrilheiros do ANC apoderam-se de um banco em Pretória exigindo a libertação de Nelson Mandela em troca dos reféns que têm em seu poder. No assalto da polícia às instalações do banco dá-se a morte de três guerrilheiros, alguns reféns e agentes policiais.

Março — O jornal *Sunday Post* lança uma campanha para a libertação de Mandela que tem grande impacto no interior da África do Sul e no estrangeiro. Quinze milhões de pessoas assinam em todo o mundo um documento exigindo a libertação do líder do ANC.

18 de Abril — Independência do Zimbábue.

1 de Junho — Sabotagem de guerrilheiros do Umkhonto we Sizwe contra os depósitos de petróleo de Sasol, nos arredores de Pretória. A mais espectacular acção armada dos revolucionários sul-africanos causou um prejuízo ao regime boer de cerca de 66 milhões de rands.

14 de Novembro — Nelson Mandela é galardoado com o Prémio para a Concórdia Internacional Jawaharal Nehru, que é recebido em seu nome por Oliver Tambo, presidente interino do ANC.

1981, 30 de Janeiro — Um comando do exército sul-africano ataca a povoação de Matola, nos arredores da capital moçambicana, e assassina 12 membros do ANC.

Maio — A população africana protesta e boicota as celebrações do regime do *apartheid* pela passagem do 20.º aniversário da República da África do Sul, com as seguintes palavras-de-ordem: "Não há nada para celebrar", "República racista — Não!, República do Povo — Sim!"

1982, 17 de Agosto — Vítima de uma carta-armadilha, morre em Maputo, Ruth First, jornalista e escritora sul-africana branca e militante do ANC.

1983, 23 de Maio — Aviões sul-africanos atacam novamente Matola onde a propaganda de Pretória afirma localizar-se um centro de treino do ANC. Na realidade, todás as sete vítimas são civis e moçambicanas, à excepção de um cidadão sul-africano, como verificam jornalistas estrangeiros, que testemunham não existir qualquer instalação militar ou do ANC no bairro populacional.

9 de Junho — Três jovens militantes do ANC são enforcados numa prisão de Pretória: Thelle Mogoerane, Jerry Mosoloti e Marcus Motaung. Eram acusados de terem atacado três esquadras da polícia.

24 de Julho — Nelson Mandela conquista o Prémio Internacional Simon Bolívar instituído pela UNESCO.

17 de Outubro — Comandos sul-africanos destroem à bomba um centro de documentação do ANC em Maputo, que Pretória afirma tratar-se de uma base militar.

escolas, até assuntos “quentes” como a exploração da mão-de-obra “nativa”, a segregação, a questão da terra ou a lei sobre rendeiros. Na conclusão dos trabalhos, foi cantada a canção de John Knox, “Pensa na África”, e os delegados regressaram às suas organizações locais incumbidos de relatarem as decisões tomadas sobre os meios práticos de efectivar as perspectivas de unidade africana e da luta contra a dominação branca. Essas resoluções só podiam ser concretizadas no âmbito da luta.

Uma nova solidariedade

A formação do ANC a 8 de Janeiro de 1912 significou não só o nascimento do movimento de libertação, mas também o da Nação. O ANC era a “União Sul-Africana” popular, a rejeição da União Branca europeia. Ao ANC foi dada a tarefa de ser a parteira desse processo de renascimento e de regeneração nacionais. A formação do ANC significou a criação de uma nova solidariedade, não-tribalista, uma solidariedade intrinsecamente anticolonial que, no decorrer do tempo, evoluiu até tornar-se anti-imperialista. Este foi um acto de salvação nacional, uma continuação — sob novas condições históricas — da luta anticolonial.

O ANC foi formado não apenas para representar a maioria esmagadora do nosso povo — por mais importante que isto seja —, mas mais exactamente para representar aquele sector que tem sofrido a violenta legislação do governo, especialmente desde 1910. Depois de mais de 72 anos de formação do ANC, muita coisa aconteceu. Não se pretende aqui fazer um relato de tudo isso. Uma coisa pode ser dita sem hesitação: a tarefa original de unificar e dirigir a libertação do povo africano expandiu-se e modificou-se. Hoje, o ANC enfrenta a tarefa de organizar e dirigir todas as camadas africanas, indianas e mestiças oprimidas e de ganhar para o seu lado todos os brancos de orientação democrática. Hoje, o ANC é uma organização popular; desfruta do apoio e confiança do povo que lidera; é visto pelas massas populares como um produto dos seus sacrifícios, o herdeiro e continuador das tradições revolucionárias, o líder e organizador do povo.

As actividades e pensamentos dos seus fundadores e continuadores criaram as bases sobre as quais os jovens, nas fileiras do ANC ou no exército popular (*Umkhonto we Sizwe*) estão a arrazar o inimigo em todas as frentes, caminhando a passos largos pela estrada da liberdade.

A política do “African National Congress”

Após o massacre de Sharpeville (21 de Março de 1960), o ANC foi considerado fora-da-lei. O movimento vai para a clandestinidade e forma, em 1961, o *Umkhonto we Sizwe* (“Lança da Nação”), o seu braço armado. No começo da década de 60, actos de sabotagem foram realizados em todo o país e o nível de organização, apesar das dificuldades de trabalhar na clandestinidade, aumentou claramente. Com a captura daqueles que foram conhecidos como os “Réus



do Processo de Rivonia”, incluindo líderes como Govan Mbeki, Walter Sisulu, Ahmed Katharada e Dennis Goldberg (que, juntamente com Nelson Mandela e outros, cumprem pena de prisão perpétua) o ANC começou o processo de reconstrução organizativa.

Os anos seguintes foram de intensa actividade. Tanto na clandestinidade dentro do país como no exterior, o ANC foi acumulando forças, elevando o nível de resistência das massas populares dentro do país, organizando a solidariedade internacional e travando contra o inimigo as batalhas de Wankie e Sipolilo, no Zimbabwe, durante os anos de 1967-1968. Os rumos que deveriam ser seguidos na década de 70, foram traçados na histórica conferência de Morogoro, em 1969. Aí foram definidas as estratégias e táticas que deveriam guiar o movimento na procura do seu objectivo maior, a libertação total.

No começo da década de 70, o povo manifestou-se com grande força nas greves, na militância da juventude e dos estudantes. Era clara a identificação do povo sul-africano oprimido com as lutas armadas que se travavam, e que foram ganhas nos países vizinhos de Angola e Moçambique. No mundo inteiro, repercutiu-se a bárbara agressão boer, em 1976, contra os levantamentos à escala nacional iniciados no Soweto e que deixaram mais de mil jovens mortos. Esses levantamentos marcaram um novo estágio na luta, elevando a níveis sem precedentes a resistência das massas em todas as frentes.

O ANC decidiu-se pela luta armada em 1961, porque a sua própria experiência o convenceu de que o inimigo não está preparado para fazer concessões. As lutas dos outros povos, especialmente na África Austral, têm reforçado essa convicção. Elas provaram que as lutas armadas levam à independência. Por luta armada entendemos uma confrontação total com o inimigo. Trata-se de uma confrontação política que inclui a luta armada como parte integrante.

A situação na África Austral após a derrota poli-



Biko (à direita) assassinado e Mandela (em cima), condenado a prisão perpétua, simbolizam a resistência ao racismo

tica e militar do colonialismo português, mudou muito e hoje favorece as forças revolucionárias. O poder popular emergiu em Moçambique e Angola. Estes países evoluíram para novas formas de poder do Estado, novas formas de relações sociais e de propriedade, e consequentemente agudizaram a confrontação entre as forças do progresso e as da reacção colonial e racista na África Austral.

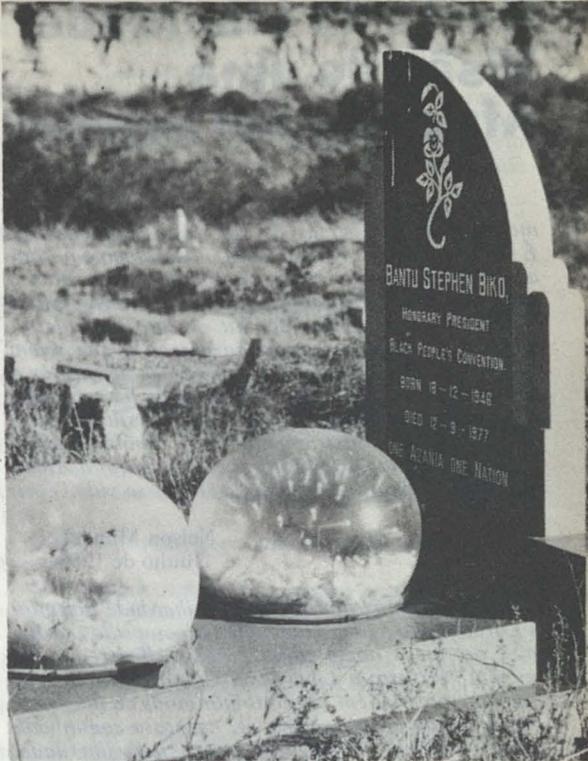
A libertação do Zimbabwe, foi de grande significado para a luta do povo sul-africano. Na África do Sul, a luta pela libertação de Nelson Mandela, o líder do ANC que está sob regime de prisão perpétua, desencadeou uma campanha que tomou de imediato uma forma de condenação internacional do *apartheid* e de reivindicação por um governo popular.

O Zimbabwe também destruiu a ilusão de acreditar que uma minoria branca pode desfrutar do poder e privilégio indefinidamente à custa de uma maioria negra. A luta do povo zimbabwense provou que nem a chantagem, nem a repressão podem dissuadir um povo do seu objectivo de independência nacional.

O ANC apoia totalmente a independência da Namíbia e defende a Organização do Povo do Sudoeste Africano-Swapo. O relacionamento entre o ANC e a Swapo desenvolveu-se através dos anos. Hoje, as duas organizações concordam em todas as questões fundamentais com que se defrontam.

Qual o significado de uma ofensiva total no interior da África do Sul? O ANC decidiu fazer frente ao inimigo em todas as frentes — luta política, actividade sindical, incluindo greves, boicote escolar, na frente religiosa, revoltas camponesas, e acções militares como as explosões da refinaria de Sasolburg.

O *Umkhonto we Sizwe*, o braço armado do ANC, procurou sempre aplicar a teoria militar às condições concretas do país. Evitando um choque frontal com o inimigo, o ANC tem-no golpeado nos seus pontos fracos. Estamos convencidos de que a vitória não será possível sem a participação das massas, isto é, sem o envolvimento activo das massas negras oprimidas.



Nenhum grupo de revolucionários que actue isoladamente, por mais abnegado, valoroso e disciplinado que seja, pode ser bem sucedido no derrube de um regime fascista.

O objectivo do ANC é uma guerra a ser feita pelo povo inteiro, não apenas em greves e manifestações, mas precisamente no campo da luta armada. O papel das massas como força de combate está a crescer, e a sua educação política é a principal tarefa que facilitará a unidade na acção envolvendo as massas negras e as forças democráticas da África do Sul.

Combatendo há mais de 70 anos, o ANC está consciente da amarga luta que ainda resta ao povo da África do Sul. Está consciente da solidariedade crescente e do apoio e força da comunidade democrática internacional, que se colocou contra o colonialismo, o *apartheid*, o racismo e o fascismo.

O ANC está, consequentemente, mais convencido do que nunca de que a eminente e inevitável vitória do povo namíbio, a exemplo do que aconteceu com o povo zimbabwense, será seguida igualmente pela inevitável vitória da maioria do povo da África do Sul, combatendo sob a bandeira do ANC, para derubar o regime da minoria racista e destruir um sistema sócio-económico desumano. O ANC está determinado a conseguir o seu objectivo — a total libertação do povo da África do Sul. □

(1) Naquela época, no Cabo, os africanos podiam votar.

Carta da Liberdade: Visão de uma África do Sul popular

"A Carta é algo mais do que uma simples enumeração de exigências de reformas democráticas. É um documento revolucionário precisamente porque as mudanças consideradas não podem ser levadas a cabo sem a destruição da presente estrutura política e económica da África do Sul. A satisfação destas exigências requer organização e requer que sejam desencadeadas e incrementadas acções de massas o mais amplas possíveis. Se a frente unida for reforçada e desenvolvida, então a Carta da Liberdade transformar-se-á num instrumento vivo e dinâmico capaz de derrotar todos os opositores e de alcançar a África do Sul dos nossos sonhos ainda em nossa vida."

Nelson Mandela,
Junho de 1956

"Caminhemos juntos para a Liberdade dizendo: A estrada para a liberdade pode ser comprida e árdua mas, porque a nossa causa é justa, chegaremos ao seu fim glorioso: a Liberdade. Comprometamo-nos todos a trabalhar em conjunto por amor da liberdade durante toda a nossa vida... e, na nossa caminhada comprometamo-nos a lutar juntos pela liberdade. Inspiremo-nos na Carta da Liberdade — O Povo Governará."

Chefe Alberto Lutuli,
Mensagem à Conferência Anual do ANC,
em Dezembro de 1955

CARTA DA LIBERDADE

(Aprovada no Congresso do Povo,
realizado em Kliptown, África do Sul,
em 26 de Junho de 1955)

Nós, Povo da África do Sul, declaramos, para que todos, no nosso país e no mundo, saibam:

- que a África do Sul pertence a todos os que nela vivem, negros e brancos, e que nenhum governo é legítimo se não se basear na vontade do povo; que o nosso povo foi espoliado do direito à terra em que nasceu, da liberdade e da paz por um governo baseado na injustiça e na desigualdade;
- que o nosso país nunca será próspero ou livre enquanto o nosso povo não viver fraternalmente no gozo dos mesmos direitos e das mesmas oportunidades;
- que só um Estado democrático, baseado na vontade do povo, pode assegurar esses direitos sem distinção de cor, raça, sexo ou fé;

— e que, portanto, nós, Povo da África do Sul, negros e brancos, em conjunto — iguais, compatriotas e irmãos — adoptamos esta "Carta da Liberdade"; e que nos comprometemos a lutar juntos, com todas as nossas forças e com toda a nossa coragem até que a democracia seja conquistada.

O Povo governará!

Todos os homens e mulheres terão direito a eleger e ser eleitos para todos os órgãos com poder legislativo;

Toda a população terá o direito de participar na administração do país;

Todos terão os mesmos direitos seja qual for a sua raça, cor ou sexo;

Todos os órgãos do governo minoritário, como as juntas consultivas, os conselhos e outros serão substituídos por órgãos democráticos de poder local;

Todos os grupos nacionais terão os mesmos direitos!

Haverá igualdade para todos, seja qual for o grupo ou raça a que pertençam, nos órgãos de Estado, nos tribunais e nas escolas;

Todos terão direito ao uso da sua língua e ao desenvolvimento da sua cultura própria;

Todos os grupos nacionais serão protegidos por lei contra insultos à sua raça e ao seu sentimento nacional;

Praticar a discriminação racial ou exortar à sua prática ou ao desprezo de uma raça ou cor será crime punível por lei; todas as leis e regulamentações baseadas no *apartheid* serão abolidas.

A riqueza nacional será distribuída pelo povo!

A riqueza nacional do nosso país, património de todos os sul-africanos, será devolvida ao povo;

A riqueza mineral do solo, os bancos e a indústria monopolista passarão a ser propriedade do povo;

Toda a restante indústria e o comércio serão objecto de controlo de modo a contribuírem para o bem-estar do povo;

Todos terão o direito de dedicar-se ao comércio e à indústria ou a seguir a profissão que entenderem.

A terra será repartida pelos que a trabalham!

Açabar-se-á com todas as restrições ao direito à posse da terra baseadas na raça; toda a terra será repartida pelos que a trabalham e pôr-se-á fim, deste modo, à fome e à grande necessidade de terra;

O Estado ajudará os camponeses a adquirir alfaias, sementes e tractores e construirá barragens para proteger o solo; Será garantida liberdade de movimentos a todos os que trabalham a terra;

Todos terão direito a viver da terra, se assim o desejarem; acabar-se-á com os esbulhos de gado que obrigam as pessoas a procurar trabalho de modo a pagar impostos; acabar-se-á com o trabalho forçado e com as prisões privadas das fazendas.

Todos serão iguais perante a lei!

Ninguém será preso, deportado ou posto em liberdade condicionada sem um julgamento justo;

Ninguém será condenado por ordem de um funcionário do governo;

Os tribunais serão representativos de toda a população; a pena de prisão só será usada em casos de crimes graves contra o povo e terá como finalidade a reeducação do criminoso, e não a simples retaliação;

A polícia e o exército serão abertos a todos, em pé de igualdade, e terão a função de proteger e ajudar o povo;

Todas as leis que estabelecem a discriminação racial ou religiosa serão abolidas.

Todos usufruirão dos direitos do homem!

A lei garantirá a todos o direito de expressão, de organização, de reunião e de publicação assim como o direito de pregar e observar qualquer religião e a educar os filhos;

A inviolabilidade do domicílio será protegida por lei;

Todos poderão viajar sem restrições, do campo para a cidade, de província para província e para o estrangeiro; as leis que restringem estas liberdades, como a lei do "Passe", as autorizações de deslocação e outras leis restritivas da liberdade de movimentos serão abolidas.

Haverá trabalho e segurança social!

Todos os que trabalham terão direito a formar sindicatos, eleger os respectivos corpos gerentes e a negociar acordos salariais com as entidades patronais; o Estado reconhecerá o direito, e o dever, de todos trabalharem ou beneficiarem de subsídios de desemprego;

Homens e mulheres de todas as raças receberão salário igual por trabalho igual;

Haverá uma semana de quarenta horas, um salário mínimo nacional, férias anuais pagas, direito a faltas justificadas por doença, para todos os trabalhadores; todas as mulheres terão direito a licença por maternidade com vencimento integral;

Os mineiros, os trabalhadores domésticos, os trabalhadores agrícolas e os funcionários públicos terão os mesmos direitos de todos os outros trabalhadores;

O trabalho infantil, o acantonamento dos trabalhadores em casernas, o pagamento em espécie e o sistema de trabalho contratado serão abolidos.

Abrir-se-á as portas do saber e da cultura!

O governo terá a obrigação de revelar, desenvolver e encorajar os talentos existentes para engrandecimento da nossa vida cultural; os tesouros culturais da humanidade serão acessíveis a todos pelo livre intercâmbio de ideias, livros e pessoas; a finalidade do ensino será a de levar a juventude a amar o seu povo e a sua cultura, a venerar a fraternidade humana, a liberdade e a paz;

O ensino será gratuito, obrigatório, universal e igual para todas as crianças;

O ensino superior e o ensino técnico serão acessíveis a todos através de subsídios do Estado e de bolsas de estudo concedidas aos mais mercedores;

O analfabetismo adulto desaparecerá com uma campanha de alfabetização maciça, organizada pelo Estado; os professores terão os mesmos direitos que os outros cidadãos;

Será abolida a segregação na vida cultural, no desporto e no ensino.

Haverá casas, segurança e conforto!

Todos terão o direito a viver onde desejarem, a ter uma habitação condigna e a criar a família com conforto e segurança;

As casas desabitadas serão postas à disposição do povo;

As rendas e os preços sofrerão uma diminuição, haverá comida em abundância e ninguém passará fome;

O Estado estabelecerá um plano de prevenção da doença;

Será proporcionado tratamento gratuito a todos e cuidados especiais às mães e crianças pequenas;

Os bairros pobres serão demolidos e serão construídos subúrbios novos, onde haverá transportes, ruas, iluminação, campos de jogos, creches e centros de convívio;

As pessoas idosas, os órfãos, os inválidos e os doentes ficarão a cargo do Estado;

Os tempos livres, o descanso e o recreio serão direito de todos; acabar-se-á com as localidades vedadas e com os guetos, e as leis que separam as famílias serão abolidas.

Haverá paz e amizade!

A África do Sul será um Estado completamente independente que respeitará os direitos e a soberania das outras nações;

A África do Sul deverá lutar pela manutenção da paz mundial e pela solução dos conflitos internacionais através de negociações e nunca pela guerra;

A paz e amizade entre o nosso povo será assegurada pela garantia de que todos gozarão dos mesmos direitos e das mesmas oportunidades, não havendo cidadãos de segunda classe;

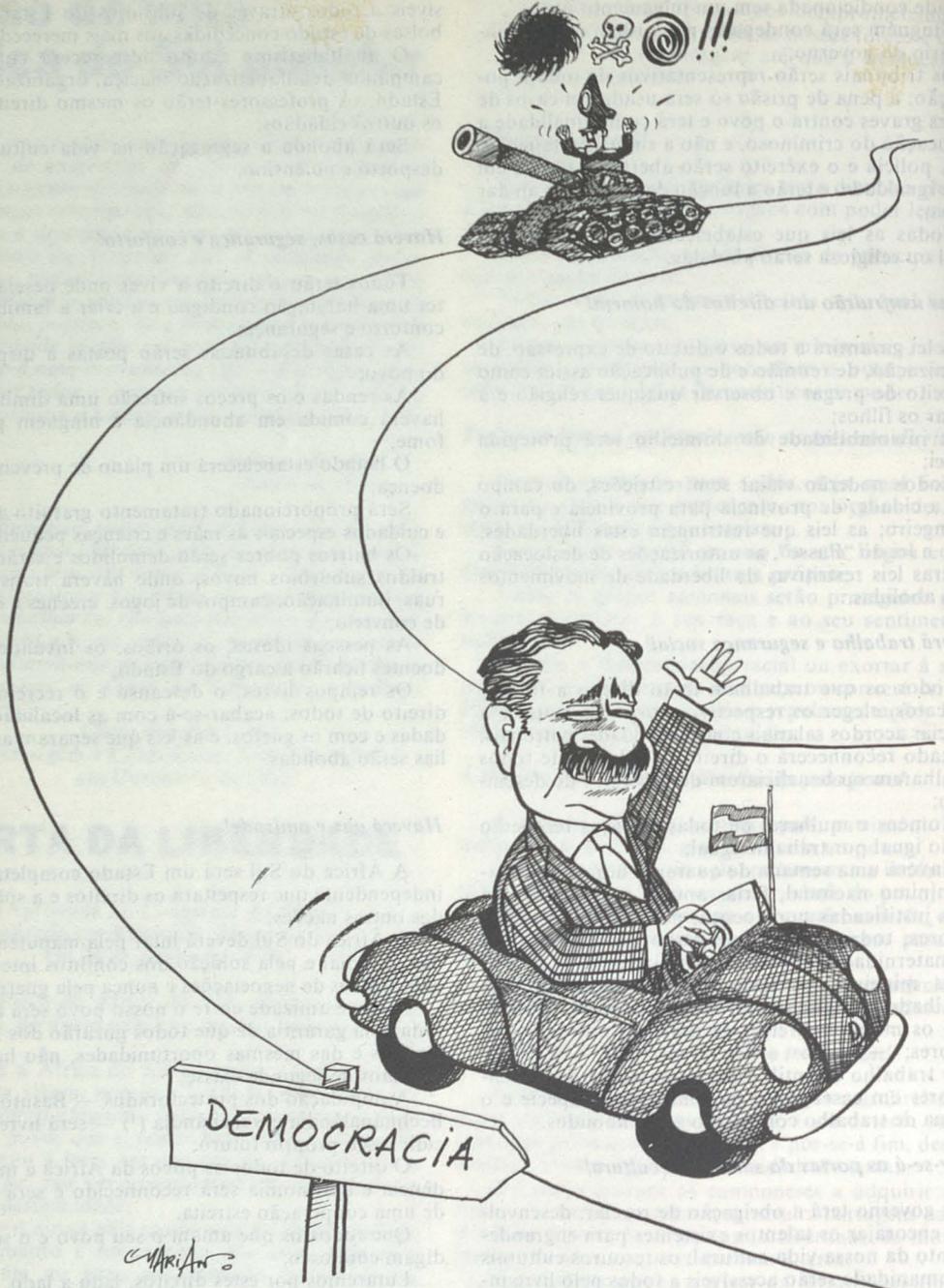
A população dos protectorados — Basutolândia, Bechuanalândia e Suazilândia ⁽¹⁾ — será livre de decidir o seu próprio futuro;

O direito de todos os povos da África à independência e autonomia será reconhecido e será a base de uma cooperação estreita.

Que todos os que amam o seu povo e o seu país digam connosco:

Lutaremos por estes direitos, lado a lado, toda a nossa vida, até termos conquistado a liberdade! □

⁽¹⁾ *Respectivamente os actuais Estados independentes de Lesoto, Botsuana e Suazilândia.*



HUMOR: MARIANO

UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 2021 2/3 CP. 34
Telex "IN CAFE" LUAND

Humor - Fevereiro 1965 - R\$ 65 - Nº 305

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

HUMOR: MARIANO

UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 2021 2/3 CP. 34
Telex "IN CAFE" LUAND

Humor - Fevereiro 1985 - R\$ 65 - Nº 305